

Programa de Desenvolvimento Rural



RELATÓRIO INTERCALAR

1º SEMESTRE 2010

Índice

0. INTRODUÇÃO.....	12
1. ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS	13
1.1 Alterações ao Programa	13
2. PROGRESSOS DO PROGRAMA.....	16
2.1 Balanço global do Programa	16
2.1.1 Concursos abertos	17
2.1.2 Candidaturas entradas e investimento proposto	18
2.1.3 Análise, aprovação e contratação dos pedidos de apoio	19
2.1.4 Execução financeira	21
2.2 Balanço detalhado por Acção ProDeR.....	22
2.2.1 Subprograma 1 – Promoção da competitividade	22
2.2.1.1 Acção 1.1.1 – Modernização e capacitação das empresas	22
2.2.1.2 Acção 1.1.2 – Investimentos de pequena dimensão.....	37
2.2.1.3 Acção 1.1.3 – Instalação de Jovens Agricultores	42
2.2.1.4 Medida 1.2 – Redimensionamento e cooperação empresarial	49
2.2.1.5 Acção 1.3.1 - Melhoria produtiva dos povoamentos	51
2.2.1.6 Acção 1.3.2 - Gestão multifuncional	58
2.2.1.7 Acção 1.3.3 – Modernização e capacitação das empresas florestais	62
2.2.1.8 Acção 1.4.1 – Apoio aos regimes de qualidade.....	70
2.2.1.9 Acção 1.4.2 – Informação e promoção de produtos de qualidade	72
2.2.1.10 Acção 1.5.2 – Restabelecimento do potencial produtivo	74
2.2.1.11 Acção 1.6.1 – Desenvolvimento do regadio	79
2.2.1.12 Acção 1.6.2 – Regadio de Alqueva.....	83
2.2.1.13 Acção 1.6.3 – Sustentabilidade dos regadios públicos	85
2.2.1.14 Acção 1.6.4 – Modernização dos regadios colectivos tradicionais.....	88
2.2.1.15 Acção 1.6.5 – Projectos estruturantes.....	89
2.2.2 Subprograma 4 – Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências.....	93
2.2.2.1 Análise global	93
2.2.2.2 Medida 4.1 – Cooperação para a inovação.....	94
2.2.2.3 Acção 4.2.1 – Formação especializada	96
2.2.2.4 Acção 4.2.2 – Redes temáticas de informação e divulgação	98
2.2.2.5 Acção 4.3.1 – Serviços de aconselhamento agrícola.....	100
2.2.2.6 Acção 4.3.2 – Serviços de apoio às empresas	102
2.2.3 Subprograma 2 – Gestão sustentável do espaço rural	104
2.2.3.1 Medida 2.1 – Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas / Acções 2.1.1 e 2.1.2	104

2.2.3.2	Acção 2.2.1 – Alteração de modos de produção agrícola	109
2.2.3.3	Acção 2.2.2 – Protecção da biodiversidade doméstica	112
2.2.3.4	Acção 2.2.3 – Conservação e melhoramento de recursos genéticos / Subacções 2.2.3.1 e 2.2.3.2.....	114
2.2.3.5	Acção 2.2.4 – Conservação do solo.....	118
2.2.3.6	Acção 2.3.1 – Minimização de riscos / Subacções 2.3.1.1 e 2.3.1.2	120
2.2.3.7	Acção 2.3.2 – Ordenamento e recuperação de povoamentos / Subacções 2.3.2.1 e 2.3.2.2	125
2.2.3.8	Acção 2.3.3 – Valorização ambiental dos espaços florestais / Subacções 2.3.3.1, 2.3.3.2 e 2.3.3.3	129
2.2.3.9	Acção 2.4.1 – Apoio à gestão das ITI.....	132
2.2.3.10	Acções 2.4.3 a 2.4.12 – ITI - Pagamentos agro e silvo ambientais	135
2.2.3.11	Acções 2.4.3 a 2.4.11 – ITI – Investimentos não produtivos.....	140
2.2.4	Subprograma 3 – Abordagem LEADER	145
2.2.5	Medidas transitadas do RURIS.....	156
3.	EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA.....	161
3.1	Execução financeira por Medida e por região elegível ao abrigo do objectivo de convergência	161
4.	MEDIDAS ADOPTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO.....	169
4.1	Medidas de acompanhamento e avaliação	169
4.1.1	Sistema de supervisão LEADER	169
4.1.2	Sistemas de controlo	169
4.1.2.1	Controlos efectuados pela Autoridade de Gestão	169
4.1.2.2	Controlos efectuados pelas DRAP	169
4.2	Alterações a Portarias.....	173
4.3	Um resumo dos problemas mais importantes verificados na gestão do Programa e medidas tomadas.....	173
4.3.1	Simplificação dos procedimentos administrativos.....	173
4.4	Utilização da Assistência Técnica.....	174
4.5	Medidas tomadas para garantir que o Programa é objecto de publicidade	176
4.5.1	Autoridade de Gestão.....	176

Índice de Quadros

Quadro 1:	Concursos abertos até 30-06-2010 (exclui Medidas enquadradas no PU).....	18
Quadro 2:	Candidaturas apresentadas até 30-06-2010 (exclui Medidas enquadradas no PU)	19
Quadro 3:	Candidaturas apresentadas até 30-06-2010 (enquadradas no PU).....	19
Quadro 4:	Compromissos assumidos (exclui Medidas SIGC)	21
Quadro 5:	Acção 1.1.1 - Candidaturas apresentadas a concurso	22
Quadro 6:	Acção 1.1.1 - Distribuição regional dos PA entrados por componente (acumulado)	23
Quadro 7:	Acção 1.1.1 - Distribuição regional dos PA – PIR entrados por componente e sector (acumulado).....	23
Quadro 8:	Acção 1.1.1 - Distribuição dos promotores dos PA entrados por tipologia (no ano e acumulado).....	24
Quadro 9:	Acção 1.1.1 - Distribuição dos PA entrados por escalões de investimento (no ano e acumulado).....	24
Quadro 10:	Acção 1.1.1 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)	25
Quadro 11:	Acção 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (no ano).....	26
Quadro 12:	Acção 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)	27
Quadro 13:	Acção 1.1.1 - PA contratados das componentes 1 e 2 por tipo de promotor (acumulado).....	28
Quadro 14:	Acção 1.1.1 - Investimento contratado em formação por componente (no ano e acumulado).....	29
Quadro 15:	Acção 1.1.1 - Acções de formação contratadas das componentes 1 e 2 por actividade (acumulado)	29
Quadro 16:	Acção 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados da componente 1 (acumulado).....	30
Quadro 17:	Acção 1.1.1 – Distribuição do investimento dos PA contratados da componente 1 (acumulado).....	31
Quadro 18:	Acção 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 1 (acumulado).....	33
Quadro 19:	Acção 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 1 (acumulado).....	33
Quadro 20:	Acção 1.1.1 - PA contratados da componente 2 por sector de actividade (acumulado)	34
Quadro 21:	Acção 1.1.1 - Repartição regional e sectorial do investimento contratado da componente 2 (acumulado).....	35
Quadro 22:	Acção 1.1.1 - Indicadores específicos de realização da componente 2 (acumulado)	36
Quadro 23:	Acção 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 2 (acumulado).....	36
Quadro 24:	Acção 1.1.2 – Candidaturas apresentadas a concurso	37
Quadro 25:	Acção 1.1.2 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)	38
Quadro 26:	Acção 1.1.2 – Distribuição regional e por tipologia dos PA contratados (acumulado).....	39
Quadro 27:	Acção 1.1.2 – Distribuição dos PA contratados por escalões de investimento (acumulado).....	39
Quadro 28:	Acção 1.1.2 – PA contratados que concorreram à Acção 1.1.1 e valores de investimento da Acção 1.1.2 e 1.1.1 associados (acumulado)	40
Quadro 29:	Acção 1.1.2 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)	41
Quadro 30:	Acção 1.1.2 – Indicadores de resultado (acumulado).....	41
Quadro 31:	Acção 1.1.3 – Candidaturas apresentadas a concurso	42

Quadro 32: Acção 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados (no ano e acumulado).....	43
Quadro 33: Acção 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados por tipologia do promotor (no ano).....	43
Quadro 34: Acção 1.1.3 - PA entrados, analisados e contratados por concurso (no ano e acumulado).....	44
Quadro 35: Acção 1.1.3 - Distribuição regional dos PA contratados (no ano e acumulado)	45
Quadro 36: Acção 1.1.3 - Distribuição regional dos PA pagos (no ano e acumulado)	46
Quadro 37: Acção 1.1.3 - Divisão em função do género dos jovens agricultores contratados (no ano).....	47
Quadro 38: Acção 1.1.3 - Divisão em função do género dos jovens agricultores contratados (acumulado).....	47
Quadro 39: Acção 1.1.3 - Acréscimo de VAB (acumulado)	48
Quadro 40: Medida 1.2 - Candidaturas apresentadas a concurso	49
Quadro 41: Acção 1.2 - PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado).....	49
Quadro 42: Acção 1.3.1 - Candidaturas apresentadas a concurso	51
Quadro 43: Acção 1.3.1 - Distribuição regional dos PA entrados (2º concurso)	51
Quadro 44: Acção 1.3.1 - Distribuição regional dos PA entrados (acumulado).....	52
Quadro 45: Acção 1.3.1 - Distribuição dos beneficiários dos PA entrados por tipologia (2º concurso).....	53
Quadro 46: Acção 1.3.1 - Distribuição dos beneficiários dos PA entrados por tipologia (acumulado).....	53
Quadro 47: Acção 1.3.1 - PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)	54
Quadro 48: Acção 1.3.1 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)	55
Quadro 49: Acção 1.3.1 - Indicadores de realização - output (acumulado)	55
Quadro 50: Acção 1.3.1 - Indicadores de resultado - área abrangida pela gestão florestal sustentável (acumulado).....	56
Quadro 51: Acção 1.3.1 - Indicadores de resultado (acumulado).....	57
Quadro 52: Acção 1.3.2 - Candidaturas apresentadas a concurso	58
Quadro 53: Acção 1.3.2 - Distribuição regional dos PA entrados nos 1º e 2º concursos (acumulado).....	58
Quadro 54: Acção 1.3.2 - Distribuição dos PA entrados nos 1º e 2º concursos por tipologia do beneficiário (acumulado).....	59
Quadro 55: Acção 1.3.2 - Distribuição dos PA entrados nos 1º e 2º concursos por tipologia do investimento (acumulado).....	59
Quadro 56: Acção 1.3.2 - Distribuição dos PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado).....	60
Quadro 57: Acção 1.3.2 - Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)	60
Quadro 58: Acção 1.3.2 - Distribuição dos PA contratados por tipologia do beneficiário (acumulado).....	61
Quadro 59: Acção 1.3.2 - Distribuição dos PA contratados por tipologia do investimento (acumulado).....	61
Quadro 60: Acção 1.3.3 - Candidaturas apresentadas a concurso	62
Quadro 61: Acção 1.3.3 - Distribuição dos PA entrados, analisados e contratados por concurso (no ano)	63
Quadro 62: Acção 1.3.3 - Distribuição dos PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado).....	63
Quadro 63: Acção 1.3.3 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)	64

Quadro 64:	Acção 1.3.3 – Distribuição dos PA contratados da Medida 123 COM por sector de actividade (acumulado)	64
Quadro 65:	Acção 1.3.3 – Distribuição dos PA contratados por tipo de empresa (acumulado)	65
Quadro 66:	Acção 1.3.3 – Volume total de investimento (acumulado)	65
Quadro 67:	Acção 1.3.3 – PA contratados por tipologia de investimento (acumulado).....	66
Quadro 68:	Acção 1.3.3 – Indicadores de realização da Medida 111 COM (acumulado)	67
Quadro 69:	Acção 1.3.3 – PA contratados por tipo de actividade (acumulado)	67
Quadro 70:	Acção 1.3.3 – Indicadores específicos de realização por tipo de empresa (acumulado).....	68
Quadro 71:	Acção 1.3.3 – Indicadores de resultado - aumento do VAB acumulado (acumulado)	68
Quadro 72:	Acção 1.3.3 – Indicadores de resultado - PA contratados que introduziram novos produtos/técnicas (acumulado).....	69
Quadro 73:	Acção 1.4.2 – Candidaturas apresentadas a concurso	72
Quadro 74:	Acção 1.4.2 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)	73
Quadro 75:	Acção 1.5.2 – Candidaturas apresentadas a concurso	74
Quadro 76:	Acção 1.5.2 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)	75
Quadro 77:	Acção 1.5.2 – Distribuição dos PA contratados por rubrica (no ano)	76
Quadro 78:	Acção 1.5.2 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (no ano).....	76
Quadro 79:	Acção 1.5.2 – Indicadores de realização (no ano).....	77
Quadro 80:	Acção 1.5.2 – Superfície de terra agrícola danificada por tipo de acção e de dano	78
Quadro 81:	Acção 1.5.2 – Despesa pública relativa a terra agrícola danificada por tipo de acção e de dano	78
Quadro 82:	Acção 1.5.2 – PA aprovados por tipo de dano e tipologia de acção	78
Quadro 83:	Acção 1.6.1 – Candidaturas apresentadas a concurso	79
Quadro 84:	Acção 1.6.1 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)	80
Quadro 85:	Acção 1.6.1 – Indicadores de realização por tipo de operação apoiada (acumulado)	81
Quadro 86:	Acção 1.6.1 – Indicadores específicos de realização (acumulado).....	82
Quadro 87:	Acção 1.6.1 – Indicadores de resultado (acumulado).....	82
Quadro 88:	Acção 1.6.2 – PA entrados, analisados e contratados (acumulado)	83
Quadro 89:	Acção 1.6.2 – PA contratados e pagos (acumulado).....	84
Quadro 90:	Acção 1.6.3 – Candidaturas apresentadas a concurso	85
Quadro 91:	Acção 1.6.3 – Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)	86
Quadro 92:	Acção 1.6.3 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)	86
Quadro 93:	Acção 1.6.3 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado).....	87
Quadro 94:	Acção 1.6.5 – Candidaturas apresentadas a concurso	89
Quadro 95:	Acção 1.6.5 – Distribuição regional dos PA entrados para o item “caminhos” (acumulado).....	90
Quadro 96:	Acção 1.6.5 – Distribuição regional dos PA entrados para o item “electrificação” (acumulado).....	91
Quadro 97:	Acção 1.6.5 – Distribuição regional dos PA entrados para o item “requalificação ambiental” (acumulado).....	91
Quadro 98:	Acção 1.6.5 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)	92
Quadro 99:	Subprograma 4 – Estado actual do processo de análise e de contratação dos concursos abertos (acumulado)	93
Quadro 100:	Medida 4.1 – Candidaturas apresentadas a concurso	94

Quadro 177: Execução financeira do ProDeR	165
Quadro 178: GAL - Resultados do controlo de qualidade.....	169
Quadro 179: Controlo de qualidade - Resultados (no ano)	170
Quadro 180: Controlo de qualidade - Distribuição por DRAP dos PA devolvidos (no ano).....	170
Quadro 181: Controlo de qualidade – Recomendações	171
Quadro 182: Controlo de qualidade – Resultados por DRAP (no ano).....	172
Quadro 183: Assistência Técnica – Distribuição da despesa paga (no ano).....	175
Quadro 184: Publicidade – Dados quantitativos relativos ao <i>site</i> ProDeR (no ano).....	177
Quadro 185: Publicidade – Dados relativos ao endereço electrónico ProDeR (no ano).....	179
Quadro 186: Publicidade – Dados relativos à linha verde ProDeR (no ano)	179
Quadro 187: Publicidade – Inserções em jornais nacionais e regionais (no ano)	184
Quadro 188: Publicidade – Inserções em revistas do segmento (no ano)	184
Quadro 189: Publicidade – Publicações distribuídas (no ano).....	185

Índice de Figuras

Figura 1: Processo de selecção candidaturas (exclui Medidas enquadradas no PU e Assistência Técnica).....	16
Figura 2: Situação das candidaturas a 30-06-2010 (acumulado).....	20
Figura 3: Assistência Técnica – Distribuição percentual da despesa paga (no ano)	175
Figura 4: Assistência Técnica – Aquisição de bens e serviços.....	176
Figura 5: Publicidade – Evolução do número de visitas ao <i>website</i> ProDeR (no ano).....	178
Figura 6: Publicidade - Distribuição do número de telefonemas do <i>Contact Center</i> ProDeR (no ano)	180
Figura 7: Publicidade - Distribuição do número de questões colocadas por telefone por Subprograma (no ano)	180
Figura 8: Publicidade - Distribuição dos telefonemas por tipologia de utilizador (no ano)	181
Figura 9: Publicidade - Distribuição mensal das questões por tipologia de utilizadores do <i>Call Center</i> (no ano)	181
Figura 10: Publicidade – Sessão de assinatura de contratos do ProDeR	182
Figura 11: Publicidade – Campanhas publicitárias.....	183
Figura 12: Publicidade – Folheto “Dinamização das Zonas Rurais”	185
Figura 13: Publicidade – Painéis ProDeR expostos na Feira Nacional de Agricultura em Santarém (2010)	186

SIGLAS

AFN: Autoridade Florestal Nacional

AG: Autoridade de Gestão

ASA: Agro e Silvo-Ambientais

CN: Cabeças Normais

CQ: Controlo de Qualidade

DDR: Dias dos Desenvolvimento Rural

DRAP: Direcção Regional de Agricultura e Pescas (do Norte, Centro, LVT, Alentejo ou Algarve)

ELA: Estrutura Local de Apoio

ELD: Estratégia Local de Desenvolvimento

ETAR: Estação de Tratamento de Águas Residuais

FEADER: Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

GAL: Grupos de Acção Local

ha: Hectare

IC: Indemnizações Compensatórias

ICNB: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP

IFAP: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP

INP: Investimentos Não Produtivos

ITI: Intervenções Territoriais Integradas

JA: Jovens Agricultores

LVT: Lisboa e Vale do Tejo

MAA: Medidas Agro-Ambientais

MADRP: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

MPB: Modo de Produção Biológico

NIFAP: Número de Beneficiário do IFAP

NUTS: Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas

OGL: Outros Grupos Locais

PA: Pedido de Apoio

PAS: Pedido de Apoio Agro e Silvo-ambiental

PES: Período Especial de Candidatura

PIR: Projecto de Impacto Relevante

PME: Pequena e Média Empresa

PP: Pedidos de Pagamento

ProDeR: Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

PRODI: Modo de Produção Integrada

PU: Pedido Único de Ajudas

RA: Reforma Antecipada

SI ProDeR: Sistema de Informação dos Pedidos de Apoio

SIGC: Sistema Integrado de Gestão e Controlo

STA: Secretariado Técnico de Auditoria e Controlo

VAB: Valor Acrescentado Bruto

ZIF: Zonas de Intervenção Florestal

DEFINIÇÕES

Candidaturas válidas: total de candidaturas apresentadas deduzidas das repetidas, das desistidas, dos pedidos de apoio em validação no Sistema de Informação ProDeR e das canceladas.

Candidaturas aprovadas: aquelas que foram objecto de análise e que têm parecer favorável para decisão final, ou já com decisão final.

Candidaturas contratadas: aquelas que foram enviadas por *webservice* de contratação para o IFAP.

0. INTRODUÇÃO

O Relatório Intercalar do ProDeR, para o ano de 2010, apresenta-se como mais um instrumento de acompanhamento e monitorização do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (ProDeR). Este Relatório segue a mesma lógica de estrutura definida para o Relatório de Execução 2009.

Com o presente Relatório apresenta-se uma visão da execução do Programa, no período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 2010, com os seguintes objectivos:

- (i) .. Efectuar um balanço da operacionalização física e financeira do ProDeR;
- (ii) . Analisar sinteticamente a incidência territorial das intervenções financiadas co-financiadas pelo FEADER;
- (iii) Apresentar os principais factores críticos que condicionaram a implementação do ProDeR e as medidas adoptadas.

1. ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS

1.1 Alterações ao Programa

Tal como já tinha acontecido no ano de 2009, no primeiro semestre de 2010 foram efectuados alguns ajustamentos ao Programa nomeadamente com a alteração/criação de algumas Medidas/Acções como sejam:

- ⇒ Medida 1.7 “Cumprimento de novas normas obrigatórias” – criação da Medida por forma a agilizar a aplicação das novas normas comunitárias, através da concessão de ajudas que compensem de forma temporária e degressiva o acréscimo de custos que implicam;
- ⇒ Acção 1.5.2 “Restabelecimento do potencial produtivo” – alteração do nível máximo de apoio de 50% para 75%.

Para além destas, efectuaram-se alterações de carácter horizontal como seja o pagamento de adiantamentos das medidas de apoio ao investimento, do Capítulo 5 – Informação sobre os eixos e medidas, em que se elimina a referência ao limite de 20%, tendo, assim, ficado claro que as condições do adiantamento são as que decorrem do artigo 56.º do Regulamento (CE) n.º 1974 modificado pelo Regulamento (CE) n.º 363/2009.

Desta forma, os beneficiários das medidas de investimento do ProDeR, passaram a dispor da possibilidade de solicitar um adiantamento no valor máximo de 50% do apoio concedido, até ao final de 2010.

Em Março de 2010, foi apresentado outro pedido de alterações ao ProDeR, cuja aprovação pela Comissão, até ao final de Junho ainda não se tinha verificado. O âmbito das alterações propostas é o seguinte:

- I-** Alteração no Subprograma 1 “*Promoção da competitividade*” – Eixo 1 “*Aumento da competitividade dos sectores agrícolas e florestal*”:

- a) Descrição das Medidas (5.3) – Acção 1.1.1 “Modernização e capacitação das empresas - Alteração dos pontos 4 “Descrição” e 8 “Tipologia e nível de apoio”;
- b) Descrição das Medidas (5.3) – Acção 1.1.2 – “Investimentos de pequena dimensão” - Alteração do ponto 7 “Tipologia e nível de apoio” (passa a valor máximo);
- c) Descrição das Medidas (5.3) – Acção 1.4.2 “Informação e promoção de produtos de qualidade” - Alteração do ponto 5 “Tipologia e nível de apoio”;
- d) Descrição das Medidas (5.3) – Medida 1.5 – “Instrumentos financeiros e de gestão de riscos e de crises” – Eliminação da Acção 1.5.1 – “Instrumentos financeiros”;
- e) Descrição das Medidas (5.3) – Medida 1.5 “Instrumentos financeiros e de gestão de riscos e de crises” – Reforço financeiro da Acção 1.5.2 “Restabelecimento do potencial produtivo”;
- f) Descrição das Medidas (5.3) – Medida 1.6 – Alteração das dotações do financiamento de cada uma das Acções (1.6.1 a 1.6.5).

II- Alteração do Subprograma 2 “*Gestão sustentável do espaço rural*” – Eixo 2 “*Melhoria do ambiente e da paisagem rural*”:

- g) Informações comuns a certas Medidas – “Boas condições agrícolas e ambientais” (Pág. 175);
- h) Informações comuns a certas Medidas – “Encabeçamento máximo em pastoreio” (Pág. 180);
- i) Medida 2.2 “Valorização de Modos de produção” - Reforço financeiro da Acção “Conservação e melhoramento de recursos genéticos”;
- j) Medida 2.4 – Intervenções territoriais Integradas - Alteração das Acções 2.4.3 a 2.4.12 (ITI existentes);
- k) Medida 2.4 – Intervenções territoriais Integradas – Criação da Acção 2.4.13 – ITI Zonas Rede Natura do Alentejo.

III- Alteração do Subprograma 3 “*Dinamização das zonas rurais*” - Eixo 3 “*Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural*”;

- l) Medida 3.1 “Diversificação da economia e criação de emprego” – Alteração do ponto “Tipologia e nível de apoio” das Acções 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3 (diferença grandes e pequenos projectos);

-
- m) Medida 3.3 "Implementação de estratégias de desenvolvimento local" - Alteração do ponto "Critérios de demarcação com outros Fundos Estruturais";
 - n) Medida 3.4 "Cooperação LEADER para o desenvolvimento" - Alteração do ponto "Procedimento e calendarização".

IV- Alteração no Subprograma 4 "*Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências*" – Eixo 1 "*Aumento da competitividade dos sectores agrícolas e florestal*":

- o) Descrição das Medidas (5.3) – Acção 4.3.1 "Serviços de aconselhamento agrícola" (modo de degressividade) e Acção 4.3.2 "Serviços de apoio às empresas" (nível de apoio e Modo de degressividade).

V- Alteração dos pontos 11 "Designação das autoridades competentes e órgãos responsáveis rurais" (11.1 Autoridade de Gestão) e 12 "Sistema de acompanhamento e avaliação e composição do Comité de Acompanhamento" (12.2 Composição do Comité de Acompanhamento).

2. PROGRESSOS DO PROGRAMA

Neste capítulo pretende-se apresentar um balanço da evolução da implementação do ProDeR, até ao final do primeiro semestre de 2010, quer no que respeita a concursos ou períodos de candidaturas realizados e montantes financeiros disponibilizados, quer a candidaturas apresentadas pelos beneficiários a esses mesmos concursos, investimento proposto, candidaturas aprovadas e contratadas. Esta primeira análise termina com o volume de candidaturas contratadas e com pagamentos já efectuados.

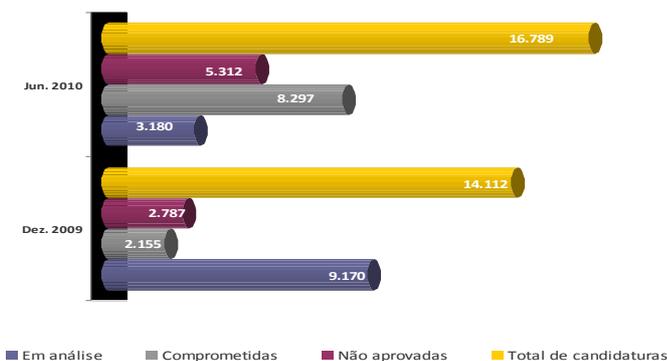
2.1 Balanço global do Programa

Em 2010, a actuação da Autoridade de Gestão (AG) centrou-se essencialmente na análise, decisão e contratação de candidaturas.

Após o esforço desenvolvido no final de 2009, no sentido de, por um lado, regulamentar e acreditar todas as acções e, por outro, agilizar o processo de decisão, o primeiro semestre teve como tónica analisar, decidir e contratar os Pedidos de Apoio (PA) das Acções cujo concurso já se encontrava fechado.

Neste período foi concluída a análise de 8.667 PA de Medidas/Acções não enquadradas no Pedido Único de ajudas (PU), dos quais 6.142 com parecer favorável.

Figura 1: Processo de selecção candidaturas (exclui Medidas enquadradas no PU e Assistência Técnica)



2.1.1 Concursos abertos

No primeiro semestre de 2010, foram abertos apenas concursos para a Acção 1.5.2 "Restabelecimento do potencial produtivo" (2 concursos), para a Subacção 2.2.3.1 "Conservação e melhoramento dos recursos genéticos – Componente vegetal", para a Acção 2.4.1 "Apoio à gestão das ITI's", para as Medidas 3.1 "Diversificação da economia e criação de emprego" e 3.2 "Melhoria da qualidade de vida" no âmbito do território do Grupo de Acção Local (GAL) ATAHCA¹, e para a "Assistência Técnica".

Para a Acção 1.1.3 "Instalação de Jovens Agricultores", foi aberto um período de candidaturas em contínuo e manteve-se a hipótese de apresentação de candidaturas em contínuo para a Acção 1.6.2 "Regadio do Alqueva".

Quanto aos Projectos de Impacto Relevante (PIR) manteve-se até Maio a hipótese de candidaturas em contínuo, altura em que, por motivos de gestão financeira da Acção 1.1.1 "Modernização e capacitação das empresas", a recepção de candidaturas foi suspensa.

Relativamente às Medidas/Acções enquadradas no PU, decorreu entre Fevereiro e Maio o período de candidaturas (PAS 2011).

Para além destes, encontravam-se já a decorrer 13 concursos, conforme se pode constatar no quadro que se apresenta em seguida.

¹ Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave.

Quadro 1: Concursos abertos até 30-06-2010 (exclui Medidas enquadradas no PU)

(Exclui Medidas SIGC)		Nº concursos (Abertos em 2010)	Nº concursos (Abertos em 2009 e fechados em 2010)	Dotação (despesa pública) Mil euros
Subprograma 1		4	4	642.500
111	Modernização e capacitação das empresas			
112	Investimentos de pequena dimensão			
113	Instalação de jovens agricultores	1		
12	Cooperação empresarial para o mercado e internacionalização			
131	Melhoria produtiva dos povoamentos		1	20.000
132	Gestão multifuncional			
133	Modernização e capacitação das empresas florestais			
142	Informação e promoção de produtos de qualidade			
151	Instrumentos financeiros			
152	Restabelecimento do potencial produtivo	2		23.000
161	Desenvolvimento do regadio		1	8.500
162	Regadio de Alqueva	1		553.000
163	Sustentabilidade dos regadios públicos			
164	Modernização dos regadios colectivos tradicionais			
165	Projectos estruturantes		2	38.000
Subprograma 2		2	7	48.500
223	Conservação e melhoramento de recursos genéticos	1		5.500
231	Minimização dos riscos		2	14.000
232	Ordenamento e reconversão dos povoamentos		2	13.000
233	Valorização ambiental dos espaços florestais		3	16.000
24	ITI - Apoio à gestão das ITI	1		
	ITI - Investimentos não produtivos			
Subprograma 3		5	2	14.406
311	Diversificação de actividades na exploração agrícola	1		146
312	Criação e desenvolvimento de microempresas	1		292
313	Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer	1		292
321	Conservação e valorização do património rural	1		294
322	Serviços básicos para a população rural	1		882
341	Cooperação interterritorial		1	11.000
342	Cooperação transnacional		1	1.500
35	Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação			
36	Implantação de redes de banda larga de nova geração, em zonas rurais			
Subprograma 4		0	0	0
41	Cooperação para a inovação			
421	Formação especializada			
422	Redes temáticas de informação e divulgação			
431	Serviços de aconselhamento agrícola			
432	Serviços de apoio às empresas			
TOTAL		11	13	705.406

2.1.2 Candidaturas entradas e investimento proposto

No primeiro semestre foram apresentados cerca de 105.795 processos de candidatura, sendo que as Medidas enquadradas no Sistema Integrado de Gestão e Controlo (SIGC) - considerando aqui os pedidos de pagamento anuais - representam cerca de 97,5% do total.

O custo total envolvido (investimento apresentado no caso das Medidas não SIGC) atinge o valor de 1.067.434 mil euros.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição, por Subprograma, do número de candidaturas e do investimento apresentado/custo total.

Quadro 2: Candidaturas apresentadas até 30-06-2010 (exclui Medidas enquadradas no PU)

(Exclui Medidas enquadradas no PU)	1º Semestre 2010		Acumulado a 31-12-2009	
	Número de candidaturas	Investimento apresentado (mil euros)	Número de candidaturas	Investimento apresentado (mil euros)
Subprograma 1	2.487	921.514	10.643	4.114.852
Subprograma 2	38	6.379	846	80.383
Subprograma 3	119	16.425	2.157	358.160
Subprograma 4			499	91.989
TOTAL	2.644	944.318	14.145	4.645.384

Quadro 3: Candidaturas apresentadas até 30-06-2010 (enquadradas no PU)

(Medidas enquadradas no PU)	1º Semestre 2010		Acumulado a 31-12-2009	
	Número de candidaturas	Custo total (mil euros)	Número de candidaturas	Custo total (mil euros)
Subprograma 1			6.932	6.865
Subprograma 2	103.151	123.116	394.238	392.152
Subprograma 3				
Subprograma 4				
TOTAL	103.151	123.116	401.170	399.017

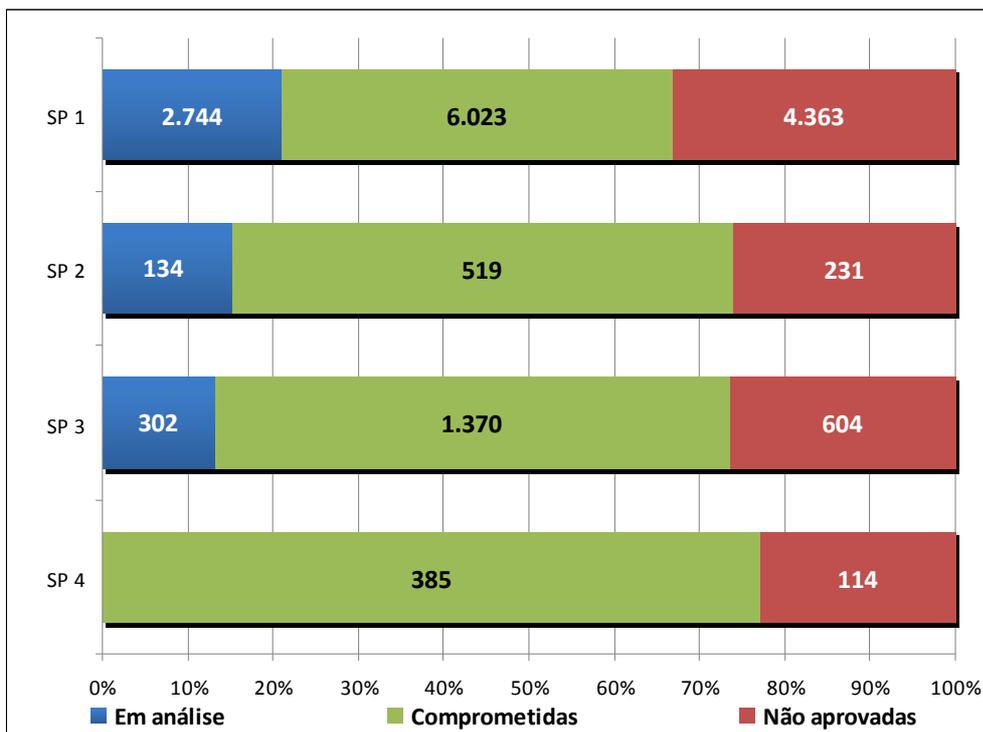
2.1.3 Análise, aprovação e contratação dos pedidos de apoio

No ano de 2010, a aposta foi no sentido de analisar e decidir o máximo de candidaturas, facto que fica patente no gráfico que se apresenta na página seguinte.

Fazendo um ponto de situação do processo de selecção dos PA (excepto Medidas SIGC) apresentado em cada Subprograma, verifica-se que, apenas cerca de 19% das candidaturas se encontram em análise a 30 de Junho.

Em termos médios, a percentagem de não aprovações no universo das candidaturas decididas atingiu os 39%.

Figura 2: Situação das candidaturas a 30-06-2010 (acumulado)



Até 30 de Junho foram aprovadas² 15,2 mil candidaturas, que envolveram 2.750.587 mil euros de investimento. Estas aprovações representam uma despesa pública de 1.289.123 mil euros com um co-financiamento médio de 76%, pelo FEADER.

² Candidaturas objecto de análise e que têm parecer favorável para decisão final.

Quadro 4: Compromissos assumidos (exclui Medidas SIGC)

Un.: mil euros

Sub programa	Designação	Compromissos assumidos			
		Nº	Custo total elegível	Despesa pública	FEADER
SP 1	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE	12.955	2.376.395	1.034.575	775.379
SP 2	GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL	519	62.045	47.500	37.587
SP 3	DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS	1.323	220.487	153.813	122.466
SP 4	PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS	385	69.617	33.090	24.798
	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	17	22.044	20.146	15.110
TOTAL ProDeR		15.199	2.750.587	1.289.123	975.339

2.1.4 Execução financeira

No final de Junho de 2010, o montante total dos pagamentos efectuados no ProDeR era de 835.854 mil euros de despesa pública e 720.465 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos globais, a taxa de execução do Programa era de 20% (relação entre o fundo pago e o programado) tendo as Acções transitadas (66%) e as do Subprograma 2 "Gestão sustentável do espaço rural" (28%) contribuído em grande parte para esta execução.

2.2 Balanço detalhado por Acção ProDeR

2.2.1 Subprograma 1 – Promoção da competitividade

2.2.1.1 Acção 1.1.1 – Modernização e capacitação das empresas

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No primeiro semestre de 2010 não foram abertos concursos para esta Acção mas manteve-se a possibilidade de apresentação de candidaturas de Projectos de Impacto Relevante (PIR), e a possibilidade de serem submetidas candidaturas de Jovens Agricultores (JA) associadas a primeira instalação.

No quadro seguinte apresentam-se as candidaturas válidas³ por concurso a 30 de Junho de 2010.

Quadro 5: Acção 1.1.1 - Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2010		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	628.718	100.000			1.379	937.813
Segundo		250.000			1.621	1.037.754
Terceiro		80.000			689	498.993
Quarto - Leite		30.000			52	25.247
Quinto - Olival		20.000			4	440
Fora concurso - JA		-	308	43.818	2.135	357.445
Fora concurso - PIR		-	3	46.052	40	404.100
TOTAL		480.000	311	89.870	5.920	3.261.791

³ Total de candidaturas apresentadas – repetidas – desistidas – rescindidas - PA em validação no SI ProDeR - canceladas.

Face ao ano de 2009, verificou-se apenas a entrada de PA ao nível de Jovens Agricultores e dos PIR. O saldo líquido de candidaturas entradas (entradas – saídas) correspondeu a cerca de 1% dos PA e do investimento proposto, não se tendo, por isso, verificado uma alteração significativa no padrão de investimento e no tipo de promotores.

Quadro 6: Acção 1.1.1 - Distribuição regional dos PA entrados por componente (acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	Acumulado 2007-2010							
	Componente 1		Componentes 1+2		Componente 2		TOTAL	
	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto
Norte	1.677	346.713	79	132.764	279	362.642	2.035	842.118
Centro	712	158.323	42	174.404	185	233.081	939	565.808
LVT	1.096	282.917	50	106.694	186	444.455	1.332	834.067
Alentejo	1.145	559.083	53	100.084	145	280.974	1.343	940.142
Algarve	248	56.843	5	3.014	18	19.800	271	79.657
TOTAL	4.878	1.403.880	229	516.960	813	1.340.952	5.920	3.261.791

Quadro 7: Acção 1.1.1 - Distribuição regional dos PA – PIR entrados por componente e sector (acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	Sector	Acumulado 2007-2010							
		Componente 1		Componente 1+2		Componente 2		TOTAL	
		Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto
Norte	Olival	1	1.722					1	1.722
	Outras culturas agrícolas	7	63.551			1	33.874	8	97.425
Centro	Bovinos de leite					1	38.527	1	38.527
	Flores forragem	1	2.041					1	2.041
	Frangos (engorda)			2	105.049			2	105.049
	Ovos			1	28.175	2	12.730	3	40.905
LVT	Hortícolas forragem	2	9.102					2	9.102
	Outros animais			1	11.841			1	11.841
Alentejo	Olival	17	73.644					17	73.644
	Vinha	3	12.021					3	12.021
	Ovos	1	11.822					1	11.822
TOTAL		32	173.903	4	145.066	4	85.130	40	404.100

Quadro 8: Acção 1.1.1 - Distribuição dos promotores dos PA entrados por tipologia (no ano e acumulado)

Tipologia	1º Sem. 2010			Acumulado 2007-2010		
	Nº PA	Investimento		Nº PA	Investimento	
		Mil euros	%		Mil euros	%
Produtor individual	262	30.750	34%	3.106	487.265	15%
Sociedades	49	59.119	66%	2.655	2.586.119	79%
Outras	0			159	188.407	6%
TOTAL	311	89.870	100%	5.920	3.261.791	100%

Quadro 9: Acção 1.1.1 - Distribuição dos PA entrados por escalões de investimento (no ano e acumulado)

Tipologia	1º Sem. 2010				Acumulado 2007-2010			
	PA		Investimento		PA		Investimento	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
< 25 mil euros	1	0%	22	0%	1	0%	22	0%
≥ 25 mil e < 100 mil euros	167	54%	9.807	11%	167	54%	9.807	11%
≥ 100 mil e < 200 mil euros	90	29%	12.057	13%	90	29%	12.057	13%
≥ 200 mil e < 500 mil euros	40	13%	12.592	14%	40	13%	12.592	14%
≥ 500 mil e < 1.000 mil euros	9	3%	6.569	7%	9	3%	6.569	7%
≥ 1.000 mil e < 2.000 mil euros	1	0%	1.312	1%	1	0%	1.312	1%
≥ 2.000 mil euros	3	1%	47.509	53%	3	1%	47.509	53%
TOTAL	311	100%	89.870	100%	311	100%	89.870	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 a actividade desenvolvida centrou-se no processo de análise e decisão das candidaturas, de que resultou a evolução patenteada nos quadros seguintes.

Foram analisadas 2.254 candidaturas, das quais 77% com parecer favorável. Apenas se encontram em análise 10% do total das candidaturas, com predomínio das candidaturas de Jovens Agricultores entradas já no decorrer de 2010.

Quadro 10: Acção 1.1.1 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas		
			Parecer desfavorável		Parecer favorável				
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública
Primeiro	1.379	937.813	1.006	673.842	373	263.971	358	253.823	83.005
Segundo	1.621	1.037.754	469	243.919	1.134	745.844	955	633.746	203.862
Terceiro	689	498.993	173	65.270	363	253.081	1	189	57
Quarto - Leite	52	25.247	16	5.032	31	17.391	0	0	2
Quinto - Olival	4	440	1	125	3	315	2	148	61
Fora concurso - JA	2.135	357.445	759	127.919	923	160.637	677	117.809	45.873
Fora concurso - PIR	40	404.100	3	50.916	35	339.498	32	330.992	95.057
TOTAL	5.920	3.261.791	2.427	1.167.022	2.862	1.780.737	2.025	1.336.706	427.917

Relativamente às candidaturas analisadas, no primeiro semestre de 2010, verificou-se um aumento de mais de 70% no número de PA analisados ao qual correspondeu mais de 50% de investimento proposto analisado.

Quanto à contratação, no primeiro semestre de 2010, verificou-se um aumento de mais de 350% no número de PA contratados e um aumento de mais de 100%, relativamente ao investimento proposto contratado. Este acréscimo foi particularmente significativo no segundo concurso e nas candidaturas de Jovens Agricultores em primeira instalação.

Em termos acumulados, foram contratados⁴ 2.025 PA, dos quais 1.491 no primeiro semestre de 2010, num total de 427.917 mil euros de despesa pública, representando 316.500 mil euros de comparticipação FEADER. Destes PA contratados, 96% eram localizados em região de convergência. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 67%.

c. Execução financeira

Relativamente ao processo de contratação nas diferentes regiões, verificou-se um aumento muito significativo em todas as regiões, com

⁴ Entende-se por PA contratados todos os que foram enviados por *webservice* para o IFAP.

particular destaque para LVT (mais de 5 vezes do número de PA contratados e mais de 3 vezes do investimento proposto contratado), passando, esta região, a ser a segunda mais importante, em termos de valores contratados, com cerca de ¼ do número de PA e da despesa contratada.

O Alentejo continuou a ser a região com mais contratações, cerca de ¼ dos PA e mais de 30% da despesa contratada.

A evolução registada, ao nível dos processos remetidos para contratação, reflectiu-se também nos pagamentos efectuados.

No final de Junho de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 55.722 mil euros de despesa pública e 41.140 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, 80% foram pagos no primeiro semestre de 2010 (44.914 mil euros de despesa pública e 33.528 mil euros de comparticipação FEADER).

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução de 9% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 13% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Quadro 11: Acção 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (no ano)

Un.: mil euros

DRAP	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	308	42.212	31.659	33	12.766	9.576
Centro	278	26.461	19.846	44	6.451	4.834
LVT	423	72.993	51.841	54	8.484	6.206
Alentejo	394	76.807	57.600	51	15.557	11.664
Algarve	88	7.466	5.600	16	1.656	1.248
TOTAL	1.491	225.940	166.545	198	44.914	33.528

Quadro 12: Acção 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	410	85.587	64.190	32	12.766	9.575
Centro	446	89.998	67.498	60	12.774	9.579
LVT	528	103.825	73.436	61	11.316	7.838
Alentejo	520	133.776	100.327	65	17.021	12.760
Algarve	121	14.731	11.048	17	1.845	1.388
TOTAL	2.025	427.917	316.500	235	55.722	41.140

A componente 1 “Investimentos nas explorações agrícolas”, representou 53% da execução total da Acção, dos quais 99% em região de convergência.

2. Indicadores de acompanhamento do Programa

Esta Acção apresenta investimentos que se enquadram em 3 Medidas da Comissão: Medida 111 “Formação profissional e acções de informação”; Medida 121 “Modernização de explorações agrícolas” e Medida 123 “Valor acrescentado dos produtos agrícolas e florestais”.

Análise global da Acção 1.1.1

Analisando a distribuição, por componente, do número de PA enviados para contratação, verifica-se um aumento do predomínio da componente 1, em termos de número de PA contratados, com 83% do total, face ao que se verificava a 31 de Dezembro de 2009 (74%).

Relativamente ao investimento e à despesa pública, o peso da componente 1 também aumentou, passando para 43% do investimento (33% em 2009) e 47% da despesa pública (37% em 2009). Se se considerar a componente 1 (isolada) juntamente com a componente 1 dos PA (1+2), verifica-se que

esta componente passou a representar 52% do investimento total e 54% da despesa pública comprometida.

Em termos de investimento médio por PA, verificou-se, em termos globais uma redução para quase metade. De uma dimensão média de 1,24 milhões de euros, em 2009, passou-se para uma dimensão média de 660 mil euros. Esta redução ocorreu sobretudo na componente 1, menos 39%, e nos PA (1+2), com uma redução de $\frac{2}{3}$ no investimento médio.

Quadro 13: Acção 1.1.1 - PA contratados das componentes 1 e 2 por tipo de promotor (acumulado)

		Componente			TOTAL (mil euros)
		1	1+2	2	
Nº PA	Jovens	677	-	-	677
	PIR	25	4	3	32
	Outros	988	49	279	1.316
	TOTAL	1.690	53	282	2.025
Investimento (mil euros)	Jovens	117.809	-	-	117.809
	PIR	139.322	145.066	46.603	330.992
	Outros	314.563	95.082	478.260	887.905
	TOTAL	571.695	240.148	524.863	1.336.706
Desp. pública (mil euros)	TOTAL	199.603	65.398	162.917	427.917

Formação (Medida 111 da Comissão)

No total das duas componentes foram apoiados 425 PA com acções de formação (21% do total de 2.025 PA contratados).

O investimento proposto em formação nos PA contratados, é de 1.916 mil euros, representando 26% da meta estabelecida, um acréscimo de mais de 6 vezes, face ao valor de 2009.

Quadro 14: Acção 1.1.1 - Investimento contratado em formação por componente (no ano e acumulado)

<u>Primeiro semestre 2010</u>		<u>Acumulado</u>	
Un.: mil euros	Investimento proposto em formação	Un.: mil euros	Investimento proposto em formação
Componente 1	617	Componente 1	766
Componente 2	998	Componente 2	1.151
TOTAL	1.614	TOTAL	1.916
		Meta	7.400
		% da Meta	26%

Nas acções de formação contratadas estão previstos participar 6.706 formandos, num total de 8.444 dias de formação.

Quadro 15: Acção 1.1.1 - Acções de formação contratadas das componentes 1 e 2 por actividade (acumulado)

Componente	Número de participantes em acções de formação				Número de participantes (contabilizados uma só vez)	Número de dias de formação recebidos	Despesas públicas contratadas (mil euros)		Despesas públicas pagas (mil euros)	
	Agricultura	Indústria Alimentar	Silvicultura	TOTAL			FEADER	TOTAL	FEADER	TOTAL
Componente 1	3.917				3.917	5.843	267	358	7	10
Componente 2		2.789			2.789	2.601	528	716	60	80
TOTAL	3.917	2.789	0	0	6.706	8.444	795	1.074	67	90

Apio às explorações agrícolas (Medida 121 da Comissão)

Durante o ano de 2010 foram contratados 1.743 PA relativos à componente 1 "Investimentos nas explorações agrícolas", desta Acção.

O Alentejo e LVT foram as regiões com maior número de PA contratados (53%) enquanto em termos de investimento, são as regiões do Alentejo e Centro que apresentam maior peso. A dimensão média elevada de

investimento e de apoio na região Centro, deve-se ao peso significativo dos PIR nesta região. No Alentejo isto deve-se tanto à dimensão média elevada dos PA como à contratação de um número significativo de PIR.

Quadro 16: Acção 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados da componente 1 (acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
Norte	330	110.769	39.477	29.608
Centro	374	177.390	55.234	41.426
LVT	458	131.965	42.257	29.633
Alentejo	466	240.183	84.749	63.557
Algarve	115	29.650	10.510	7.883
TOTAL	1.743	689.957	232.228	172.106
Metas	8.200	669.000	279.969	213.980
% da meta	21%	103%	83%	80%

O número de PA contratados registou um crescimento substancial correspondendo, actualmente, a 21% da meta estabelecida para o número de contratações (8.200 PA) previstas para o período 2007-2013.

No que diz respeito ao investimento proposto, os PA contratados, tal como já tinha sido previsto no último relatório, ultrapassaram a meta prevista.

Em termos de despesa pública e de FEADER, os valores contratados correspondem a 80% da meta.

No quadro 17 apresenta-se a distribuição percentual dos PA contratados da componente 1 por rubricas de investimento e por actividade agrícola.

Quadro 17: Acção 1.1.1 – Distribuição do investimento dos PA contratados da componente 1 (acumulado)

Actividade agrícola	Máquinas e equipamentos	Plantações	Instalações animais	Estufas ou outras estruturas de forragem	Edifícios e outras construções	Energias renováveis	Captação de águas	Rede de rega	Cumprimento de novas normas	Melhoramentos fundiários	Compra de terrenos	Electrificação	Investimentos ambientais	Outros investimentos	TOTAL por actividade agrícola
Hortícolas Forçagem	2%	0%	0%	5%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	10%
Olival	6%	11%	0%	0%	0%	0%	1%	3%	0%	2%	2%	0%	0%	1%	25%
Ovos	0%	0%	1%	0%	0%	1%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	6%
Frangos (engorda)	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%
Frutos	4%	8%	0%	0%	0%	0%	0%	2%	0%	1%	0%	0%	0%	1%	17%
Culturas Forrageiras	2%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	5%
Vinha	3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	2%	0%	0%	0%	1%	8%
Outros Animais	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Flores	1%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	4%
Bovinos de Carne	1%	1%	2%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	1%	6%
Bovinos de Leite	2%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	4%
Hortícolas ar livre	3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	4%
Cereais Oleaginosas e Proteaginosas	2%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	4%
Outras Culturas	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%
Outras Permanentes	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Caprinos	1%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	2%
Ovinos de Carne	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Ovinos de Leite	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Suínos	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%
Apicultura	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%
TOTAL por rubrica	30%	21%	6%	7%	2%	2%	1%	7%	4%	8%	3%	1%	2%	7%	100%

Relativamente à natureza do investimento contratado nas explorações, por sector de actividade, verificou-se:

- ⇒ Um acréscimo muito significativo no “olival”, de mais 9 pontos percentuais face a 2009, passando este a ser a actividade com maior importância, representando $\frac{1}{4}$ do investimento total contratado;
- ⇒ As “frutas” tiveram o acréscimo mais significativo, de mais 11 pontos percentuais face a 2009, passando a representar 17% do investimento total;
- ⇒ A “vinha” passou a ser a 4ª cultura mais significativa, com 8% do investimento total e um acréscimo de 3 pontos percentuais, face a 2009;

-
- ⇒ A “hortícola em forçagem” continuou a ser um dos sectores com mais importância, representando 10% do investimento total contratado.

O “olival”, as “frutas”, a “hortícola em forçagem” e a “vinha”, constituem, actualmente, 60% do investimento total contratado.

Relativamente à natureza do investimento contratado nas explorações, por tipo de investimento, verificou-se:

- ⇒ As “máquinas” continuam a ser o tipo de investimento mais importante, com 30% do investimento total;
- ⇒ As “plantações” passaram a ser o segundo tipo de investimento mais significativo, com 21% do investimento total e um acréscimo de 9%, face a 2009;
- ⇒ Os “melhoramentos fundiários” duplicaram a sua importância, passando a constituir 8% do investimento total.

Em termos de indicadores específicos de realização, verificou-se um progresso significativo no número de candidaturas com projectos agrupados, tendo-se cumprido já 25% da meta, valor ligeiramente superior à meta relativa ao número de PA a apoiar (21%).

Continua a verificar-se um investimento em inovação significativamente superior à meta e valores inferiores às metas em termos de investimentos em factores ambientais e imateriais, de 6% e 3%, respectivamente.

Quadro 18: Acção 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 1 (acumulado)

Un.: mil euros

	Nº candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento			
		Investimentos em factores ambientais	Bem estar animal	Inovação	Investimento imaterial
	270	35.752	23.330	510.276	17.651
Metas	1.100	≥ 10%	-	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	25%	6%	-	79%	3%

Relativamente aos indicadores de resultado, continuam-se a registar valores elevados na inovação, tanto ao nível dos produtos como das técnicas. Em termos de VAB, está cumprido 17% da meta.

Quadro 19: Acção 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 1 (acumulado)

	Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)	Número de explorações		
		Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
	322.911	941	1.201	1.328
% do total de explorações	-	54%	69%	-
Metas	1.900.000	18%	55%	1.700
% da meta	17%	++	++	78%

Apoio às empresas de transformação e comercialização (Medida 123 da Comissão)

Até ao final do primeiro semestre de 2010 foram contratados 335 PA (76% da meta). A estes PA estão associados 194.530 mil euros de apoio e 143.544 mil euros de FEADER (cerca de metade das metas estabelecidas). Quanto ao investimento proposto este ascendeu a 644.881 mil euros (79% da meta proposta).

Quadro 20: Acção 1.1.1 - PA contratados da componente 2 por sector de actividade (acumulado)

Sector de actividade	Produção biológica	Produção convencional	TOTAL	Número de empresas apoiadas	Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)
					FEADER	TOTAL	
Indústria alimentar	N.D.	335	335	335	143.544	194.530	644.881
Misto	N.A.	N.A.	-	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
TOTAL	-	335	335	335	143.544	194.530	644.881
			Meta	440	261.225	343.017	819.000
			% da meta	76%	55%	57%	79%

Analisando a repartição sectorial do investimento, verifica-se que:

- ⇒ O “vinho” continua a ser o principal sector de investimento, na componente 2, com 31% do total, tendo tido um aumento de 5 pontos percentuais na sua importância a nível do investimento total;
- ⇒ As “frutas frescas” tiveram um aumento muito significativo, com um acréscimo de 8 pontos percentuais, passando a ser o 4º sector mais importante, com 12% do investimento total;
- ⇒ O “azeite” e os “produtos hortícolas transformados” continuam a ser relevantes a nível do investimento, ambos com 13% do investimento total.

Estes 4 sectores constituem, actualmente, cerca de 70% do investimento total da componente 2.

Em termos de regiões verifica-se um aumento muito significativo da importância regional de LVT, passando esta a ser a mais importante, com cerca de 30% do investimento total.

Quadro 21: Acção 1.1.1 - Repartição regional e sectorial do investimento contratado da componente 2 (acumulado)

Sector	DRAPN	DRAPC	DRAPLVT	DRAPALE	DRAPALG	TOTAL sectorial
Azeite	0%	1%	1%	11%	0%	13%
Carne	4%	3%	1%	1%	0%	9%
Frutas frescas	1%	1%	7%	1%	1%	12%
Frutas transformadas	1%	0%	2%	0%	1%	5%
Leite e produtos lácteos	0%	2%	0%	0%	0%	3%
Ovos e aves de capoeira	0%	8%	1%	0%	0%	9%
Produtos diversos	0%	0%	1%	0%	0%	1%
Produtos hortícolas frescos	1%	0%	4%	1%	0%	6%
Produtos hortícolas transformados	5%	1%	4%	2%	0%	13%
Vinho	12%	4%	7%	8%	0%	31%
TOTAL regional (%)	24%	21%	29%	24%	2%	100%
TOTAL regional (invest.)	155.182	133.022	191.529	154.180	10.968	644.881
TOTAL regional (apoio)	45.870	34.609	60.932	48.944	4.176	194.530
TOTAL regional (nº PA)	89	84	82	71	9	335

Relativamente aos indicadores específicos de realização, e à semelhança do que aconteceu na componente 1, verificou-se um forte aumento na taxa de cumprimento da meta relativa ao número de candidaturas com projectos agrupados, 71% do total, um valor ligeiramente inferior ao número de empresas a apoiar, 76%, e um valor do investimento em inovação bastante superior à meta. O investimento em factores ambientais e imateriais está abaixo das metas.

Quadro 22: Acção 1.1.1 - Indicadores específicos de realização da componente 2 (acumulado)

Un.: mil euros

	Número de candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento		
		Investimentos em factores ambientais	Investimentos em inovação	Investimentos imateriais
	53	27.322	464.370	76.921
% do total do investimento	-	4%	72%	12%
Metas	75	≥ 10%	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	71%	-	++	--

Quanto aos indicadores de resultado, os PA já contratados apresentam valores, relativamente à introdução de novos produtos e técnicas, bastante superiores às metas. Relativamente ao VAB, foi apenas cumprido 14% da meta.

Quadro 23: Acção 1.1.1 - Indicadores de resultado da componente 2 (acumulado)

	Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)	Número de explorações		
		Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
	N.D.	155	212	232
% do total de PA	331.931	46%	63%	-
Metas	2.400.000	18%	55%	160
% da meta	14%	++	++	145%

2.2.1.2 Acção 1.1.2 – Investimentos de pequena dimensão

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No primeiro semestre não se abriram novos concursos para esta Acção. O número de PA do concurso que decorreu em 2009 diminuiu (de 744 candidaturas válidas para 709) devido a desistências e validações de candidaturas.

Quadro 24: Acção 1.1.2 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	60.052	15.000	709	14.152

b. Análise e decisão das candidaturas

A 30 de Junho encontravam-se analisadas desta Acção, 620 candidaturas das 709 candidaturas entradas consideradas válidas, ou seja, cerca de 87%. Destas candidaturas analisadas, 50% tiveram um parecer favorável. Nesta data apenas se encontravam em análise 13% do total das candidaturas.

No primeiro semestre de 2010 foram analisadas, 576 candidaturas, que representaram cerca de 92% das análises já efectuadas.

Quadro 25: Acção 1.1.2 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Parecer desfavorável		Parecer favorável		Nº PA	Invest. total	Despesa pública
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	709	14.152	150	3.043	470	9.226	307	5.819	2.483

Em termos acumulados, foram contratados 307 PA, todos no primeiro semestre de 2010, num total de 2.483 mil euros de despesa pública, representando 1.852 mil euros de comparticipação FEADER. Destes PA contratados, 99% encontram-se em região de convergência. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 4%.

Analisando a distribuição do investimento contratado, por DRAP e tipologia, verifica-se que cerca de 60% do investimento é feito em “equipamentos e máquinas agrícolas”. As “pequenas construções” e as “pequenas plantações plurianuais” representam, no seu conjunto, ¼ do investimento contratado. Em termos regionais, verifica-se que:

- ⇒ O Norte, o Alentejo e o Algarve têm uma tipologia de investimento semelhante, com um peso relativamente grande de “equipamentos e máquinas agrícolas” e “pequenas plantações plurianuais”;
- ⇒ LVT apresenta, igualmente, um peso relativamente elevado na rubrica “equipamentos e máquinas agrícolas” mas as “pequenas construções” passam a ser a segunda tipologia de investimento mais significativa;
- ⇒ No Centro, à semelhança de LVT, as “pequenas construções” têm um peso muito significativo, enquanto a rubrica “equipamentos e máquinas agrícolas” apresenta o menor peso regional;

⇒ No Norte e no Centro verifica-se que os “investimentos ambientais e de eficiência energética” representam 4% do investimento regional.

Quadro 26: Acção 1.1.2 – Distribuição regional e por tipologia dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	1a Construções e equipamentos para melhoramento ambiental e eficiência energética		1b Equipamentos e máquinas agrícolas		1c Pequenas construções		1d Pequenas plantações plurianuais		Não elegível		TOTAL
	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	
Norte	42	4%	706	62%	62	5%	226	20%	103	9%	1.139
Centro	114	4%	1.489	54%	409	15%	223	8%	531	19%	2.766
LVT	0	0%	377	68%	94	17%	43	8%	41	7%	554
Alentejo	24	2%	711	62%	52	5%	261	23%	97	8%	1.144
Algarve	0	0%	154	71%	1	1%	54	25%	7	3%	217
TOTAL	179	3%	3.437	59%	617	11%	807	14%	780	13%	5.819

Relativamente à dimensão do investimento dos PA contratados, verifica-se que mais de metade dos PA e cerca de 70% do investimento contratado se referem a PA com valores de investimento superiores a 20 mil euros.

Quadro 27: Acção 1.1.2 – Distribuição dos PA contratados por escalões de investimento (acumulado)

Un.: mil euros

Tipologia	PA contratados			
	Nº PA	%	Invest. total	%
Entre 5 e 10 mil euros	44	14%	332	6%
Entre 10 e 15 mil euros	49	16%	618	11%
Entre 15 e 20 mil euros	48	16%	844	15%
Mais de 20 mil euros	166	54%	4.026	69%
TOTAL	307	100%	5.819	100%

Dos PA contratados na Acção 1.1.2, 20% (61 PA) concorreram também à Acção 1.1.1. O investimento aprovado correspondeu, em termos globais, a 8% do investimento candidatado à Acção 1.1.1. No entanto, em certas

regiões o investimento na Acção 1.1.2 constituiu um complemento muito significativo à Acção 1.1.1, correspondendo no Algarve a cerca de $\frac{3}{4}$ do investimento e em LVT a cerca de $\frac{1}{4}$ deste valor.

Quadro 28: Acção 1.1.2 – PA contratados que concorreram à Acção 1.1.1 e valores de investimento da Acção 1.1.2 e 1.1.1 associados (acumulado)

DRAP	Acção 1.1.2			Invest. candidatado à Acção 1.1.1 (mil euros)
	Nº PA	Invest. contratado		
		Mil euros	(em % do invest. da 1.1.1)	
Norte	16	288	6%	4.734
Centro	14	334	15%	2.271
LVT	8	191	23%	814
Alentejo	21	467	6%	7.872
Algarve	2	45	74%	62
TOTAL	61	1.325	8%	15.753

c. Execução financeira

No final de Junho de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 65 mil euros de despesa pública e 49 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução (rácio entre o fundo pago e o programado) residual de 0,1% face ao programado e de 3% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Quadro 29: Acção 1.1.2 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	Total contratados			Total pago		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	68	484	363			
Centro	146	1.195	896	3	27	20
LVT	26	218	153	2	11	9
Alentejo	57	505	379	3	27	20
Algarve	10	81	61			
TOTAL	307	2.483	1.852	8	65	49
Meta	9.800	60.052	45.000			
% da meta	3%	4%	4%			

2. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos do cumprimento das metas dos indicadores de realização, verifica-se que as explorações contratadas representam 3% do número de PA e 4% da despesa apoiada, conforme quadro anterior.

Quanto aos indicadores de resultado, as empresas contratadas apresentam uma taxa inferior à esperada, tanto no que diz respeito à “introdução de novos produtos” (15% das explorações contra um valor da meta de 18%) como na “introdução de novas técnicas” (35% das explorações contra um valor da meta de 55%).

Quadro 30: Acção 1.1.2 – Indicadores de resultado (acumulado)

		Nº explorações	
		Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas
Sexo	Masculino	24	49
	Feminino	11	27
Pessoas colectivas		11	29
TOTAL		46	105
% do total de PA		15%	34%
Meta		18%	55%
% da meta		-	--

2.2.1.3 Acção 1.1.3 – Instalação de Jovens Agricultores

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No primeiro semestre de 2010 foi aberto o oitavo período de candidatura que decorre até ao final do ano. Até 30 de Junho tinham sido recepcionadas 552 candidaturas válidas.

Quadro 31: Acção 1.1.3 – Candidaturas apresentadas a concurso

Ano	Avisos	Nº PA entrados válidos
2008	Primeiro aviso	381
	Segundo aviso	441
	Terceiro aviso	339
2009	Quarto aviso	470
	Quinto aviso	527
	Sexto aviso	590
	Sétimo aviso	292
2010	Oitavo aviso	552
TOTAL		3.592

Verifica-se que o número de candidaturas por aviso se tem mantido sempre elevado o que traduz o interesse nesta Acção.

A distribuição regional destas candidaturas segue a verificada nos anos anteriores e é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 32: Acção 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados (no ano e acumulado)

DRAP	Número de PA entrados válidos			
	1º Sem. 2010		2007-10	
	Nº	%	Nº	%
Norte	349	63%	2.092	58%
Centro	82	15%	488	14%
LVT	37	7%	487	14%
Alentejo	62	11%	363	10%
Algarve	22	4%	162	5%
TOTAL	552	100%	3.592	100%

A região Norte acentuou a sua dominância representando $\frac{2}{3}$ dos PA válidos apresentados no primeiro semestre. O número de PA entrados válidos no primeiro semestre de 2010 constitui 15% de todos os PA entrados e válidos no período de programação.

Quadro 33: Acção 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados por tipologia do promotor (no ano)

DRAP	Produtor individual		Sociedade por quotas	
	Nº PA	% do valor regional	Nº	% do valor regional
Norte	335	96%	14	4%
Centro	67	82%	15	18%
LVT	30	81%	7	19%
Alentejo	41	66%	21	34%
Algarve	18	82%	4	18%
TOTAL	491	89%	61	11%

Analisando a distribuição por tipologia de beneficiário, verifica-se o predomínio global dos “produtores individuais” (quase 90%). Analisando a distribuição por tipologia dentro de cada região verifica-se que a região do Alentejo se destaca pela importância das “sociedades por quotas” (que aqui são um terço dos PA) contrastando com a região Norte onde estas representam apenas 4% do total da tipologia. Em todas as restantes regiões as “sociedades por quotas” representam cerca de 1/5 dos PA.

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 foram analisadas 1.383 candidaturas, (até ao final de 2009 tinham sido analisadas 1.429 candidaturas) num total acumulado de 2.812 candidaturas. Isto é, duplicou-se o número de candidaturas já analisadas o que representa uma forte aceleração do ritmo de análise de PA.

Esta progressão é ainda mais significativa no que se refere às contratações pois as 949 efectuadas do primeiro semestre de 2010 representam 79% do total.

As candidaturas objecto de contratação no decorrer do semestre envolveram uma despesa pública de 37.960 mil euros conforme quadro seguinte.

Quadro 34: Acção 1.1.3 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Total de candidaturas entradas 2007-2010		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas					
			1º Sem. 2010		Acumulado 2007-2010		1º Sem. 2010			Acumulado 2007-2010		
	Nº PA	Prémio	Nº PA	Prémio	Nº PA	Prémio	Nº PA	Prémio		Nº PA	Prémio	
								Despesa pública	FEADER		Despesa pública	FEADER
Primeiro	381	15.240	0	0	381	15.240	13	520	390	138	5.520	4.117
Segundo	441	17.640	26	1.040	440	17.600	167	6.680	5.010	214	8.560	6.384
Terceiro	339	13.560	81	3.240	338	13.520	159	6.360	4.770	200	8.000	5.966
Quarto	470	18.800	145	5.800	447	17.880	194	7.760	5.820	218	8.720	6.503
Quinto	527	21.080	403	16.120	454	18.160	178	7.120	5.340	187	7.480	5.578
Sexto	590	23.600	457	18.280	480	19.200	151	6.040	4.530	152	6.080	4.534
Sétimo	292	11.680	187	7.480	188	7.520	65	2.600	1.950	65	2.600	1.939
Oitavo	552	22.080	84	3.360	84	3.360	22	880	660	22	880	656
TOTAL	3.592	143.680	1.383	55.320	2.812	112.480	949	37.960	28.470	1.196	47.840	35.678

Em termos acumulados, foram contratados 1.196 PA que correspondem a um total de 47.840 mil euros de despesa pública, representando 35.678 mil euros de participação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 30%.

No que se refere à distribuição regional, verificou-se no semestre a mesma predominância da região Norte que se verifica para os dados acumulados (representando cerca de 50% das candidaturas contratadas), mantendo-se também a região Centro como a segunda região (com um quinto das candidaturas contratadas). Estas duas regiões totalizam mais de $\frac{2}{3}$ de todas as contratações desta Acção.

Quadro 35: Acção 1.1.3 - Distribuição regional dos PA contratados (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	1º Sem. 2010				Acumulado 2007-2010			
	Nº PA	%	Despesa pública	FEADER	Nº PA	%	Despesa pública	FEADER
Norte	468	49%	18.720	14.040	566	47%	22.640	16.884
Centro	190	20%	7.600	5.700	254	21%	10.160	7.577
LVT	130	14%	5.200	3.900	160	13%	6.400	4.773
Alentejo	105	11%	4.200	3.150	152	13%	6.080	4.534
Algarve	56	6%	2.240	1.680	64	5%	2.560	1.909
TOTAL	949	100%	37.960	28.470	1.196	100%	47.840	35.678

c. Execução financeira

No final de Junho de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 21.640 mil euros de despesa pública e 16.174 mil euros de participação FEADER. Deste montante, 87% foram pagos no primeiro semestre de 2010 (18.792 mil euros de despesa pública e 14.038 mil euros de participação FEADER). Verifica-se, assim, que 676 Jovens Agricultores (JA) já receberam o seu primeiro pedido de pagamento do prémio, sendo que 587 o receberam no decorrer do primeiro semestre de 2010.

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução de 14% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 45% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado), o que representa uma evolução muito significativa relativamente ao final de 2009 quando a taxa de execução era de apenas 2%.

A distribuição regional dos pagamentos efectuados segue o padrão anterior de predomínio da região Norte, sempre com valores muito próximos dos 50%, seguida da região Centro, com percentagens acima dos 20% do total e com tendência de aumento da sua importância (aproximando-se dos 25% nos pagamentos do semestre).

Quadro 36: Acção 1.1.3 – Distribuição regional dos PA pagos (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	1º semestre 2010			Acumulado 2007-2010		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	279	8.936	6.702	323	10.344	7.758
Centro	143	4.576	3.432	158	5.056	3.792
LVT	73	2.336	1.696	80	2.560	1.864
Alentejo	66	2.112	1.584	84	2.688	2.016
Algarve	26	832	624	31	992	744
TOTAL	587	18.792	14.038	676	21.640	16.174

A execução acumulada em regiões de convergência foi de 99%.

2. Indicadores de acompanhamento do Programa

No que se refere à distribuição por género dos JA contratados (dados acumulados), verifica-se que as taxas de cumprimento das metas, apresentam o mesmo valor de 28% da meta quer para o total de jovens

quer para ambos os géneros, o que ilustra uma recuperação do número de contratos de Jovens Agricultoras cuja taxa estava, no final de 2009, ligeiramente abaixo da taxa masculina.

É também de realçar que o investimento realizado pelos Jovens Agricultores está a ser bastante significativo e superior ao esperado, em média mais de 100 mil euros por PA, estando já cumprida 89% da meta esperada.

Quadro 37: Acção 1.1.3 – Divisão em função do género dos jovens agricultores contratados (no ano)

Jovens agricultores contratados			Meta	
Género	Nº	%	Nº	%
Masculino	562	59%	2.600	22%
Feminino	387	41%	1.700	23%
TOTAL	949	100%	4.300	22%

Quadro 38: Acção 1.1.3 – Divisão em função do género dos jovens agricultores contratados (acumulado)

Jovens agricultores contratados			Meta	
Género	Nº	%	Nº	%
Masculino	721	60%	2.600	28%
Feminino	475	40%	1.700	28%
TOTAL	1.196	100%	4.300	28%
Investimento contratado (mil euros)		124.665	140.000	89%

Nota: Para contabilização do género considerou-se o número de JA contratados do género masculino (610), o número de JA contratados do género feminino (413). No caso das sociedades e para efeitos do indicador,

considerou-se do género feminino quando pelo menos 50% dos membros (ou do capital) era do sexo feminino.

Relativamente ao acréscimo de VAB, quando comparamos o cumprimento da meta do número de JA a instalar com a do acréscimo do VAB, verifica-se que se está abaixo do que seria esperado, estando cumprida 14% da meta.

Quadro 39: Acção 1.1.3 – Acréscimo de VAB (acumulado)

	Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)
	56.852
Meta	420.000
% da meta	14%

2.2.1.4 Medida 1.2 – Redimensionamento e cooperação empresarial

1. Implementação da Medida

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No primeiro semestre não se abriram novos concursos para esta Medida mantendo-se a situação apresentada no Relatório de 2009.

Quadro 40: Medida 1.2 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	33.362	15.000	6	28.528

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 foram analisadas 4 candidaturas das 6 entradas consideradas válidas, ou seja, cerca de 67%. Destas 4 candidaturas analisadas, metade tiveram parecer favorável e foram objecto de contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 41: Acção 1.2 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas		
			Parecer desfavorável		Parecer favorável				
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Despesa pública
Primeiro	6	28.528	2	5.541	2	11.495	2	11.495	4.365

Em termos acumulados, foram contratados 2 PA, ambos no primeiro semestre de 2010, relativo a adegas cooperativas, com o objectivo de melhorar a comercialização, num total de 4.365 mil euros de despesa pública, representando 3.273 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 13%.

c. Execução financeira

Esta Medida não apresentou execução financeira até ao final do primeiro semestre de 2010.

2.2.1.5 Acção 1.3.1 - Melhoria produtiva dos povoamentos

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No ano de 2009 foi aberto o segundo concurso que decorreu até 30 de Junho de 2010.

Quadro 42: Acção 1.3.1 - Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	89.411	16.000	317	39.271
Segundo		20.000	439	53.309
TOTAL		36.000	756	92.580

Neste segundo concurso foram consideradas válidas as 439 candidaturas entradas cuja distribuição regional se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 43: Acção 1.3.1 - Distribuição regional dos PA entrados (2º concurso)

DRAP	PA		Investimento proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	37	8%	1.983	4%
Centro	67	15%	3.916	7%
LVT	95	22%	13.352	25%
Alentejo	213	49%	32.847	62%
Algarve	27	6%	1.210	2%
TOTAL	439	100%	53.309	100%

Relativamente à distribuição regional das candidaturas do segundo concurso, verifica-se que estas seguem a tendência já constatada no primeiro concurso, quer em termos do número de PA quer de volume de investimento, com forte concentração no Alentejo e, em menor grau, na região LVT e no Centro, e uma fraca adesão da região Norte. O Centro apresentou um menor peso do que no primeiro concurso.

Quadro 44: Acção 1.3.1 - Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

DRAP	PA		Investimento proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	56	7%	2.598	3%
Centro	172	23%	15.458	17%
LVT	160	21%	22.369	24%
Alentejo	323	43%	48.430	52%
Algarve	45	6%	3.726	4%
TOTAL	756	100%	92.580	100%

Neste segundo concurso as tipologias de beneficiário dominantes são “produtor florestal individual” (54%) e “sociedades” (35% do total). As “entidades gestoras de zonas de intervenção florestal (ZIF)” representaram apenas 3% do total de PA enquanto as “entidades gestoras de áreas agrupadas” representam 11% do investimento total.

Quadro 45: Acção 1.3.1 - Distribuição dos beneficiários dos PA entrados por tipologia (2º concurso)

Beneficiários	PA		Investimento proposto	
	Nº	% do total	Mil euros	%
Produtor florestal individual	238	54%	17.446	33%
Sociedades	154	35%	27.476	52%
Órgão de administração de baldio	17	4%	722	1%
Entidades gestoras de ZIF	14	3%	1.376	3%
Organismos da administração local	8	2%	269	1%
Entidade gestora de área agrupada	6	1%	5.801	11%
Fundo de investimento imobiliário florestal	2	0%	219	0%
TOTAL	439	100%	53.309	100%

Quadro 46: Acção 1.3.1 - Distribuição dos beneficiários dos PA entrados por tipologia (acumulado)

Beneficiários	PA		Investimento proposto	
	Nº	% do total	Mil euros	%
Produtor florestal individual	342	45%	27.612	30%
Sociedades	290	38%	47.952	52%
Entidades gestoras de ZIF	81	11%	9.087	10%
Órgão de administração de baldio	18	2%	728	1%
Organismos da administração local	14	2%	497	1%
Entidade gestora de área agrupada	8	1%	5.986	6%
Fundo de investimento imobiliário florestal	2	0%	219	0%
Cooperativas	1	0%	499	1%
TOTAL	756	100%	92.580	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

A análise e decisão das candidaturas ao primeiro concurso que se iniciou em 2009, encontrava-se a 30 de Junho de 2010 concluída.

A esta data encontravam-se analisadas as 317 candidaturas relativas ao primeiro concurso, ou seja 42% do total. Das candidaturas analisadas,

cerca de 25% (79 candidaturas) tiveram parecer desfavorável e 64% foram objecto de contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 47: Acção 1.3.1 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública
Primeiro	317	39.271	317	39.271	202	27.913	12.757
Segundo	439	53.309	0	0	0	0	0
TOTAL	756	92.580	317	39.271	202	27.913	12.757

Em termos acumulados, foram contratados 202 PA, dos quais 200 no primeiro semestre de 2010, num total de 12.757 mil euros de despesa pública, representando 9.509 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 14%.

c. Execução financeira

Esta Acção não apresentou execução financeira até ao final do ano de 2009.

No final de Junho de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados era de 150 mil euros de despesa pública e 113 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução residual de 0,2% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 1% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA contratados e pagos.

Quadro 48: Acção 1.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	11	363	108	81	0	0	0
Centro	30	5.888	2.265	1.699	0	0	0
LVT	62	8.535	4.370	3.219	2	150	113
Alentejo	84	11.338	5.486	4.114	0	0	0
Algarve	15	1.788	528	396	0	0	0
TOTAL	202	27.913	12.757	9.509	2	150	113

2. Indicadores de acompanhamento do Programa

Relativamente aos indicadores de realização, verifica-se que as empresas apresentam um volume de investimento médio inferior ao esperado, tendo-se cumprido 19% e 34% das metas relativas ao investimento e ao número de empresas florestais, respectivamente.

As empresas candidatas foram, na sua quase totalidade, empresas privadas (98%). Este facto levou a que, até ao momento, já se tenha cumprido metade da meta relativa às empresas privadas e apenas 3% da meta relativa às empresas públicas.

Quadro 49: Acção 1.3.1 – Indicadores de realização – output (acumulado)

Indicador de realização	Tipos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Volume total de investimento (em mil euros)		27.930	150.000	19%
Nº de empresas florestais com apoio ao investimento	Empresas Públicas	3	100	3%
	Empresas Privadas	199	400	50%
	TOTAL	202	600	34%

Relativamente à área abrangida pela gestão florestal sustentável⁵, verificou-se que o Sobreiro e o Pinheiro Manso constituíram, no seu conjunto, 80% da área apoiada. O Eucalipto e a Azinheira representaram também uma parte significativa da área apoiada, cerca de 1.500 ha cada.

Relativamente à meta, a área total abrangida correspondeu a 3% da meta. Verifica-se, assim, que a área média das explorações apoiadas está a ser bastante inferior ao esperado, já que temos 34% da meta do número de empresas e apenas 3% da meta, relativa à área, cumprida.

Quadro 50: Acção 1.3.1 – Indicadores de resultado - área abrangida pela gestão florestal sustentável (acumulado)

Espécie florestal	Área contratada (ha)
Sobreiro	6.750
Pinheiro Manso	5.980
Eucalipto	1.522
Azinheira	1.407
Pinheiro Bravo	112
Medronheiro	85
Outras Quercineas	52
Cerejeira Brava	16
Outras Resinosas	15
Freixo	1
TOTAL	15.940
Meta	476.250
% da meta	3%

Quanto ao número de explorações que introduziram novos produtos ou novas técnicas, verificou-se uma baixa taxa de inovação nas explorações contratadas, com apenas 4% da meta cumprida.

⁵ Área apoiada pela Acção 1.3.1, que será gerida de acordo com Plano de Gestão Florestal, aprovado pela Autoridade Florestal Nacional (AFN), o qual atende aos princípios da gestão florestal sustentável.

Quadro 51: Acção 1.3.1 – Indicadores de resultado (acumulado)

Indicador de resultado	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Nº de explorações/empresas que introduziram novos produtos ou novas técnicas	11	250	4%

2.2.1.6 Acção 1.3.2 - Gestão multifuncional

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No primeiro semestre de 2010 não se abriram novos concursos para esta Acção mas verificou-se uma diminuição de candidaturas face a 31 de Dezembro de 2009, nos 2 concursos, fruto de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

Quadro 52: Acção 1.3.2 - Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	26.690	4.000	138	7.445
Segundo		5.000	16	1.098
TOTAL		9.000	154	8.543

A distribuição regional dos PA manteve-se face ao Relatório de 2009, ou seja, as candidaturas entradas concentram-se na região Centro.

Quadro 53: Acção 1.3.2 - Distribuição regional dos PA entrados nos 1º e 2º concursos (acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	Primeiro concurso			Segundo concurso			TOTAL		
	Nº PA	%	Invest. total	Nº PA	%	Invest. total	Nº PA	%	Invest. total
Norte	19	14%	1.060	4	25%	327	23	15%	1.387
Centro	63	46%	3.642	9	56%	472	72	47%	4.114
LVT	9	7%	540	1	6%	261	10	6%	801
Alentejo	25	18%	1.576	0	0%	0	25	16%	1.576
Algarve	22	16%	627	2	13%	38	24	16%	665
TOTAL	138	100%	7.445	16	100%	1.098	154	100%	8.543

Relativamente à distribuição dos PA por tipologia do beneficiário, também neste caso se mantém a tendência verificada em 2009, i.e., o predomínio das “entidades gestoras de zonas de caça associativa”.

Quadro 54: Acção 1.3.2 - Distribuição dos PA entrados nos 1º e 2º concursos por tipologia do beneficiário (acumulado)

Un.: mil euros

Beneficiários	Primeiro concurso			Segundo concurso			TOTAL		
	Nº PA	%	Invest. total	Nº PA	%	Invest. total	Nº PA	%	Invest. total
Entidade gestora de zona de caça associativa	76	55%	1.995				76	49%	1.995
Entidade gestora de zona de caça turística	27	20%	2.083				27	18%	2.083
Entidade gestora de zona de caça municipal				16	100%	1.098	16	10%	1.098
Produtor florestal individual	7	5%	203				7	5%	203
Organizações de produtores florestais	6	4%	232				6	4%	232
Entidades gestoras de ZIF	5	4%	1.288				5	3%	1.288
Produtor florestal colectivo	5	4%	592				5	3%	592
Entidade gestora de zona de pesca desportiva	5	4%	448				5	3%	448
Organismos da administração local	5	4%	429				5	3%	429
Órgão de administração de baldio	1	1%	125				1	1%	125
Organizações de agricultores	1	1%	49				1	1%	49
TOTAL	138	100%	7.445	16	100%	1.098	154	100%	8.543

O mesmo se verifica quanto à tipologia do investimento cujo predomínio se mantém na “gestão cinegética”.

Quadro 55: Acção 1.3.2 - Distribuição dos PA entrados nos 1º e 2º concursos por tipologia do investimento (acumulado)

Un.: mil euros

Tipologia de investimento	Primeiro concurso			Segundo concurso			TOTAL		
	Nº PA	%	Invest. total	Nº PA	%	Invest. total	Nº PA	%	Invest. total
Gestão Cinegética	107	74%	4.542	16	100%	1.098	123	76%	5.640
Produção de cogumelos silvestres	16	11%	1.439				16	10%	1.439
Apicultura	10	7%	352				10	6%	352
Gestão de Pesca nas Águas Interiores	8	6%	701				8	5%	701
Produção de frutos silvestres	3	2%	254				3	2%	254
Produção de plantas: condimentares, medicinais e/ou aromáticas	1	1%	156				1	1%	156
TOTAL	145	100%	7.445	16	100%	1.098	161	100%	8.543

* Existem 5 PA com duas tipologias cada e um PA com três tipologias.

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 foram analisadas 108 candidaturas (72% do total das 151 candidaturas analisadas). Até ao momento, foram aprovadas 2/3 dos PA analisados e 62% do investimento proposto.

Quadro 56: Acção 1.3.2 – Distribuição dos PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas		
			Parecer desfavorável		Parecer favorável				
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública
Primeiro	138	7.445	46	2.931	89	4.259	71	3.530	1.554
Segundo	16	1.098	4	178	12	920	9	854	340
TOTAL	154	8.543	50	3.109	101	5.179	80	4.384	1.894

Em termos acumulados, foram contratados 80 PA, num total de 1.894 mil euros de despesa pública, representando 1.394 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 7%.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição dos PA contratados por região, tipologia do beneficiário e do investimento.

Quadro 57: Acção 1.3.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	10	497	230	173
Centro	30	1.631	654	491
LVT	6	708	296	196
Alentejo	16	1.153	531	398
Algarve	18	395	181	136
TOTAL	80	4.384	1.894	1.394

Quadro 58: Acção 1.3.2 – Distribuição dos PA contratados por tipologia do beneficiário (acumulado)

Beneficiários	PA		Investimento total		Despesa pública		FEADER	
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%
Entidade gestora de zona de caça associativa	41	51%	1.170	27%	467	25%	351	25%
Entidade gestora de zona de caça turística	17	21%	1.359	31%	626	33%	469	34%
Entidade gestora de zona de caça municipal	9	11%	854	19%	340	18%	229	16%
Entidade gestora de zona de pesca desportiva	4	5%	198	5%	95	5%	71	5%
Produtor florestal individual	4	5%	70	2%	22	1%	16	1%
Entidades gestoras de ZIF	1	1%	300	7%	132	7%	99	7%
Produtor florestal colectivo	1	1%	187	4%	75	4%	56	4%
Organizações de produtores florestais	1	1%	124	3%	74	4%	56	4%
Organismos da administração local	1	1%	75	2%	37	2%	28	2%
Organizações de agricultores	1	1%	49	1%	26	1%	20	1%
TOTAL	80	100%	4.384	100%	1.894	100%	1.394	100%

Quadro 59: Acção 1.3.2 – Distribuição dos PA contratados por tipologia do investimento (acumulado)

Tipologia	PA *		Investimento total	
	Nº	%	Mil euros	%
Gestão cinegética	66	80%	3.120	71%
Produção de cogumelos silvestres	6	7%	706	16%
Gestão de pesca nas águas interiores	6	7%	342	8%
Apicultura	3	4%	63	1%
Produção de frutos silvestres	2	2%	153	3%
TOTAL	83	100%	4.384	100%

* existem dois PA com as duas tipologias: "cogumelos silvestres" e "frutos silvestres" e um PA com as tipologias "gestão cinegética" e "gestão de pesca".

c. Execução financeira

Esta Acção não apresentou execução financeira até ao final do primeiro semestre de 2010.

2.2.1.7 Acção 1.3.3 – Modernização e capacitação das empresas florestais

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No primeiro semestre de 2010 não se abriram novos concursos para esta Acção tendo-se, no entanto, verificado uma desistência face a 31 de Dezembro de 2009.

Quadro 60: Acção 1.3.3 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	80.069	10.098	148	78.413
Segundo		14.402	130	51.151
TOTAL		24.500	278	129.564

Quanto à distribuição dos PA entrados por região e tipologia do beneficiário, a situação não se altera face ao Relatório de 2009.

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 foram analisadas 131 candidaturas, das quais 57% tiveram parecer favorável. Destas, 88% foram objecto de contratação envolvendo uma despesa pública de 11.038 mil euros conforme quadro seguinte.

Quadro 61: Acção 1.3.3 – Distribuição dos PA entrados, analisados e contratados por concurso (no ano)

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas		
			Parecer desfavorável		Parecer favorável				
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública
Primeiro	0	0	1	3.238	0	0	20	16.226	5.220
Segundo	0	0	55	18.292	75	32.859	46	14.710	5.818
TOTAL	0	0	56	21.530	75	32.859	66	30.936	11.038

Quadro 62: Acção 1.3.3 – Distribuição dos PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas		
			Parecer desfavorável		Parecer favorável				
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública
Primeiro	148	78.413	98	49.497	50	28.917	46	27.403	9.461
Segundo	130	51.151	55	18.292	75	32.859	46	14.710	5.818
TOTAL	278	129.565	153	67.789	125	61.776	92	42.113	15.279

Em termos acumulados, foram contratados 92 PA, dos quais 66 no primeiro semestre de 2010, num total de 15.279 mil euros de despesa pública, representando 11.459 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 19%.

c. Execução financeira

No final de Junho de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 1.044 mil euros de despesa pública e 783 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 1% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 7% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos montantes contratados e pagos.

Quadro 63: Acção 1.3.3 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	12	7.753	1.784	1.338	0	0	0
Centro	47	18.948	6.972	5.229	5	366	275
LVT	25	8.649	3.812	2.859	5	678	508
Alentejo	7	6.679	2.672	2.004	0	0	0
Algarve	1	84	38	29	0	0	0
TOTAL	92	42.113	15.279	11.459	10	1.044	783

2. Indicadores de acompanhamento do Programa

Relativamente aos indicadores de realização, pode verificar-se, em termos do cumprimento de metas, que já se atingiu 92% do número de empresas a apoiar, 42% do investimento e 19% da despesa.

Quadro 64: Acção 1.3.3 – Distribuição dos PA contratados da Medida 123 COM por sector de actividade (acumulado)

Sector de actividade	Nº de pedidos aprovados *		Nº de empresas apoiadas	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	Produção biológica	Produção convencional				
Silvicultura	N.A.	92	92	42.072	15.274	11.455
TOTAL	-	92	92	42.072	15.274	11.455
		Metas	100	100.000	80.069	60.000
		% da meta	92%	42%	19%	19%

* Dos 92 PA contratados nesta Acção existem 8 também aprovados para a medida COM 111 (com um volume de investimento de 41 mil euros, 5 mil euros de despesa pública e 4 mil euros de FEADER).

Continua, assim, a verificar-se que as empresas candidatas apresentam projectos com uma dimensão média inferior à programada, o que se traduz num cumprimento de 99% da meta, relativamente às microempresas e de apenas 30% da meta relativamente às pequenas e médias empresas (refira-se que estas 3 PME correspondem a 2 pequenas empresas e a uma média empresa, todas do sector da cortiça).

Quadro 65: Acção 1.3.3 – Distribuição dos PA contratados por tipo de empresa (acumulado)

	Tipo de empresa	
	Microempresas	PME
Nº empresas	89	3
Metas	90	10
% da meta	99%	30%

No que diz respeito ao volume total de investimento comprometido este corresponde a 42% da meta, sendo igual à taxa de cumprimento da meta relativa ao investimento da medida COM 123 pois o peso da medida COM 111 é muito reduzido.

Quadro 66: Acção 1.3.3 – Volume total de investimento (acumulado)

Indicador de realização*	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Volume total de investimento (em mil euros)	42.113	100.500	42%

* Com base em PA contratados.

Quanto à tipologia do investimento contratado, mantém-se a tendência anterior, sendo a maioria do investimento referente a "colheita, recolha,

concentração e triagem de material lenhoso e resina”. A “1ª transformação de biomassa florestal” representa também um valor bastante significativo (22% do investimento total).

Quadro 67: Acção 1.3.3 – PA contratados por tipologia de investimento (acumulado)

Tipologia do investimento	Nº PA	Investimento proposto (mil euros)
1ª Transformação de biomassa florestal	5	9.267
1ª Transformação de cortiça	4	3.382
1ª Transformação de material lenhoso e resina	10	3.207
Colheita, recolha e concentração de cortiça nas unidades de produção	1	552
Colheita, recolha, concentração e triagem de biomassa florestal	18	4.029
Colheita, recolha, concentração e triagem de material lenhoso e resina	73	21.676
TOTAL	111	42.113

Nota: o número de PA é superior aos candidatos porque uma candidatura pode ter mais do que uma tipologia.

Os dados relativos à formação (Medida 111 COM) indicam um claro ultrapassar da meta em termos de número de participantes em acções de formação.

Quadro 68: Acção 1.3.3 – Indicadores de realização da Medida 111 COM (acumulado)

Indicador de realização*	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Nº de participantes em acções de formação	139	40	348%
Nº de dias de formação recebidos	141	200	70%

* Com base em PA contratados.

Relativamente ao tipo de empresas a apoiar, já se ultrapassaram largamente os objectivos relativamente à tipologia de “empresas de comercialização” e de “recolha” enquanto que a de “empresas de transformação” apoiadas representa 38% da meta.

Quadro 69: Acção 1.3.3 – PA contratados por tipo de actividade (acumulado)

	Tipo de empresa		
	Transformação	Comercialização	Recolha
Nº PA contratados	19	76	78
Meta	50	20	30
% da meta	38%	380%	260%

Quanto aos indicadores específicos de realização, continua a verificar-se uma baixa taxa de investimento em factores ambientais e investimentos imateriais, e uma taxa de investimento em inovação superior à meta.

Quadro 70: Acção 1.3.3 – Indicadores específicos de realização por tipo de empresa (acumulado)

Un.: mil euros

	Montante total por tipo de investimento		
	Investimentos em factores ambientais	Investimentos em inovação	Investimentos imateriais
	106	10.696	2.102
% do total do investimento	0,3%	25%	5%
Metas (%)	30%	20%	10%
% da meta	--	+	--

No que se refere aos indicadores de resultado não se dispõem ainda de informações sobre o VAB.

Quadro 71: Acção 1.3.3 – Indicadores de resultado - aumento do VAB acumulado (acumulado)

Indicador de resultado*	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (em milhares de euros)	N.D.	400.000	-

* Com base em PA contratados.

Em relação à inovação, continua a verificar-se que uma elevada percentagem de empresas que introduziu novos produtos ou novas técnicas no seu processo produtivo, tendo-se já ultrapassado a meta prevista no Programa.

Quadro 72: Acção 1.3.3 – Indicadores de resultado - PA contratados que introduziram novos produtos/técnicas (acumulado)

Introdução de novos produtos / novas técnicas	
Nº PA	81
Meta	60
% da meta	135%

2.2.1.8 Acção 1.4.1 – Apoio aos regimes de qualidade

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

A Acção ProDeR 1.4.1 está associada ao Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP.

Assim sendo, nesta Acção os PA são formalizadas no âmbito do PU, de acordo com o disposto no Despacho Normativo n.º 4/2009, de 28 de Janeiro, alterado pelo Despacho Normativo n.º 16-A/2009, de 9 de Abril.

O período de candidaturas para o ano de 2010 foi estabelecido pelo Despacho Normativo n.º 4/2010, de 5 de Fevereiro, para decorrer de 17 de Fevereiro a 8 de Maio de 2010. Este período foi posteriormente prolongado até 15 de Maio de 2010 pelo Despacho Normativo n.º 23/2010, de 16 de Setembro.

A Acção 1.4.1 teve 9.751 candidaturas apresentadas até ao final do primeiro semestre de 2010 com um montante total apurado pelo IFAP de 9.266 mil euros de despesa pública.

b. Análise e decisão das candidaturas

Não foram analisadas novas candidaturas pelo que se mantém a situação reportada no Relatório de 2009.

Em termos acumulados, a situação mantém-se face à do Relatório de 2009, i.e., foram contratados 6.932 PA, num total de 6.865 mil euros de despesa pública, representando 5.145 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 43%.

c. Execução financeira

A Acção não apresentou execução financeira até ao final do primeiro semestre de 2010.

2.2.1.9 Acção 1.4.2 – Informação e promoção de produtos de qualidade

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No primeiro semestre de 2010 não foi aberto nenhum concurso para esta Acção. Houve uma redução do número de PA face ao Relatório de 2009 por ter havido uma desistência (candidatura enviada em duplicado).

Quadro 73: Acção 1.4.2 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	8.400	4.000	14	6.967

Quanto à distribuição regional dos PA entrados por região e tipologia, a situação não se altera face ao Relatório de 2009.

b. Análise e decisão das candidaturas

Até primeiro semestre de 2010 foram analisadas todas as candidaturas entradas, das quais apenas uma não teve parecer favorável. Destas, todas foram objecto de contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 74: Acção 1.4.2 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Parecer desfavorável		Parecer favorável		Nº PA	Invest. total	Desp. pública
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	14	6.967	1	580	13	6.387	13	6.387	3.327

Em termos acumulados, foram contratados 13 PA, todos no primeiro semestre de 2010, num total de 3.327 mil euros de despesa pública, representando 2.336 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 28%.

c. Execução financeira

A Acção não apresentou execução financeira até ao final do primeiro semestre de 2010.

2.2.1.10 Acção 1.5.2 – Restabelecimento do potencial produtivo

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

O ano de 2010 foi marcado pela ocorrência de duas situações que justificaram a abertura de concursos no âmbito desta Acção. Até 18 de Janeiro esteve aberto um concurso para as candidaturas que visam a reposição do potencial destruído (infra-estruturas) pelo temporal que afectou a região Oeste nos dias 22 e 23 de Dezembro. Esta situação justificou também a alteração do Programa com aumento da taxa de apoio e do orçamento da Medida. A 30 de Junho tinham sido recepcionadas 598 candidaturas válidas, deste concurso relativas a um investimento de 30.657 mil euros.

Posteriormente, um terceiro concurso foi aberto de 15 de Abril a 15 de Julho de 2010, para repor o potencial produtivo (infra-estruturas) de agricultores afectados pelas fortes intempéries do inverno de 2009-2010.

À data deste Relatório ainda não tinham sido recepcionadas quaisquer candidaturas válidas do terceiro concurso.

Quadro 75: Acção 1.5.2 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Número de PA	Investimento total
Primeiro	20.017	3.000	17	120
Segundo (Oeste)		18.000	598	30.657
Terceiro		5.000	0	0
TOTAL		26.000	615	30.777

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 foram analisadas 614 candidaturas, das quais 79% tiveram parecer favorável. Destas, 98% foram objecto de contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 76: Acção 1.5.2 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas			
			Parecer desfavorável		Parecer favorável					
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Primeiro	17	120	12	70	5	50	4	46	35	26
Segundo (Oeste)	598	30.657	116	4.001	481	26.298	472	24.788	14.028	10.356
TOTAL	615	30.777	128	4.071	486	26.348	476	24.835	14.063	10.383

Em termos acumulados, foram contratados 476 PA, todos no primeiro semestre de 2010, num total de 14.063 mil euros de despesa pública, representando 10.383 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 69%.

Mais de 80% do investimento contratado refere-se a “estufas ou outras estruturas de forçagem”, uma vez que o segundo concurso, o mais importante em termos de dotação orçamental, teve como objectivo a recuperação do “capital produtivo das explorações, no que se refere a estufas e estufins, equipamentos de rega, armazéns agrícolas e outras construções de apoio dentro das explorações” (Despacho n.º 27.915-E/2009).

Quadro 77: Acção 1.5.2 – Distribuição dos PA contratados por rubrica (no ano)

Rubrica de investimento	Investimento (em % do investimento total contratado)
Estufas ou outras estruturas de forçagem	81%
Instalações animais	7%
Edifícios e outras construções	4%
Melhoramentos fundiários	3%
Rede de rega	2%
Máquinas e equipamentos	1%
Investimentos ambientais	0,2%
Electrificação	0,1%
Plantações	0,1%
Outros investimentos	1%

c. Execução financeira

No final de Junho de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 3.162 mil euros de despesa pública e 2.362 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 16% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 23% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Quadro 78: Acção 1.5.2 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (no ano)

Un.: mil euros

DRAP	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Centro (1º concurso)	4	35	26	0	0	0
LVT (2º concurso)	472	14.028	10.356	92	3.162	2.362
TOTAL	476	14.063	10.383	92	3.162	2.362

2. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos de indicadores de acompanhamento, já se cumpriu 70% da meta, em termos da despesa pública enquanto que, em termos de número de PA apoiados, apenas 10% da meta foi cumprida.

Verificou-se assim, até ao momento, um investimento médio apoiado por empresa agrícola bastante superior ao esperado.

Quadro 79: Acção 1.5.2 – Indicadores de realização (no ano)

Un.: mil euros

DRAP	Total contratado			
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Acréscimo de VAB
Centro (1º concurso)	4	35	26	N.D.
LVT (2º concurso)	472	14.028	10.356	N.D.
TOTAL	476	14.063	10.383	N.D.
Meta	5.000	20.017	15.000	75.000
% da meta	10%	70%	69%	N.D.

Em termos de áreas apoiadas, até ao momento, foram contratados 1.239 ha de superfície agrícola danificada. Esta área corresponde a 3% da meta prevista. Comparando o cumprimento das metas, relativamente ao número de PA a apoiar e à despesa pública com a meta relativamente às áreas a apoiar, verifica-se que o apoio foi concedido a áreas com valores de investimentos em infra-estruturas e plantações bastante superiores ao esperado (nomeadamente estufas).

Quadro 80: Acção 1.5.2 – Superfície de terra agrícola danificada por tipo de acção e de dano

	Tipo de acção	Subtipo acção	Cheias	Tempestades	Doen-ças	Incên-dios	Outros	TOTAL	Meta	% da meta
Superfície de terras agrícolas danificadas objecto de apoio (ha)	Prevenção		0	0	0	0	0	0		
	Restabelecimento	Infra-estruturas	0	1.027	0	0	0	1.027		
		Replantação	0	0	0	0	0	0		
		Outros	0	0	0	211	0	211		
		TOTAL		0	1.027	0	211	0		

Quadro 81: Acção 1.5.2 – Despesa pública relativa a terra agrícola danificada por tipo de acção e de dano

	Tipo de acção	Subtipo acção	Cheias	Tempestades	Doen-ças	Incên-dios	Outros	TOTAL	Nº PA aprovados
Despesa pública	Prevenção		0	0	0	0	0	0	0
	Restabelecimento	Infra-estruturas	0	14.028	0	0	0	14.028	472
		Replantação	0	0	0	0	0	0	0
		Outros	0	0	0	35	0	35	4
		TOTAL		0	14.028	0	35	0	14.063

Quadro 82: Acção 1.5.2 – PA aprovados por tipo de dano e tipologia de acção

Tipo de dano	Nº PA aprovados
Cheias	
Tempestades	796
Doenças	
Incêndios	42
Outros	
TOTAL	838

2.2.1.11 Acção 1.6.1 – Desenvolvimento do regadio

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No primeiro semestre de 2010 terminou o quarto concurso desta Acção (os anteriores concursos decorreram na sua totalidade em 2009) tendo sido apresentados mais 4 PA face à situação reportada no Relatório de 2009.

Quadro 83: Acção 1.6.1 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas em 2010	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	133.449	80.000	1	74.481
Segundo		40.000	2	40.198
Terceiro		25.000	1	24.944
Quarto		8.500	4	82.124
TOTAL		153.500	8	221.746

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 foram analisadas 5 candidaturas, das quais 2 tiveram parecer favorável. Destas, 1 foi objecto de contratação envolvendo uma despesa pública de 34.103 mil euros.

Quadro 84: Acção 1.6.1 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total Candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas		
			Parecer desfavorável		Parecer favorável				
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública
Primeiro	1	74.481	0	0	1	74.481	1	74.481	63.228
Segundo	2	40.198	1	243	1	39.954	1	39.954	34.103
Terceiro	1	24.944	0	0	1	24.944	1	24.944	21.485
Quarto	4	82.124	3	74.633	1	7.491	0	0	0
TOTAL	8	221.746	4	74.876	4	146.870	3	139.379	118.816

Em termos acumulados, foram contratados 3 PA, sendo 1 no primeiro semestre de 2010, num total de 118.816 mil euros de despesa pública, representando 89.112 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 89%.

c. Execução financeira

No final de Junho de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 26.952 mil euros de despesa pública e 20.214 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, 47% foram pagos no primeiro semestre de 2010 (12.606 mil euros de despesa pública e 9.455 mil euros de comparticipação FEADER).

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução de 20% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 23% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

2. Indicadores de acompanhamento do Programa

No quadro que se segue pode-se verificar que os 3 PA contratados até ao final do primeiro semestre de 2010 praticamente asseguram o

cumprimento das metas previstas para a Acção pois atingiu-se 89% da meta para a Despesa Pública e para o FEADER e ultrapassou-se a meta do volume total de investimento em “terras agrícolas” (116%).

Quadro 85: Acção 1.6.1 – Indicadores de realização por tipo de operação apoiada (acumulado)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas			Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)		
		Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL
Acesso	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecimento de energia	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gestão dos recursos hídricos	3	3	N.A.	3	89.112	118.816	139.379	N.A.	139.379
Emparcelamento e melhoramento das terras	0	0	N.A.	0	0	0	0	N.A.	0
Outros	0	0	N.I.	0	0	0	0	N.I.	0
TOTAL	3	3	0	3	89.112	118.816	139.379	0	139.379
				Metas	11	100.000	133.449	120.000	150.000
				% da meta	27%	89%	89%	116%	0%

Relativamente aos indicadores específicos de realização, verificou-se:

- ⇒ O número de prédios servidos por acessibilidades atinge os 100% correspondendo à meta estabelecida;
- ⇒ O número de prédios servidos por infra-estruturas colectivas electrificadas é de 84%, aproximando-se da meta estabelecida (100%) mas não a atingindo uma vez que o concurso da Baixa Mondego só contemplou com estas infra-estruturas 67% dos prédios;
- ⇒ A área do perímetro com reestruturação predial atingiu 48% da meta estabelecida.

Quadro 86: Acção 1.6.1 – Indicadores específicos de realização (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Número de prédios servidos por acessibilidades	Número de prédios servidos por infra-estruturas colectivas electrificadas	Área do perímetro com reestruturação predial
Primeiro (Cova da Beira)	100%	100%	0%
Segundo (Baixo Mondego)	100%	67%	100%
Terceiro (Veiros)	100%	100%	0%
Metas	100%	100%	25%
% da meta	=	84%	48%

Quanto aos indicadores de resultado, verificou-se que a meta relativa ao aumento de VAB tem uma taxa de cumprimento muito reduzida. Em contrapartida as restantes metas estão praticamente cumpridas com os três PA já contratados. O aumento da área regada atingiu 101% da meta, a redução do número de prédios por proprietário atingiu 96% e o consumo de água alcançou 127% da meta prevista

Quadro 87: Acção 1.6.1 – Indicadores de resultado (acumulado)

Concursos	Aumento do VAB (mil euros)	Aumento da área regada (ha)	Redução do número de prédios por proprietário	Consumo de água (m3/ha)
Primeiro (Cova da Beira)	12.263	5.662	0,0%	3.545
Segundo (Baixo Mondego)	4.567	1.320	40,1%	11.434
Terceiro (Veiros)	750	1.114	0,0%	3.472
TOTAL	17.579	8.096	19,1%	4.821
Metas	350.000	8.000	20%	≤ 6.600
% da meta	5%	101%	96%	127%

2.2.1.12 Acção 1.6.2 – Regadio de Alqueva

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

Esta Acção encontra-se aberta em contínuo não se tendo verificado nenhuma evolução relativamente à situação no final do ano de 2009.

Assim, mantêm-se os 6 PA validados, resultado dos PA apresentados e dos PA anulados ou rescindidos em 2008 e 2009.

b. Análise e decisão das candidaturas

Não foram analisadas novas candidaturas pelo que se mantém a situação reportada no Relatório de 2009.

Quadro 88: Acção 1.6.2 – PA entrados, analisados e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas com parecer favorável		Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
01-162-2008	6	115.084	6	115.084	6	114.875	114.422	85.817

Em termos acumulados, foram contratados 6 PA num total de 114.422 mil euros de despesa pública, representando 85.817 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 22%.

c. Execução financeira

No final de Junho de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 81.349 mil euros de despesa pública e 61.011 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, 72% foram pagos no primeiro semestre de 2010 (58.464 mil euros de despesa pública e 43.848 mil euros de comparticipação FEADER).

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução de 15% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 71% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Quadro 89: Acção 1.6.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública
01-162-2008	6	114.875	114.422	85.817	6	81.349	61.011

2. Indicadores de acompanhamento do Programa

Mantém-se a situação reportada no Relatório de 2009.

2.2.1.13 Acção 1.6.3 – Sustentabilidade dos regadios públicos

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No primeiro semestre de 2010 não foram abertos novos concursos nesta Acção. Apresenta-se, assim, um quadro que é equivalente ao apresentado no Relatório de 2009 mas com valores inferiores, quer em número de PA quer em investimento total, nos 4 primeiros concursos, por exclusão de desistências e candidaturas não válidas.

Quadro 90: Acção 1.6.3 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	80.069	25.000	37	30.506
Segundo		2.000	3	1.839
Terceiro		10.000	42	42.681
Quarto		21.000	38	36.509
Quinto		22.000	13	82.720
TOTAL		80.000	133	194.255

No que respeita à distribuição regional, verifica-se um predomínio claro da região Alentejo com metade dos PA e mais de 40% do investimento proposto, como se pode ver no quadro seguinte.

Quadro 91: Acção 1.6.3 – Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

DRAP	PA		Invest. proposto	
	Número	%	Mil euros	%
Norte	19	14%	29.265	15%
Centro	25	19%	21.356	11%
LVT	13	10%	28.841	15%
Alentejo	65	49%	82.400	42%
Algarve	11	8%	32.393	17%
TOTAL	133	100%	194.255	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 já estavam analisadas as 133 candidaturas entradas, das quais 91% tiveram parecer favorável. Nos últimos 3 concursos as candidaturas com parecer favorável ultrapassavam o *plafond* colocado a concurso pelo que se procedeu à hierarquização das candidaturas com parecer favorável.

Quadro 92: Acção 1.6.3 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas			
			Parecer desfavorável		Parecer favorável		Desp. pública		FEADER	
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total		
Primeiro	37	30.506	0	0	37	30.506	33	29.141	24.237	18.178
Segundo	3	1.839	1	124	2	1.715	2	1.715	1.433	1.074
Terceiro	42	42.681	5	5.867	37	36.814	0	0	0	0
Quarto	38	36.509	6	2.092	32	34.417	0	0	0	0
Quinto	13	82.720	0	0	13	82.720	0	0	0	0
TOTAL	133	194.255	12	8.083	121	186.171	35	30.856	25.670	19.252

Em termos acumulados, foram contratados 35 PA, todos no primeiro semestre de 2010, num total de 25.670 mil euros de despesa pública, representando 19.252 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 32%.

Através do quadro seguinte pode-se ainda verificar que praticamente metade dos PA contratados são da região do Alentejo mas, em termos de apoio, estes PA reúnem quase 80% (78,57%) do total contratado.

Quadro 93: Acção 1.6.3 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	Total contratado		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	7	1.715	1.287
Centro	6	1.857	1.393
LVT	3	1.061	795
Alentejo	17	20.170	15.127
Algarve	2	867	650
TOTAL	35	25.670	19.252

c. Execução financeira

A Acção não apresentou execução financeira até ao final do primeiro semestre de 2010.

2.2.1.14 Acção 1.6.4 – Modernização dos regadios colectivos tradicionais

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No primeiro semestre de 2010 não foi aberto nenhum concurso para esta Acção, pelo que se mantém a situação descrita no Relatório de 2009 quanto aos PA entrados e sua distribuição regional.

b. Análise e decisão das candidaturas

Até ao primeiro semestre de 2010 apenas foi analisada 1 candidatura das 85 entradas, que teve parecer favorável. A este PA corresponde um investimento de 45 mil euros

2.2.1.15 Acção 1.6.5 – Projectos estruturantes

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

Os 2 concursos abertos a 2 de Outubro de 2009 decorreram até 28 de Janeiro de 2010. Até 31 de Dezembro de 2009 só tinham entrado 11 candidaturas referentes ao primeiro concurso (correspondendo a um valor de 1.438 mil euros de investimento total). Todas as restantes candidaturas dos 2 concursos foram apresentadas já no decorrer do primeiro semestre de 2010.

Entraram, assim, no primeiro semestre de 2010 um total de 1.250 candidaturas com um valor de investimento de 826.678 mil euros.

Quadro 94: Acção 1.6.5 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos		Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	Caminhos	38.033	18.000	1.175	791.977
	Electrificação		10.000	84	18.677
Segundo	Requalificação ambiental		10.000	2	17.462
TOTAL		38.033	38.000	1.261	828.116

Alerta-se para o facto de o investimento total apresentado nas candidaturas ser muito superior à dotação orçamental estabelecida para cada concurso (e que por sua vez, no seu conjunto, esgotam desde logo o orçamento ProDeR previsto para esta Acção).

Esta situação é particularmente significativa relativamente ao item “caminhos”, cuja dotação orçamental cobre apenas 2% do investimento total dos PA válidos entrados.

Analisando a distribuição regional dos PA entrados por item, verifica-se no caso dos “caminhos” que os PA apresentados se encontram essencialmente nas regiões Norte e Centro com 40% e 46% do total, respectivamente.

Em termos de investimento, surge uma concentração na DRAP LVT que com apenas 5% dos PA apresentados congrega $\frac{2}{3}$ do investimento proposto. Contudo, importa realçar que esta situação é enganadora já que decorre de um incorrecto preenchimento de alguns formulários que inflacionam o valor dos projectos.

Quadro 95: Acção 1.6.5 – Distribuição regional dos PA entrados para o item “caminhos” (acumulado)

	DRAP	PA		Invest. proposto	
		Número	%	Mil euros	%
Caminhos	Norte	467	40%	90.854	11%
	Centro	545	46%	137.743	17%
	LVT	55	5%	533.788	67%
	Alentejo	44	4%	19.882	3%
	Algarve	64	5%	9.710	1%
TOTAL		1.175	100%	791.977	100%

No que se refere à “electrificação”, metade dos PA apresentados estão na região Centro e um terço na região Norte mas o investimento está concentrado na região do Alentejo que, embora tenha apenas 11% dos PA apresentados, reúne 56% do valor total de investimento proposto.

Quadro 96: Acção 1.6.5 – Distribuição regional dos PA entrados para o item “electrificação” (acumulado)

	DRAP	PA		Invest. proposto	
		Número	%	Mil euros	%
Electrificação	Norte	27	32%	1.496	8%
	Centro	43	51%	3.726	20%
	LVT	2	2%	2.261	12%
	Alentejo	9	11%	10.391	56%
	Algarve	3	4%	803	4%
TOTAL		84	100%	18.677	100%

Por fim, no que se refere à “requalificação ambiental”, candidataram-se 2 PA na região Alentejo, 1 para a criação de uma ETAR para tratamento de resíduos industriais de uma adegas, e outro para a concentração, a nível regional, de soro originário de explorações leiteiras. Estas 2 candidaturas ultrapassam largamente a dotação orçamental prevista.

Quadro 97: Acção 1.6.5 – Distribuição regional dos PA entrados para o item “requalificação ambiental” (acumulado)

	DRAP	PA		Invest. proposto	
		Número	%	Mil euros	%
Requalificação ambiental	Norte	0	0%	0	0%
	Centro	0	0%	0	0%
	LVT	0	0%	0	0%
	Alentejo	2	100%	17.462	100%
	Algarve	0	0%	0	0%
TOTAL		2	100%	17.462	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 foram analisadas 86 candidaturas, das quais 71% tiveram parecer favorável, sendo que o investimento com parecer favorável corresponde a 49% do total analisado. Destes PA com parecer favorável, 46% foram objecto de contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 98: Acção 1.6.5 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas			
			Parecer desfavorável		Parecer favorável					
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Primeiro	1.259	810.654	24	1.832	60	16.845	28	8.315	7.502	5.624
Segundo	2	17.462	1	16.749	1	713	0	0	0	0
TOTAL	1.261	828.116	25	18.581	61	17.558	28	8.315	7.502	5.624

Em termos acumulados, foram contratados 28 PA, todos no primeiro semestre de 2010, num total de 7.502 mil euros de despesa pública, representando 5.624 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 20%.

c. Execução financeira

A Acção não apresentou execução financeira até ao final do primeiro semestre de 2010.

2.2.2 Subprograma 4 – Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências

2.2.2.1 Análise global

No primeiro semestre de 2010, verificaram-se progressos muito significativos no Subprograma 4, como se pode verificar no quadro seguinte:

Quadro 99: Subprograma 4 – Estado actual do processo de análise e de contratação dos concursos abertos (acumulado)

Medida/ Acção	PA						Investimento		
	Entrados	Analisados			Contratados (1º semestre 2010)		Entrados	Contratado (1º semestre 2010)	
	Nº	Acumulado	1º Semestre 2010	% dos entrados	Nº	% dos PA com parecer favorável	Mil euros	Mil euros	% dos PA com parecer favorável
4.1	80	80	48	60%	3	6%	17.176	2.042	20%
4.2.1	59	59	59	100%	24	100%	7.391	3.003	100%
4.2.2	140	140	135	96%	11	9%	19.492	793	5%
4.3.1.1	98	98	98	100%	89	93%	17.409	13.536	84%
4.3.2	122	122	90	74%	19	21%	31.707	5.653	24%
TOTAL	499	499	430	86%	146	38%	93.174	25.027	36%

- ⇒ Foi concluído o processo de análise, relativo aos concursos já abertos, tendo-se realizado 86% das análises neste semestre;
- ⇒ A fase de contratação encontra-se bastante avançada, tendo a Acção 4.2.1 encerrado o processo de contratação e a Subacção 4.3.1.1 contratado mais de 90% dos PA e mais de 80% do investimento comprometido. Em termos globais encontra-se contratado mais de 35% dos PA e do investimento comprometido.

Até 30 de Junho ainda não tinha sido feito qualquer pedido de pagamento.

2.2.2.2 Medida 4.1 – Cooperação para a inovação

1. Implementação da Medida

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No primeiro semestre de 2010 não foram abertos novos concursos para esta Acção.

Quadro 100: Medida 4.1 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	37.366	10.000	80	17.176

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 foram analisadas 48 candidaturas, das quais 88% tiveram parecer favorável. Destas, 7% foram objecto de contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 101: Medida 4.1 – PA entrados, analisados e contratados (no ano)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas			
			Parecer desfavorável		Parecer favorável					
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Primeiro	80	17.176	6	583	42	8.015	3	2.042	1.135	851

Quadro 102: Medida 4.1 – PA entrados, analisados e contratados (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas			
			Parecer desfavorável		Parecer favorável					
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Primeiro	80	17.176	33	6.838	47	10.338	3	2.042	1.135	851

Em termos acumulados, foram contratados 3 PA, todos no primeiro semestre de 2010, num total de 1.135 mil euros de despesa pública, representando 851 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 3%.

c. Execução financeira

A Medida não apresentou execução financeira até ao final do primeiro semestre de 2010.

2.2.2.3 Acção 4.2.1 – Formação especializada

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No primeiro semestre de 2010 não foram abertos novos concursos para esta Acção.

Quadro 103: Acção 4.2.1 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	13.345	3.000	59	7.391

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 foram analisadas a totalidade das candidaturas válidas entradas. Todas as candidaturas que obtiveram parecer favorável foram contratadas.

Quadro 104: Acção 4.2.1 – PA entrados, analisados e contratados (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas			
			Parecer desfavorável		Parecer favorável					
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Primeiro	59	7.391	35	4.388	24	3.003	24	3.003	3.003	1.594

Em termos acumulados, foram contratados 24 PA, todos no primeiro semestre de 2010, num total de 3.003 mil euros de despesa pública,

representando 1.594 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 16%.

c. Execução financeira

A Acção não apresentou execução financeira até ao final do primeiro semestre de 2010.

2.2.2.4 Acção 4.2.2 – Redes temáticas de informação e divulgação

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No primeiro semestre de 2010 não foram abertos novos concursos para esta Acção.

Quadro 105: Acção 4.2.2 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	13.345	13.340	140	19.492

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 foram analisadas 135 candidaturas, das quais 92% tiveram parecer favorável. Destas, 2% foram objecto de contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 106: Acção 4.2.2 – PA entrados, analisados e contratados (no ano)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas			
			Parecer desfavorável		Parecer favorável					
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Primeiro	140	19.492	11	3.262	124	15.231	11	793	468	283

Quadro 107: Acção 4.2.2 – PA entrados, analisados e contratados (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas			
			Parecer desfavorável		Parecer favorável					
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Primeiro	140	19.492	11	3.262	129	16.230	11	793	468	283

Em termos acumulados, foram contratados 11 PA, todos no primeiro semestre de 2010, num total de 468 mil euros de despesa pública, representando 283 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 3%.

c. Execução financeira

A Acção não apresentou execução financeira até ao final do primeiro semestre de 2010.

2.2.2.5 Acção 4.3.1 – Serviços de aconselhamento agrícola

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No primeiro semestre, não foram abertos novos concursos para a Subacção 4.3.1.1. O número de PA do concurso que decorreu em 2009 diminuiu (de 103 candidaturas válidas para 98) devido a desistências de candidaturas.

Quadro 108: Acção 4.3.1 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	12.010	12.000	98	15.700

Relativamente à Subacção 4.3.1.2, foi decidido alterar o modo de operacionalização inicialmente previsto. Para o efeito, foi elaborada uma proposta de alteração à Portaria que foi submetida a consulta aos membros do Comité de Acompanhamento.

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 foram analisadas 98 candidaturas, das quais 98% tiveram parecer favorável. Destas, 93% foram objecto de contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 109: Acção 4.3.1 – PA entrados, analisados e contratados (no ano)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas			
			Parecer desfavorável		Parecer favorável					
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Primeiro	103	17.409	2	316	96	16.193	89	13.536	7.116	5.295

Quadro 110: Acção 4.3.1 – PA entrados, analisados e contratados (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas			
			Parecer desfavorável		Parecer favorável					
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Primeiro	98	15.700	2	316	96	16.193	89	13.536	7.116	5.295

Em termos acumulados, foram contratados 89 PA, todos no primeiro semestre de 2010, num total de 7.116 mil euros de despesa pública, representando 5.295 mil euros de participação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 59%.

c. Execução financeira

A Acção não apresentou execução financeira até ao final do primeiro semestre de 2010.

2.2.2.6 Acção 4.3.2 – Serviços de apoio às empresas

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

Até 30 de Junho de 2010 não foram abertos novos concursos para esta Acção. O número de PA do concurso que decorreu em 2009 diminuiu (de 125 candidaturas válidas para 122) devido a desistências e validações de candidaturas.

Quadro 111: Acção 4.3.2 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	29.359	17.000	122	29.964

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 foram analisadas 90 candidaturas, das quais 77% tiveram parecer favorável. Destas, 28% foram objecto de contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 112: Acção 4.3.2 – PA entrados, analisados e contratados (no ano)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas			
			Parecer desfavorável		Parecer favorável					
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Primeiro	125	31.707	21	4.134	69	17.619	19	5.653	2.079	1.537

Quadro 113: Acção 4.3.2 – PA entrados, analisados e contratados (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas			
			Parecer desfavorável		Parecer favorável					
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Primeiro	122	29.964	33	7.428	89	23.851	19	5.653	2.079	1.537

Em termos acumulados, foram contratados 19 PA, todos no primeiro semestre de 2010, num total de 2.079 mil euros de despesa pública, representando 1.537 mil euros de participação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 7%.

c. Execução financeira

A Acção não apresentou execução financeira até ao final do primeiro semestre de 2010.

2.2.3 Subprograma 2 – Gestão sustentável do espaço rural

2.2.3.1 Medida 2.1 – Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas / Acções 2.1.1 e 2.1.2

1. Implementação da Medida

À semelhança do Relatório de 2009, no âmbito desta Medida será apresentada a análise das Acções 2.1.1 “Manutenção da actividade agrícola fora da Rede Natura” e 2.1.2 “Manutenção da actividade agrícola em Rede Natura”.

a. Candidaturas apresentadas

A Medida ProDeR 2.1 está associada ao Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP.

Assim, os PA (e simultaneamente os pedidos de pagamento - PP) são formalizados no âmbito do Pedido Único de ajudas (PU) cujo período de candidatura para o ano de 2010 foi estabelecido pelo Despacho Normativo n.º 4/2010, de 5 de Fevereiro, e deveria decorrer de 17 de Fevereiro a 8 de Maio de 2010. Este período foi posteriormente prolongado até 15 de Maio de 2010.

No primeiro semestre de 2010 foram apresentadas no PU 108.964 candidaturas cujo apoio previsível deverá ser conforme quadro seguinte. As candidaturas apresentadas em 2010 não foram ainda submetidas a controlo administrativo.

Quadro 114: Medida 2.1 – Candidaturas apresentadas por tipo de apoio (no ano)

	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
Nº candidaturas	76.221	14.691	13.885	4.167	108.964
Área candidatada (ha)	399.181	220.901	102.217	67.842	790.141
Apoio previsto (mil euros)	76.932	11.410	17.956	3.786	110.085

b. Análise e decisão das candidaturas

Nos quadros seguintes apresenta-se a evolução das candidaturas apresentadas, quer em termos de número, quer em termos de áreas e de apoio.

Quadro 115: Medida 2.1 – Candidaturas apresentadas por tipo de apoio (acumulado)

Período de candidatura	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
2007	79.180	15.035	11.457	3.721	109.393
2008	75.760	14.872	11.682	3.874	106.188
2009	79.580	14.273	12.087	3.643	109.583
2010	76.221	14.691	13.885	4.167	108.964
Média	77.685	14.718	12.278	3.851	108.532

Quadro 116: Medida 2.1 – Candidaturas apresentadas por tipo de apoio e área (acumulado)

Un.: ha

Período de candidatura	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
2007	422.274	209.597	76.237	58.819	766.927
2008	387.211	219.580	74.295	67.771	748.857
2009	415.807	196.144	81.737	60.242	753.930
2010	399.181	220.901	102.217	67.842	790.141
Média	406.118	211.556	83.622	63.669	764.964

Quadro 117: Medida 2.1 – Estimativa de apoio por Acção com base nas candidaturas apresentadas (acumulado)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
2007	77.319	11.458	13.488	3.515	105.780
2008	76.647	11.478	13.559	3.553	105.237
2009	78.304	11.361	18.322	3.733	111.720
2010	76.932	11.410	17.956	3.786	110.085
TOTAL	309.202	45.707	63.326	14.587	432.822

c. Execução financeira

O apoio pago (despesa pública) até ao final do primeiro semestre de 2010, por ano, foi o seguinte:

Quadro 118: Medida 2.1 – Apoio pago por ano e Acção (acumulado)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
2007	0	0	0	0	0
2008	130.802	19.384	22.818	5.946	178.951
2009	48.294	7.435	10.142	2.302	68.174
1º Sem. 2010	27.768	3.473	3.649	1.077	35.967
TOTAL	206.865	30.292	36.609	9.326	283.092

Assim, foram efectuados pagamentos correspondentes a 87,72% do valor dos PP apresentados. O remanescente corresponderá a situações de não cumprimento, detectadas no controlo de campo, falecimentos de beneficiários, etc. O pagamento realizado correspondeu, no essencial, ao saldo de anos anteriores.

Quadro 119: Medida 2.1 – Relação entre o apoio pago e a previsão de apoio por Acção (acumulado)

Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
89,06%	88,32%	80,69%	86,34%	87,72%

No primeiro semestre de 2010 os pagamentos efectuados abrangeram 116.712 beneficiários e uma área de 125.800 hectares com um apoio global de 35.967 mil euros, sendo 28.763 mil euros de comparticipação FEADER. Este apoio é totalmente referente a candidaturas de anos anteriores pois no primeiro semestre de 2010 não houve qualquer apoio a

candidaturas de 2010. A distribuição deste apoio por Acções e zona é a seguinte:

Quadro 120: Medida 2.1 – Candidaturas apoiadas no 1º semestre de 2010 (PP de anos anteriores)

	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
Nº candidaturas	82.224	16.512	13.762	4.214	116.712
Área candidatada (ha)	75.398	19.094	26.622	4.685	125.800
Apoio pago (mil euros)	27.768	3.473	3.649	1.077	35.967
FEADER pago (mil euros)	22.212	2.775	2.915	861	28.763

No final de Junho de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Medida era de 283.092 mil euros de despesa pública e 247.530 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, 12% foram pagos no primeiro semestre de 2010 (35.967 mil euros de despesa pública e 28.763 mil euros de comparticipação FEADER).

Em termos globais, a Medida alcançou uma taxa de execução de 41% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 87% face ao apoiado (rácio entre o fundo pago e o apoiado).

2. Indicadores de acompanhamento do Programa

Situação análoga à reportada no Relatório de 2009 uma vez que não se registaram pagamentos de candidaturas de 2010, mas apenas pagamentos complementares (é efectuado um pagamento de 70% do apoio previsto após controlo administrativo ficando os restantes 30% dependentes do controlo de campo que ocorre por norma no ano seguinte).

2.2.3.Acção 2.2.1 – Alteração de modos de produção agrícola

1. Implementação da Acção

a. Candidaturas apresentadas

A Acção ProDeR 2.2.1 está associada ao Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP.

Os PA desta Acção neste ano correspondem ao PAS 2011 – Pedidos de Apoio às Medidas Agro e silvo-ambientais (que inclui além da Acção 2.2.1 as Acções 2.2.2, 2.2.4 e as componentes agro e silvo-ambientais das Acções de 2.4.3 a 2.4.12) com compromissos a iniciar em 1 de Outubro de 2010 e que começarão a receber apoio em 2011 após o primeiro pedido de pagamento (PP) a efectuar no PU de 2011.

Os pedidos de pagamento (desta Acção (e das restantes atrás referidas) referem-se aos PA de anos anteriores: o PES (apresentado em 2007, 1.º PP em 2008), o PAS 2009 (apresentado em 2008, 1.º PP em 2009) e o PAS 2010 (apresentado em 2009 e 1.º PP em 2010). Tendo, portanto, sido apresentados neste semestre o 3.º PP do PES, o 2.º PP do PAS 2009 e o 1.º PP do PAS 2010 (recorde-se que estas medidas são plurianuais devendo cada beneficiário apresentar 1 PA e 5 PP).

O PA e os PP são formalizados no âmbito do Pedido Único de ajudas (PU) FEAGA/FEADER dentro das datas limite estabelecidas em cada ano. O PA pode ainda ser formalizado no período para entrega de alterações aos pedidos que se segue à data limite para apresentação do PU.

O período de candidaturas para o ano de 2010 foi estabelecido pelo Despacho Normativo n.º 4/2010, de 5 de Fevereiro, para decorrer de 17 de Fevereiro a 8 de Maio de 2010. Este período foi posteriormente prolongado até 15 de Maio de 2010. O período previsto para entrega de alterações aos

pedidos, onde foi ainda possível apresentar o PAS 2011, foi estabelecido a 31 de Maio pelo Despacho Normativo n.º 4/2010, de 5 de Fevereiro.

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 foram recebidos 8.904 PP que, após controlo administrativo, serão objecto de apoio no segundo semestre de 2010.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição desses PP por modo de produção, área apoiada e montante de apoio previsto.

Quadro 121: Acção 2.2.1 – Previsão de apoio a atribuir com base nas candidaturas do PU 2010 (no ano)

Acção 2.2.1 Alteração dos modos de produção	Nº* de beneficiários	Área** (ha)	Montante de apoio (mil euros)
PRODI - Modo de Produção Integrada	7.158	263.408	33.944
MPB - Modo de Produção Biológico	1.746	110.415	15.124
TOTAL	8.904	373.823	49.069

* O nº total de beneficiários desta Acção é inferior a este nº por existirem beneficiários em simultâneo com PRODI e MPB.

** Área submetida ao modo de produção declarada no PU. Esta é superior à área que será efectivamente paga, essencialmente devido a 3 factores: áreas de rotação (ex. pousio); áreas de pastagens sujeitas a compromisso, mas não pagas devido ao encabeçamento existente; e áreas que não são consideradas elegíveis em sede de controlo administrativo ou *in loco*.

Por outro lado, no âmbito do PAS 2011 foram apresentadas 2.760 novas candidaturas, sendo a distribuição destes PA por modos de produção, áreas e montantes de apoio estimados, a apresentada no quadro seguinte.

Quadro 122: Acção 2.2.1 – Novas candidaturas com base no PAS 2011 (início dos apoios em 2011)

Acção 2.2.1 Alteração dos modos de produção	Nº* de beneficiários	Área (ha)	Montante de apoio (mil euros)
PRODI - Modo de Produção Integrada	2.196	89.715	11.701
MPB - Modo de Produção Biológico	564	18.161	3.088
TOTAL	2.760	107.875	14.789

* O nº total de beneficiários desta Acção é inferior a este nº por existirem beneficiários em simultâneo com PRODI e MPB.

c. Execução financeira

No final de Junho de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 42.248 mil euros de despesa pública e 37.411 mil euros de comparticipação FEADER. Não houve pagamentos no primeiro semestre de 2010.

Decorrendo do controlo administrativo serão pagos no segundo semestre de 2010, 70% dos apoios calculados para cada beneficiário. Os restantes 30% ficam dependentes da realização dos controlos de campo sendo previsível o seu pagamento em 2011. Por outro lado, é expectável o pagamento no segundo semestre de 2010 dos 30% de apoio dos pedidos de pagamento de 2009.

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução de 24% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 69% face ao apoiado (rácio entre o fundo pago e o apoiado).

2. Indicadores de acompanhamento do Programa

Não foram ainda efectuados pagamentos neste ano pelo que se mantém a situação reportada no Relatório de 2009.

2.2.3.3 Acção 2.2.2 – Protecção da biodiversidade doméstica

1. Implementação da Acção

a. Candidaturas apresentadas

A Acção 2.2.2 está associada ao Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC), sendo a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP, nos termos do protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP.

Nesta Acção os PA são formalizados no âmbito do PU que decorreu do modo já mencionado para a Acção 2.2.1.

b. Análise e decisão das candidaturas

Pode-se ver no quadro seguinte que no primeiro semestre de 2010 foram recebidos 6.106 pedidos de pagamento (PP) que, após controlo administrativo, serão objecto de apoio no segundo semestre de 2010.

Quadro 123: Acção 2.2.2 – PP apresentados no âmbito do PU 2010 (no ano)

	Nº de beneficiários	Cabeças Normais	Montante de apoio (mil euros)
Acção 2.2.2 - Protecção da Biodiversidade doméstica	6.106	47.919	5.668

Por outro lado, no âmbito do PAS 2011 foram apresentadas 289 novas candidaturas correspondendo a 2.058 cabeças normais (CN) e a um apoio de 266 mil euros sistematizados no quadro seguinte.

Quadro 124: Acção 2.2.2 – PA apresentados no âmbito do PAS 2011 (no ano)

	Nº de beneficiários	Cabeças Normais	Montante de apoio (mil euros)
Acção 2.2.2 - Protecção da Biodiversidade doméstica	289	2.058	266

São valores reduzidos, o que é naturalmente expectável pois o universo de potenciais candidatos a esta Acção está claramente delimitado e limitado na sua expansão, que decorreu essencialmente da inclusão de uma nova raça.

c. Execução financeira

No final de Junho de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 6.566 mil euros de despesa pública e 5.953 mil euros de comparticipação FEADER. Não houve pagamentos no primeiro semestre de 2010.

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução de 25% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 90% face ao apoiado (rácio entre o fundo pago e o apoiado).

2. Indicadores de acompanhamento do Programa

Não foram ainda efectuados pagamentos neste ano pelo que não se podem apresentar indicadores mais actualizados do que os apresentados no Relatório de 2009.

2.2.3.4 Acção 2.2.3 – Conservação e melhoramento de recursos genéticos / Subacções 2.2.3.1 e 2.2.3.2

1. Implementação da Acção

No âmbito desta Acção será apresentada a análise das Subacções 2.2.3.1 “Componente vegetal” e 2.2.3.2 “Componente animal”.

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

Relativamente ao Relatório de 2009 é de referir que a Subacção 2.2.3.1 “Componente vegetal”, que na altura ainda não tinha sido implementada, teve um primeiro concurso aberto em 2010.

Quadro 125: Subacção 2.2.3.1 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	5.497	5.500	32	6.322

A distribuição regional dos PA desta Subacção foi a que se vê no quadro seguinte, sendo de notar o equilíbrio entre as várias regiões com ligeira predominância do Norte e do Alentejo.

Quadro 126: Subacção 2.2.3.1 – Distribuição regional dos PA entrados (no ano)

Un.: mil euros

DRAP	PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	11	34%	2.180	34%
Centro	4	13%	575	9%
LVT	6	19%	1.116	18%
Alentejo	8	25%	1.731	27%
Algarve	3	9%	719	11%
TOTAL	32	100%	6.322	100%

Quanto à Subacção 2.2.3.2, que até ao ano anterior teve 2 concursos, não teve nenhum concurso no primeiro semestre de 2010, portanto, a sua situação é a mesma que no final de 2009.

b. Análise e decisão das candidaturas

Na Subacção 2.2.3.1 não houve ainda PA analisados e, conseqüentemente, não houve contratações.

Na Subacção 2.2.3.2, a totalidade das candidaturas tinham já sido analisadas e contratadas até ao final de 2009.

Em termos acumulados, foram contratados 53 PA num total de 27.727 mil euros de despesa pública, representando 21.472 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 96%.

c. Execução financeira

Na Subacção 2.2.3.1 não houve qualquer pagamento.

Na Subacção 2.2.3.2 iniciaram-se os pagamentos ainda em 2008. No quadro seguinte apresenta-se a distribuição dos pagamentos efectuados em 2008, 2009 e no primeiro semestre de 2010.

Quadro 127: Subacção 2.2.3.2 – Distribuição anual dos montantes pagos (acumulados)

Un.: mil euros

Período de pagamento	Total pago	
	Desp. pública	FEADER
2008	8.976	8.976
2009	6.557	5.009
1º Semestre 2010	2.786	2.119
TOTAL	18.319	16.103

No final de Junho de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 18.319 mil euros de despesa pública e 16.103 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, cerca de 13% foram pagos no primeiro semestre de 2010 (2.786 mil euros de despesa pública e 2.119 mil euros de comparticipação FEADER).

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução de 72% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 75% face ao apoiado (rácio entre o fundo pago e o apoiado).

2. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos de metas, não existe alterações ao já indicado no Relatório de 2009 com excepção da meta referente à execução financeira que passou de 71% para 83%.

Quadro 128: Subacção 2.2.3.2 – Metas (acumulado)

	Nº cabeças normais	Nº beneficiários apoiados	Valor do apoio (mil euros)
	213.270	53	18.319
Metas	150.000	35	21.988
% da meta	142%	151%	83%

2.2.3.5 Acção 2.2.4 – Conservação do solo

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

A Acção 2.2.4 está associada ao Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC), sendo a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP, nos termos do protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP.

Nesta Acção os PA são formalizados no âmbito do PU que decorreu do modo já mencionado para a Acção 2.2.1.

b. Análise e decisão das candidaturas

No quadro seguinte verifica-se que, no primeiro semestre de 2010, foram recebidos 169 PP que, após controlo administrativo, serão objecto de apoio no segundo semestre de 2010 (serão pagos numa proporção de 70%, após controlo administrativo). A estes pedidos corresponde uma área de 13.989 hectares o que significa uma área média de 83 hectares.

Nesse semestre deverão ainda ser pagos os 30% de PP de 2009, na sequência da conclusão do controlo de campo desses pedidos.

Quadro 129: Acção 2.2.4 – PP apresentados no âmbito do PU 2010 (no ano)

	Nº beneficiários	Área (Ha)	Montante de apoio (mil euros)
Acção 2.2.4 Conservação do solo	169	13.989	919

Por outro lado, no âmbito do PAS 2011 forma apresentadas 55 novas candidaturas, correspondendo a uma área de 4.841 hectares.

Isto significa um aumento de 34% do número de beneficiários e de 35% da área apoiada relativamente às candidaturas anteriores. A área média das novas candidaturas é de 88 hectares. Estes apoios terão o seu primeiro PP e respectivo pagamento no ano de 2011.

Quadro 130: Acção 2.2.4 – PA apresentados no âmbito do PAS 2011 (no ano)

	Nº beneficiários	Área (Ha)	Montante de apoio (mil euros)
Acção 2.2.4 Conservação do solo	55	4.841	275

c. Execução financeira

A Acção não apresentou execução financeira até ao final do primeiro semestre de 2010. Deverão ser pagos no 2.º semestre 70% dos pedidos de pagamento.

2.2.3.6 Acção 2.3.1 – Minimização de riscos / Subacções 2.3.1.1 e 2.3.1.2

1. Implementação da Acção

À semelhança do Relatório de 2009, no âmbito desta Acção será apresentada a análise das Subacções 2.3.1.1 “Defesa da floresta contra incêndios” e 2.3.1.2 “Minimização de riscos bióticos após incêndios”.

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No primeiro semestre de 2010 mantiveram-se abertos (até 30 de Junho) os segundos concursos da Subacções 2.3.1.1 e 2.3.1.2. que tinham sido abertos no decorrer de 2009 mas não tinham tido nenhuma candidatura nesse ano.

No quadro que se segue apresentam-se as candidaturas do primeiro semestre de 2010. De seguida apresentam-se as candidaturas entradas em cada um dos 4 concursos tratando-se, portanto, de valores acumulados desde o início do período de programação.

Note-se que a Subacção 2.3.1.2 que tinha tido apenas 5 PA no primeiro concurso não teve nenhum PA no segundo concurso. No que se refere à Subacção 2.3.1.1, o primeiro concurso teve 148 PA e o segundo concurso 120 PA (refira-se que no Relatório de 2009 estavam registados 157 PA na Subacção 2.3.1.1 e 7 PA na Subacção 2.3.1.2 tendo-se posteriormente verificado desistências e inconformidades que determinaram a redução do número de PA entrados).

Quadro 131: Acção 2.3.1 – Candidaturas apresentadas a concurso por Subacção (no ano)

Un.: mil euros

Concursos	Subacção	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Segundo	2.3.1.1	12.000	120	9.739
	2.3.1.2	2.000	0	0
TOTAL		12.000	120	9.739

Quadro 132: Acção 2.3.1 – Candidaturas apresentadas a concurso por Subacção (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Subacção	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.3.1.1	85.889	9.000	148	13.403
Segundo			12.000	120	9.739
Primeiro	2.3.1.2		2.000	5	303
Segundo			2.000	0	0
TOTAL			23.000	273	23.445

A distribuição regional dos PA manteve-se face ao já verificado no Relatório de 2009, ou seja, com uma clara predominância da região Centro com mais de metade das candidaturas e quase 50% do investimento previsto. Apresentam-se de seguida os quadros com a distribuição regional no semestre e acumulada.

Quadro 133: Acção 2.3.1 – Distribuição regional dos PA entrados (no ano)

DRAP	PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	28	23%	2.324	24%
Centro	62	52%	4.649	48%
LVT	20	17%	2.049	21%
Alentejo	2	2%	109	1%
Algarve	8	7%	609	6%
TOTAL	120	100%	9.739	100%

Quadro 134: Acção 2.3.1 – Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

DRAP	PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	60	22%	4.552	19%
Centro	141	52%	11.400	49%
LVT	32	12%	3.272	14%
Alentejo	12	4%	910	4%
Algarve	28	10%	3.310	14%
TOTAL	273	100%	23.445	100%

Em termos de tipologia dos beneficiários verifica-se que na Subacção 2.3.1.1 mais de metade são "organismos de administração local" tendo ainda um peso significativo as "entidades gestoras de ZIF" e as "entidades gestoras de baldios". Na outra Subacção temos apenas 5 beneficiários sendo 2 da "administração local", 2 da "administração central" e 1 "produtor florestal".

Quadro 135: Acção 2.3.1 – Distribuição dos PA por tipo de beneficiário (acumulado)

Beneficiários	PA			
	Subacção 2.3.1.1		Subacção 2.3.1.2	
	Nº	% do total	Nº	% do total
Entidades gestoras de ZIF	38	14%		0%
Entidades gestoras de baldio	63	24%		0%
Associação produtores florestais	6	2%		0%
Cooperativa produtores florestais	1	0%		0%
Organismos da administração central	6	2%	2	40%
Organismos da administração local	141	53%	2	40%
Produtor florestal	13	5%	1	20%
TOTAL	268	100%	5	100%

No que se refere à tipologia de investimento, a “rede primária de gestão de combustível” e os “mosaicos de parcelas de gestão de combustível” são os tipos mais representativos em volume de investimento (pouco mais de um terço do investimento total em cada um destes tipos), seguidos dos “pontos de água” (com ¼ do investimento total).

Quadro 136: Acção 2.3.1 – Distribuição dos PA por tipo de investimento (acumulado)

Tipologia de investimento	Nº PA*	Investimento	
		Mil euros	% do total
Rede primária de faixas de gestão combustível	108	8.468	36%
Mosaicos de parcelas de gestão combustível	92	8.002	34%
Pontos de água	144	5.818	25%
Controlo de invasores lenhosas	6	483	2%
Outros	193	673	3%
TOTAL	543	23.445	100%

* A soma é superior ao nº de PA total - 273 - por existirem muitos PA com mais de um tipo de tipologia.

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 foram analisadas 153 candidaturas, das quais 61% tiveram parecer favorável (correspondendo a 63% do investimento). Destas, 70 PA, isto é 74% dos PA com parecer favorável foram objecto de contratação (correspondendo a 70% do investimento conforme quadro seguinte.

Quadro 137: Acção 2.3.1 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas			
			Parecer desfavorável		Parecer favorável					
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Primeiro - 2.3.1.1	148	13.403	55	4.806	93	8.597	70	6.055	3.975	3.180
Segundo - 2.3.1.1	120	9.738	4	203	1	100	0	0	0	0
Primeiro - 2.3.1.2	5	303	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo - 2.3.1.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	273	23.445	59	5.009	94	8.697	70	6.055	3.975	3.180

Em termos acumulados, foram contratados 70 PA, todos no primeiro semestre de 2010, num total de 3.975 mil euros de despesa pública, representando 3.180 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 5%.

c. Execução financeira

A Acção não apresentou execução financeira até ao final do primeiro semestre de 2010.

2.2.3.7 Acção 2.3.2 – Ordenamento e recuperação de povoaamentos / Subacções 2.3.2.1 e 2.3.2.2

1. Implementação da Acção

À semelhança do Relatório de 2009, no âmbito desta Acção será apresentada a análise das Subacções 2.3.2.1 “Recuperação do potencial produtivo” e 2.3.2.2 “Instalação de sistemas florestais e agro-florestais”.

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No primeiro semestre de 2010 continuaram abertos os concursos iniciados em 2009 (e que encerraram a 30 de Junho) e que não tinham tido nenhuma candidatura a 31 de Dezembro de 2009. A 30 de Junho tinham sido recepcionadas 103 candidaturas válidas correspondendo a um investimento total de 6.942 mil euros.

Quadro 138: Acção 2.3.2 – Candidaturas apresentadas a concurso por Subacção (no ano)

Un.: mil euros

Concursos	Subacção	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Terceiro	2.3.2.1	7.000	103	6.942
	2.3.2.2	6.000		

Em termos acumulados, considerando todos os concursos já abertos para estas Subacções, houve um total de 270 candidaturas válidas que se distribuem pelos vários concursos no modo que se vê no quadro que se segue

Quadro 139: Acção 2.3.2 – Candidaturas apresentadas a concurso por Subacção (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Subacção	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.3.2.1	98.159	10.000	31	3.632
	2.3.2.2		9.000	126	9.045
Segundo	2.3.2.1		600	10	154
Terceiro	2.3.2.1		7.000	103	6.942
	2.3.2.2		6.000		
TOTAL			32.600	270	19.773

No que se refere à distribuição por regiões, por tipologia do beneficiário, por tipologia do investimento e por espécies apoiadas não existe informação sobre os concursos que decorreram no primeiro semestre de 2010 pois estes concursos terminaram a 30 de Junho e até essa data não era possível estabelecer a classificação dos PA recepcionados por estas categorias.

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 foram analisadas 163 candidaturas, das quais 52% tiveram parecer favorável. Destas, 22 candidaturas, i.e., 26% das candidaturas com parecer favorável foram objecto de contratação conforme se vê no quadro seguinte.

Quadro 140: Acção 2.3.2 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Subacção	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas			
				Parecer desfavorável		Parecer favorável					
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Primeiro	2.3.2.1	27	3.268	2	577	25	2.691	12	1.000	787	603
	2.3.2.2	122	8.918	76	6.081	46	2.837				
	2.3.2.1+2.3.2.2	4	491	0	0	4	491				
Segundo	2.3.2.1	10	154	0	0	10	154	10	154	59	47
Terceiro	2.3.2.1	103	6.942	0	0	0	0	0	0	0	0
	2.3.2.2										
TOTAL		266	19.773	78	6.658	85	6.173	22	1.154	846	650

Em termos acumulados, foram contratados 22 PA, todos no primeiro semestre de 2010, num total de 846 mil euros de despesa pública, representando 650 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) foi apenas de cerca de 1%.

No que se refere ao tipo de apoio contratado verifica-se que predominou a Prevenção de catástrofes naturais/restabelecimento com 4/5 dos PA contratados, do investimento e da despesa pública com exclusão de prémios. No entanto, tendo em conta na despesa pública os prémios de manutenção e de perda de rendimento no âmbito da florestação de terra agrícola, verifica-se que ¼ da despesa pública e do FEADER são absorvidos pelos 2 projectos contratados neste âmbito.

Quadro 141: Acção 2.3.2 – PA contratados por tipo de apoio (acumulado)

Tipo de Apoio	PA		Investimento		Despesa pública (excluindo prémios)		Despesa pública (prémios)		FEADER	
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%
Med. COM 221 Primeira florestação terra agrícola	2	9%	34	3%	16	2%	195	100%	156	24%
Med. COM 223 Primeira florestação em terra não agrícola	2	9%	148	13%	75	11%	0	0%	60	9%
Med. COM 226 Prevenção catás trofes naturais/ restabelecimento	18	82%	972	84%	560	86%	0	0%	435	67%
TOTAL	22	100%	1.154	100%	651	100%	195	100%	650	100%

c. Execução financeira

A Acção não apresentou execução financeira até ao final do primeiro semestre de 2010.

2.2.3.8 Acção 2.3.3 – Valorização ambiental dos espaços florestais / Subacções 2.3.3.1, 2.3.3.2 e 2.3.3.3

1. Implementação da Acção

À semelhança do Relatório de 2009, no âmbito desta Acção será apresentada a análise das Subacções 2.3.3.1 “Promoção do valor ambiental dos espaços florestais”; 2.3.3.2 “Reconversão de povoamentos com fins ambientais” e 2.3.3.3 “Protecção contra agentes bióticos nocivos”.

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

Os segundos concursos destas Subacções foram abertos em 2009 e encerraram em 30 de Junho de 2010.

A 30 de Junho tinham sido recepcionadas 259 candidaturas válidas, como se pode ver no quadro que se segue. Atente-se que o segundo concurso da Subacção 2.3.3.2 não teve nenhuma candidatura.

Quadro 142: Acção 2.3.3 – Candidaturas apresentadas a concurso por Subacção (no ano)

Un.: mil euros

Concursos	Subacção	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Segundo	2.3.3.1	4.000	150	9.544
	2.3.3.2	2.000	0	0
	2.3.3.3	10.000	109	19.523
TOTAL		16.000	259	29.067

Quadro 143: Acção 2.3.2 – Candidaturas apresentadas a concurso por Subacção (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Subacção	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.3.3.1	61.349	6.000	61	3.857
	2.3.3.2		6.000	13	1.508
	2.3.3.3		7.000	39	7.357
Segundo	2.3.3.1		4.000	150	9.544
	2.3.3.2		2.000	0	0
	2.3.3.3		10.000	109	19.523
TOTAL			35.000	372	41.788

No que se refere à distribuição por regiões, por tipologia do beneficiário e por tipologia do investimento, não existe informação para os concursos que decorreram até 30 de Junho de 2010 pois a data de conclusão destes concursos não possibilitou a determinação atempada da classificação desses PA de acordo com essas categorias.

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 foram analisadas 112 candidaturas, das quais 66 (59%) tiveram parecer favorável. Destas, 42 (64%) foram objecto de contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 144: Acção 2.3.3 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Subacção	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Parecer desfavorável		Parecer favorável		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
				Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.3.1	61	3.857	29	2.025	31	1.786	19	987	808	625
	2.3.3.2	13	1.508	5	624	8	884	1	75	25	20
	2.3.3.3	39	7.357	12	2.072	27	5.284	22	4.190	2.528	1.931
Segundo	2.3.3.1	150	9.544	0	0	0	0	0	0	0	0
	2.3.3.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2.3.3.3	109	19.523	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		372	41.788	46	4.721	66	7.955	42	5.251	3.362	2.576

Em termos acumulados, foram contratados 42 PA, todos no primeiro semestre de 2010, num total de 3.362 mil euros de despesa pública, representando 2.576 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 5%.

c. Execução financeira

A Acção não apresentou execução financeira até ao final do primeiro semestre de 2010.

2.2.3.9 Acção 2.4.1 – Apoio à gestão das ITI

1. Implementação da Acção

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No primeiro semestre de 2010 foi aberto o terceiro período de candidatura que decorreu entre 25 de Fevereiro a 30 de Abril 2010. A 30 de Junho tinham sido recepcionadas 8 candidaturas válidas, não tendo concorrido, das 9 Estruturas Locais de Apoio (ELA) existentes, a da ITI Serra de Aires.

Quadro 145: Acção 2.4.1 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total*
Primeiro	6.687	9	362
Segundo		9	487
Terceiro		8	554
TOTAL		26	1.403

* Funcionamento.

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 foram analisadas 8 candidaturas, tendo todas obtido parecer favorável. Destas, 88% foram objecto de contratação envolvendo uma despesa pública de 319 mil euros conforme os quadros seguintes.

Quadro 146: Acção 2.4.1 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (no ano)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública
Primeiro	9	362	0	0	0	0	0
Segundo	9	487	0	0	0	0	0
Terceiro	8	554	8	554	7	319	319
TOTAL	26	1.403	8	554	7	319	319

Quadro 147: Acção 2.4.1 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública
Primeiro	9	362	9	362	9	362	362
Segundo	9	487	9	487	9	487	487
Terceiro	8	554	8	554	7	319	319
TOTAL	26	1.403	26	1.403	25	1.168	1.168

Em termos acumulados, foram contratados 25 PA (29% da meta), dos quais 7 no primeiro semestre de 2010, num total de 1.168 mil euros de despesa pública, representando 876 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 17%.

c. Execução financeira

No final de Junho de 2010, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Acção era de 182 mil euros de despesa pública e 137 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, 61% foram pagos no primeiro

semestre de 2010 (110 mil euros de despesa pública e 83 mil euros de participação FEADER).

Em termos globais, a Acção alcançou uma taxa de execução de 3% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 16% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Quadro 148: Acção 2.4.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (no ano)

Un.: mil euros

DRAP	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	11	526	526	395	4	47	36
Centro	6	300	300	225	2	20	15
LVT	2	90	90	67	1	10	8
Alentejo	3	122	122	92	1	10	8
Algarve	3	130	130	98	2	23	17
TOTAL	25	1.168	1.168	876	10	110	83

2. Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a Acção (3.987 mil euros), verifica-se que o volume total de investimento contratado corresponde a 29%.

Quadro 149: Acção 2.4.1 – Indicadores financeiros e de resultado (no ano)

Un.: mil euros

Total de candidaturas contratadas			
Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
25	1.168	1.168	876
Meta	3.987	6.687	5.067
% da meta	29%	17%	17%

2.2.3.10 Acções 2.4.3 a 2.4.12 – ITI - Pagamentos agro e silvo ambientais

1. Implementação das Acções

À semelhança do Relatório de 2009, no âmbito da Medida 2.4 será apresentada em conjunto a análise dos apoios agro e silvo-ambientais (ASA) em cada ITI correspondentes às seguintes Acções:

- ⇒ 2.4.3 “ITI Douro Vinhateiro”
- ⇒ 2.4.4 “ITI Peneda-Gerês”
- ⇒ 2.4.5 “ITI Montesinho-Nogueira”
- ⇒ 2.4.6 “ITI Douro Internacional”
- ⇒ 2.4.7 “ITI Serra da Estrela”
- ⇒ 2.4.8 “ITI Tejo Internacional”
- ⇒ 2.4.9 “ITI Serra de Aires e Candeeiros”
- ⇒ 2.4.10 “ITI Castro Verde”
- ⇒ 2.4.11 “ITI Costa Sudoeste”
- ⇒ 2.4.12 “ITI Monchique”

A outra componente destas Acções são os investimentos não produtivos. Estes serão apresentados no capítulo seguinte.

a. Análise e decisão das candidaturas

Os apoios agro e silvo-ambientais das Acções 2.4.3 a 2.4.12 estão associados ao Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP, nos termos do protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP.

Assim sendo, estas componentes destas Acções têm os seus PA formalizados no âmbito do PU, de acordo com o disposto no Despacho Normativo n.º 4/2009, de 28 de Janeiro, alterado pelo Despacho Normativo n.º 16-A/2009, de 9 de Abril.

Além dos PA, como as componentes destas Acções são plurianuais decorrem ainda em cada ano e para os cinco anos de compromisso os pedidos de pagamento, também no âmbito do PU.

O PU que decorreu no primeiro semestre de 2010, sucedeu do modo já mencionado para a Acção 2.2.1.

Os 2 quadros seguintes apresentam os pedidos de pagamento efectuados no âmbito do PU que decorreu no primeiro semestre de 2010 para, respectivamente, os pagamentos agro-ambientais e os pagamentos silvo-ambientais. O adiantamento de 70% destes pagamentos deverá ser efectuado no segundo semestre de 2010, após o controlo administrativo.

A Acção 2.4.12 correspondendo à ITI Monchique foi introduzida no ProDeR em 2009, mas no início de 2010, por proposta do ICNB⁶ foi decidido proceder a uma profunda revisão desta ITI no quadro das alterações ao ProDeR apresentadas em Março de 2010. Por esta razão não foi operacionalizada não tendo havido lugar à apresentação de candidaturas no PAS 2011. Assim sendo não se apresenta a linha correspondente a esta acção nos 2 quadros que se seguem.

⁶ Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP.

Quadro 150: Acções 2.4.3 a 2.4.12 Agro-ambientais – PP apresentados (no ano)

Acção / ITI	Nº beneficiários	Área (ha)	Montante de apoio (mil euros)
Acção 2.4.3 Intervenção Territorial Douro Vinhateiro	3.443	7.560	4.745
Acção 2.4.4 Intervenção Territorial Peneda Gerês	752	36.474	1.623
Acção 2.4.5 Intervenção Territorial Montesinho Nogueira	252	1.881	296
Acção 2.4.6 Intervenção Territorial Douro Internacional	1.345	10.845	979
Acção 2.4.7 Intervenção Territorial Serra da Estrela	138	1.511	185
Acção 2.4.8 Intervenção Territorial Tejo Internacional	36	1.212	185
Acção 2.4.9 Intervenção Territorial Serras de Aires e Candeeiros	22	133	26
Acção 2.4.10 Intervenção Territorial Castro Verde	128	22.943	1.380
Acção 2.4.11 Intervenção Territorial Costa Sudoeste	7	110	10
TOTAL de pagamentos agro-ambientais	6.123	82.669	9.429

Quadro 151: Acções 2.4.4 a 2.4.12 Silvo-ambientais – PP apresentados (no ano)

Acção / ITI	Nº beneficiários	Área (ha)	Montante de apoio (mil euros)
Acção 2.4.4 Intervenção Territorial Peneda Gerês	31	2.476	304
Acção 2.4.5 Intervenção Territorial Montesinho Nogueira	0	0	0
Acção 2.4.6 Intervenção Territorial Douro Internacional	0	0	0
Acção 2.4.7 Intervenção Territorial Serra da Estrela	0	0	0
Acção 2.4.8 Intervenção Territorial Tejo Internacional	30	1.654	174
Acção 2.4.9 Intervenção Territorial Serras de Aires e Candeeiros	0	0	0
Acção 2.4.10 Intervenção Territorial Castro Verde	1	14	1
Acção 2.4.11 Intervenção Territorial Costa Sudoeste	0	0	0
TOTAL de pagamentos silvo-ambientais	62	4.144	479

Nos 2 quadros que se seguem apresentam-se os PA apresentados no âmbito do PAS 2011 e que serão alvo de PP no ano de 2011. Correspondem a novas candidaturas ou a aumentos de área acima dos limites previstos na Portaria (mais de 20 hectares ou mais do dobro da área já aprovada) de candidaturas anteriores.

Quadro 152: Acções 2.4.3 a 2.4.12 Agro-ambientais – Candidaturas apresentadas no PAS 2011 (no ano)

Acção / ITI	Nº beneficiários	Área (ha)	Montante de apoio (mil euros)
Acção 2.4.3 Intervenção Territorial Douro Vinhateiro	984	3.042	1.530
Acção 2.4.4 Intervenção Territorial Peneda Gerês	136	18.478	744
Acção 2.4.5 Intervenção Territorial Montesinho Nogueira	52	411	66
Acção 2.4.6 Intervenção Territorial Douro Internacional	148	1.065	95
Acção 2.4.7 Intervenção Territorial Serra da Estrela	39	271	45
Acção 2.4.8 Intervenção Territorial Tejo Internacional	37	283	53
Acção 2.4.9 Intervenção Territorial Serras de Aires e Candeeiros	12	184	14
Acção 2.4.10 Intervenção Territorial Castro Verde	10	1.329	77
Acção 2.4.11 Intervenção Territorial Costa Sudoeste	2	31	3
Estimativa (pagamentos agro-ambientais)	1.420	25.093	2.626

Quadro 153: Acções 2.4.3 a 2.4.12 Silvo-ambientais – Candidaturas apresentadas no PAS 2011 (no ano)

Acção / ITI	Nº beneficiários	Área (ha)	Montante de apoio (mil euros)
Acção 2.4.4 Intervenção Territorial Peneda Gerês	15	1.125	101
Acção 2.4.5 Intervenção Territorial Montesinho Nogueira	3	116	13
Acção 2.4.6 Intervenção Territorial Douro Internacional	0	0	0
Acção 2.4.7 Intervenção Territorial Serra da Estrela	8	143	15
Acção 2.4.8 Intervenção Territorial Tejo Internacional	13	368	37
Acção 2.4.9 Intervenção Territorial Serras de Aires e Candeeiros	1	17	2
Acção 2.4.10 Intervenção Territorial Castro Verde	0	0	0
Acção 2.4.11 Intervenção Territorial Costa Sudoeste	8	190	21
Estimativa (pagamentos silvo-ambientais)	48	1.958	189

b. Análise e decisão das candidaturas

Relativamente à situação que se verificava em 31 Dezembro de 2009 há que referir que decorreu o PAS 2011 e que foi elaborada, pelo IFAP, uma estimativa dos pagamentos agro e silvo-ambientais que serão efectuados em 2011, caso se verifique a aprovação destas candidaturas e caso estas sejam confirmadas em PP no decorrer do PU de 2011.

c. Execução financeira

A Acção não apresentou execução financeira até ao final do primeiro semestre de 2010. Deverão ser pagos no segundo semestre 70% dos PP deste ano e 30% dos PP de 2009 na sequência da conclusão dos respectivos controlos de campo.

2.2.3.11 Acções 2.4.3 a 2.4.12 – ITI – Investimentos não produtivos

1. Implementação das Acções

À semelhança do Relatório de 2009, no âmbito da Medida 2.4 será apresentada em conjunto a análise dos apoios aos investimentos não produtivos (INP) em cada ITI correspondentes às seguintes Acções:

- ⇒ 2.4.3 “ITI Douro Vinhateiro”
- ⇒ 2.4.4 “ITI Peneda-Gerês”
- ⇒ 2.4.5 “ITI Montesinho-Nogueira”
- ⇒ 2.4.6 “ITI Douro Internacional”
- ⇒ 2.4.7 “ITI Serra da Estrela”
- ⇒ 2.4.8 “ITI Tejo Internacional”
- ⇒ 2.4.9 “ITI Serra de Aires e Candeeiros”
- ⇒ 2.4.10 “ITI Castro Verde”
- ⇒ 2.4.11 “ITI Costa Sudoeste”
- ⇒ 2.4.12 “ITI Monchique”

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

O único concurso da componente investimentos não produtivos destas Acções sucedeu em 2009. No decorrer do primeiro semestre de 2010 registou-se um conjunto de desistências e a detecção de diversos casos de não conformidade, o que significa que a informação dos 2 quadros relativa a PA entrados apresentados no Relatório de 2009 têm de ser revistos. Assim, as 367 candidaturas válidas reportadas a 31 de Dezembro de 2009 foram revistas para 346 a 30 de Junho de 2010.

Apresenta-se, ainda, um conjunto de outros quadros que detalham o modo como decorreu este concurso.

Note-se que não tendo sido operacionalizada a ITI Monchique na sua componente agro e silvo-ambiental não foi possível à AG do ProDeR operacionalizar a componente investimentos não produtivos desta ITI.

Assim sendo, não se apresenta a linha correspondente a esta Acção nos 2 quadros que se seguem.

Quadro 154: Acções 2.4.3 a 2.4.12 INP – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	14.110	4.000	346	6.954

A distribuição regional dos PA por ITI manteve-se face ao já verificado no Relatório de 2009, ou seja existe um total domínio da ITI Douro Vinhateiro com 88% dos PA e 86% do investimento proposto. Para além desta ITI apenas se destaca a ITI Douro Internacional com 9% dos PA.

Quadro 155: Acções 2.4.3 a 2.4.12 INP – Distribuição dos PA entrados por ITI (acumulado)

ITI	PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Douro Vinhateiro	299	86%	5.941	85%
Peneda-Gerês	7	2%	103	1%
Montesinho-Nogueira	1	0%	51	1%
Douro Internacional	32	9%	720	10%
Serra da Estrela	3	1%	37	1%
Tejo Internacional	1	0%	30	0%
Serra de Aires e Candeeiras	0	0%	0	0%
Castro Verde	2	1%	62	1%
Costa Sudoeste	1	0%	11	0%
TOTAL	346	100%	6.954	100%

Por outro lado, é possível verificar que os investimentos não produtivos silvo-ambientais constituem uma proporção muito reduzida do total: apenas 2%, quer em PA, quer em investimento proposto.

Quadro 156: Acções 2.4.3 a 2.4.12 INP – Distribuição dos PA entrados por tipo de INP (acumulado)

	PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Silvo-ambientais	8	2%	144	2%
Agro-ambientais	340	98%	6.810	98%
TOTAL	348	100%	6.954	100%

Nota: Existem 2 PA com as componentes agro e silvo ambientais em simultâneo.

Quadro 157: Acções 2.4.3 a 2.4.12 INP Silvo-ambientais – Distribuição dos PA entrados por ITI (acumulado)

ITI	PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Peneda-Gerês	2	25%	30	21%
Montesinho-Nogueira	1	13%	51	35%
Douro Internacional	2	25%	15	10%
Serra da Estrela	1	13%	8	5%
Tejo Internacional	1	13%	30	21%
Serra de Aires e Candeeiras	0	0%	0	0%
Castro Verde	0	0%	0	0%
Costa Sudoeste	1	13%	11	8%
TOTAL	8	100%	144	100%

Quadro 158: Acções 2.4.3 a 2.4.12 INP Agro-ambientais – Distribuição dos PA entrados por ITI (acumulado)

ITI	PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Douro Vinhateiro	299	88%	5.941	87%
Peneda-Gerês	5	1%	73	1%
Montesinho-Nogueira	0	0%	0	0%
Douro Internacional	32	9%	705	10%
Serra da Estrela	2	1%	29	0%
Tejo Internacional	0	0%	0	0%
Serra de Aires e Candeeiras	0	0%	0	0%
Castro Verde	2	1%	62	1%
Costa Sudoeste	0	0%	0	0%
TOTAL	340	100%	6.810	100%

Por via do domínio das ITI Douro Vinhateiro e Douro Litoral, é na DRAP Norte que se concentram os INP (98% de PA e investimento) como se pode ver no quadro que se segue.

Quadro 159: Acções 2.4.3 a 2.4.12 INP – Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

DRAP	PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	338	98%	6.802	98%
Centro	5	1%	79	1%
LVT	0	0%	0	0%
Alentejo	2	1%	62	1%
Algarve	1	0%	11	0%
TOTAL	346	100%	6.954	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No primeiro semestre de 2010 foram analisadas 242 candidaturas, das quais 194 (80%), tiveram parecer favorável. Destas, 96 foram objecto de contratação, i.e., 49%, conforme quadro seguinte. Estes 96 PA contratados situam-se todos na ITI Douro Vinhateiro e todos prevêm investimentos na “recuperação de muros de suporte de pedra posta nos socalcos”, sendo que um deles prevê ainda a “requalificação de casebres ou cardenhos” ou “outras construções rústicas”.

Quadro 160: Acções 2.4.3 a 2.4.11 INP – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública
Primeiro	346	6.954	242	6.954	96	1.436	1.436
TOTAL	346	6.954	242	6.954	96	1.436	1.436

Em termos acumulados, foram contratados 96 PA, todos no primeiro semestre de 2010, num total de 1.436 mil euros de despesa pública, representando 1.149 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 10%.

c. Execução financeira

A componente de investimentos não produtivos destas Acções não apresentou qualquer execução financeira até ao final do primeiro semestre de 2010.

2.2.4 Subprograma 3 – Abordagem LEADER

A abordagem LEADER insere-se nos Eixos 3 e 4 e abrange Medidas do Subprograma 3:

Medida 3.1 – Diversificação da economia e criação de emprego

Acção 3.1.1 – Diversificação de actividades na exploração agrícola

Acção 3.1.2 – Criação e desenvolvimento de microempresas

Acção 3.1.3 – Desenvolvimento e actividades turísticas e de lazer

Medida 3.2 – Melhoria da qualidade de vida

Acção 3.2.1 – Conservação e valorização do património rural

Acção 3.2.2 – Serviços básicos para a população rural

Medida 3.3 – Implementação de estratégias de desenvolvimento local

Medida 3.4 – Cooperação LEADER para o desenvolvimento

Acção 3.4.1 – Cooperação interterritorial

Acção 3.4.2 – Cooperação transnacional

Medida 3.5 – Funcionamento dos GAL, Aquisição de competências e animação

1. Implementação do Subprograma

O reconhecimento dos GAL e aprovação das Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD), no âmbito das Medidas 3.3 e 3.5, teve início no ano de 2008.

O processo de reconhecimento dos GAL, foi feito mediante 2 concursos públicos, em que cada concorrente tinha de propor uma ELD, que se adequasse às necessidades do território de intervenção definido, em particular uma estratégia que possibilitasse a concretização de objectivos,

definidos pelo conjunto dos actores socio-económicos desse mesmo território, essenciais para a revitalização das zonas rurais.

Este processo ficou concluído apenas em Janeiro de 2010, sendo no total reconhecidos 47 GAL que abrangem todo o território rural continental, com estratégias locais de desenvolvimento integradoras das Medidas do Eixo 3, segundo a abordagem LEADER.

As Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD) aprovadas, no âmbito do reconhecimento dos GAL, propõem um investimento de 660.970 mil euros nas zonas rurais o que representa um total de despesa pública de 372.519 mil euros.

O primeiro semestre de 2010, ficou ainda marcado pelo encerramento dos concursos para apresentação dos PA às Medidas 3.1 “Diversificação da economia e criação de emprego” e 3.2 “Melhoria da qualidade de vida”.

Em relação à Medida 3.4 “Cooperação LEADER para o desenvolvimento”, a AG decidiu suspender, em Abril, os concursos para apresentação de candidaturas por forma a avaliar os resultados obtidos nos períodos de candidatura entre Setembro de 2009 e Março de 2010 face ao modelo adoptado na operacionalização desta Medida.

Quadro 161: Subprograma 3 – Lista dos GAL reconhecidos e montantes aprovados para as ELD

Un.: mil euros

Grupos de Acção Local	Invest. total	Desp. pública
AD ELO	15.559	9.144
ADAE	13.033	7.656
ADER-AL	15.818	9.078
ADERE	10.391	6.269
ADERES	9.296	5.150
ADER-SOUSA	16.910	8.936
ADIBER	11.109	6.439
ADICES	12.514	7.057
ADIRN	15.968	8.979
ADL	19.029	10.802
ADRAT	14.917	9.149
ADREPES	14.061	7.362
ADRIL	17.903	9.841
ADRMAG	15.738	8.867
ADRMINHO	11.352	7.313
ADRITEM	13.478	8.683
ADRUSE	12.711	6.990
APRODER	15.675	8.262
ATAHCA	14.286	8.291
BEIRA DOURO	14.862	8.034
BEIRA INTERIOR SUL	15.785	9.003
CASTELOS DO CÔA	12.919	7.204
CHARNECA	20.388	10.517
CORANE	15.199	8.298
DESTEQUE	15.017	8.031
DOLMEN	18.386	10.131
DOURO HISTÓRICO	14.396	8.274
DOURO SUPERIOR	11.666	6.629
ELOZ	11.353	6.644
GAL ADD	10.810	6.677
GAL ADDLAP	14.070	8.183
GAL AL SUD	15.111	8.419
GAL COVA DA BEIRA	12.510	7.252
GAL T B GUADIANA	10.269	6.223
INT ALGARVE CENTRAL	12.581	7.569
LEADER OESTE	16.088	8.561
LEADERSOR	16.624	7.756
MARGEM ESQ GUADIANA	14.272	7.667
MONTE	22.157	12.471
PINHAL MAIOR	12.494	6.994
PROBASTO	11.290	6.264
PRÓ-RAIA	12.940	7.001
PRÓ-RURAL	13.159	7.044
SOL DO AVE	12.089	6.660
TAGUS	9.604	6.003
TERRAS DE SICÓ	14.058	7.906
TERRAS DENTRO	11.126	6.837
TOTAL	660.970	372.519

a. Concursos / Candidaturas

No âmbito das Medidas 3.1 “Diversificação da economia e criação de emprego” e 3.2 “Melhoria da qualidade de vida”, os primeiros concursos, abrangendo 44 GAL, totalizaram uma dotação financeira de 91.277 mil euros que corresponde a 26% do orçamento programado no ProDeR.

A análise por Medida permite ainda observar que estes primeiros concursos representaram 21% do orçamento programado no ProDeR para a Medida 3.1 “Diversificação da economia e criação de emprego”, elevando-se a 38% no caso da Medida 3.2 “Melhoria da qualidade de vida”.

Uma leitura mais fina por Acção revela que a dotação orçamental dos concursos relativos à Acção 3.2.1 “Conservação e valorização do património rural” representou 50% do orçamento do ProDeR para esta Acção. No outro extremo, temos os concursos relativos à Acção 3.1.2 “Criação e desenvolvimento de microempresas” cuja dotação orçamental representa apenas 17% do orçamento do ProDeR para esta Acção.

Em termos de impacto, nestes primeiros concursos foram apresentadas um total de 2.217 candidaturas totalizando um investimento de 331.462 mil euros. Por forma a responder às dinâmicas territoriais latentes nas candidaturas apresentadas e apoiar todas as candidaturas com parecer favorável, a Autoridade de Gestão do ProDeR decidiu reforçar a dotação orçamental dos concursos até ao limite do orçamento por Acção aprovado na ELD. Assim, estima-se que no encerramento dos primeiros concursos cerca de 33% do orçamento programado no ProDeR para as Medidas 3.1 e 3.2 esteja efectivamente comprometido.

Quadro 162: Subprograma 3 – Candidaturas apresentadas a concurso para as Medidas 3.1 e 3.2 por Acção (no ano)

Un.: mil euros

Acção	Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas		Candidaturas entradas 1º semestre 2010	
				Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
3.1.1	43	61.303	12.194	150	27.081	16	1.987
3.1.2	44	132.763	22.206	793	109.077	49	8.085
3.1.3	44	60.290	19.678	471	95.259	21	4.102
3.2.1	42	37.681	18.681	383	38.534	75	6.597
3.2.2	41	60.918	18.518	420	61.511	17	2.917
TOTAL	214	352.954	91.277	2.217	331.462	178	23.688

No âmbito da Medida 3.4 “Cooperação LEADER para o desenvolvimento”, decorreram até ao momento 7 períodos de candidatura, 3 dos quais durante o primeiro semestre de 2010.

Nesta primeira fase deram entrada 114 PA que envolveram 41 GAL e totalizam um investimento de 7.516 mil euros.

Da análise por tipologia de candidatura (individual e conjunta) pode-se acrescentar que os 32 “planos de cooperação” representam um investimento de 908 mil euros, os 10 “projectos de cooperação interterritorial” 5.249 mil euros e os 8 “projectos de cooperação transnacional” 1.359 mil euros.

Os 71 PA entrados, durante o primeiro semestre de 2010, representam 62% do número total de PA e 75% do total do investimento proposto na Medida 3.4.

Quadro 163: Subprograma 3 – Candidaturas apresentadas a concurso para a Medida 3.4 por Acção (no ano)

Un.: mil euros

Acção	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas		Candidaturas entradas 1º semestre 2010	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Planos de cooperação	1.884	1.884	32	908	8	231
3.4.1	9.395	9.395	66	5.249	54	4.516
3.4.2	1.281	1.281	16	1.359	9	881
TOTAL	12.560	12.560	114	7.516	71	5.628

b. Distribuição geográfica

A análise regional do impacto dos concursos para apresentação dos PA, às Medidas 3.1 e 3.2, revela que nas regiões do Norte, do Alentejo e do Algarve, o maior investimento proposto se refere à Acção 3.1.3 “Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer”, sendo nas restantes regiões do País a Acção 3.1.2 “Criação e desenvolvimento de microempresas” que reúne o maior volume de investimento proposto.

Em consonância com a concentração geográfica dos territórios abrangidos pela abordagem LEADER nas regiões do Norte e do Centro, que correspondem a 27 GAL, o número de candidaturas apresentadas nestas duas regiões totaliza 1.524 e representa 69% do total nacional de candidaturas apresentadas nos primeiros concursos.

No que diz respeito aos períodos de candidatura à Medida 3.4, a análise da distribuição regional dos PA revela maior dinâmica para a cooperação na região do Centro concentrando 47% dos Planos de Cooperação recebidos, seguida das regiões do Norte e Alentejo, ambas com 22%.

Da análise dos parceiros envolvidos nos projectos de cooperação pode-se verificar que os GAL das regiões do Norte e Centro representam 70% dos GAL envolvidos nas parcerias de cooperação.

Em relação à cooperação transnacional, refere-se ainda que nos projectos recebidos, os GAL propõem-se cooperar com outros GAL e Outros Grupos Locais (OGL) de Espanha, França, Malta e Cabo Verde.

Quadro 164: Subprograma 3 – Distribuição regional dos PA entrados da Medida 3.4 (no ano)

Un.: mil euros

NUT 2	Total de candidaturas entradas				Total de investimento apresentado				Candidaturas 1º semestre 2010	
	Total	Planos de cooperação	Projectos		Total	Planos de cooperação	Projectos		Nº PA	Invest. apresentado
			Coop. interterritorial	Coop. Transnacional			Coop. interterritorial	Coop. Transnacional		
Norte	7	3	4		387	107	280		35	1.973
Centro	20	15	1	4	814	437	40	337	45	3.215
LVT	2	1	1		64	20	44		4	265
Alentejo	12	4	5	3	506	62	303	141	27	1.911
Algarve	2	1	1		117	51	66		3	152
TOTAL	43	24	12	7	1.888	677	733	478	114	7.516

2. Análise e decisão das candidaturas

No balanço dos concursos encerrados até 30 de Junho de 2010, relativos às Medidas 3.1 e 3.2, as Acções com maior número de PA aprovados, foram as Acções 3.1.2 "Criação e desenvolvimento de microempresas" e 3.2.2 "Serviços básicos para a população rural" respectivamente com 290 e 168 PA aprovados.

No que se refere ao investimento aprovado, é igualmente a Acção 3.1.2 que reúne maior investimento, com 35.341 mil euros, seguida da Acção 3.1.3 com 24.994 mil euros.

É ainda de sublinhar a fraca receptividade dos regimes de apoio previstos na Acção 3.1.1 "Diversificação de actividades na exploração agrícola" traduzida no menor número de PA e de investimento aprovados (72 PA, 10.787 mil euros de investimento total aprovados).

Quadro 165: Subprograma 3 - Candidaturas aprovadas nas Medidas 3.1 e 3.2 por Acção (no ano)

Un.: mil euros

Acção	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas aprovadas			Candidaturas aprovadas 1º semestre 2010		
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	Nº PA	Invest. total	Desp. pública
3.1.1	12.194	150	27.081	72	10.787	6.059	67	10.299	5.826
3.1.2	22.206	793	109.077	290	35.341	20.381	279	33.622	19.382
3.1.3	19.678	471	95.259	133	24.994	13.949	126	24.091	13.541
3.2.1	18.681	383	38.534	142	12.915	7.682	136	12.425	7.388
3.2.2	18.518	420	61.511	168	17.960	12.684	165	17.634	12.437
TOTAL	91.277	2.217	331.462	805	101.997	60.755	773	98.071	58.573

Em relação ao investimento médio aprovado verificamos uma maior dimensão financeira nos projectos das Acções 3.1.3 (188 mil euros) e 3.1.1 (150 mil euros).

Os projectos aprovados nas restantes Acções apresentam uma dimensão financeira média inferior ao investimento médio global do Eixo 3 de 127 mil euros. Sublinha-se ainda que é na Acção 3.2.1, onde os projectos aprovados são de menor dimensão (91 mil euros).

No que diz respeito à Medida 3.4, foram aprovados, até 30 de Junho de 2010, 30 planos de cooperação, 10 projectos de cooperação interterritorial e 6 projectos de cooperação transnacional totalizando 109 PA aprovados e um investimento aprovado de 7.109 mil euros correspondente a 6.094 mil euros de despesa pública.

Quadro 166: Subprograma 3 – PA entrados, analisados e contratados por Acção (acumulado)

Un.: mil euros

Acções	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
3.1.1	150	27.081	119	19.777	31	3.739	2.229	1.783
3.1.2	793	109.077	679	88.702	131	17.217	9.676	7.576
3.1.3	471	95.259	353	68.397	51	9.218	5.158	4.140
3.2.1	383	38.534	262	26.293	51	4.594	2.775	2.155
3.2.2	420	61.511	314	43.962	68	5.971	4.427	3.439
TOTAL	2.217	331.462	1.727	247.131	332	40.739	24.265	19.093

3. Execução financeira

Em termos de desempenho, o Subprograma 3 regista apenas execução na Medida 3.5 “Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação”.

A componente 1 da Medida 3.5, relativa às “despesas de funcionamento dos GAL”, apresenta 16% de execução totalizando um montante de 7.586 mil euros de despesa pública. Na componente 2 da Medida 3.5, relativa ao “plano de aquisição de competências e animação”, foram executados 2.675 mil euros de despesa pública que representam 9% de execução.

4. Execução física

Os resultados obtidos nos concursos encerrados até 30 de Junho de 2010, relativos às Medidas 3.1 e 3.2, não permitem retirar conclusões generalizadas em relação ao cumprimento dos objectivos traçados para o Subprograma 3. No entanto, observa-se que os resultados, quer em número de PA, quer em montantes de investimento proposto e aprovado, têm correspondência com a distribuição da dotação financeira aprovada por acção das ELD.

Da análise do número de postos de trabalho previstos nos projectos aprovados, verificamos serem as Acções 3.1.2 e 3.2.2 que mais contribuem para a criação de postos de trabalho, respectivamente com 516 e 409 postos de trabalho.

A aplicação do rácio despesa pública/criação de postos de trabalho, permite ainda verificar que a criação de postos de trabalho na Medida 3.1 é conseguida com maior incentivo público do que na Medida 3.2, i.e., apresenta um rácio de 50 mil euros/posto de trabalho, igualmente superior ao custo médio global do Eixo 3 de 48 mil euros/posto de trabalho.

Da leitura da informação relativa ao tipo de beneficiário dos projectos aprovados, foi possível observar que os beneficiários são maioritariamente do sector privado e, neste grupo, os empresários individuais apresentam idade superior a 25 anos.

Constata-se igualmente que os projectos cujos beneficiários integram a parceria dos GAL correspondem a 36% dos projectos aprovados, confirmando que as parcerias dos GAL são fortemente representativas das actividades socio-económicas dos territórios rurais.

Quanto aos domínios de intervenção, os projectos aprovados apresentam grande dispersão temática, sendo todavia possível identificar 5 domínios que reúnem 32% dos projectos aprovados. São eles:

- ⇒ Criação ou desenvolvimento de microempresas – restauração e similares – 8%;
- ⇒ Alojamento turístico – casa de campo – 8%;
- ⇒ Outros serviços básicos – 8%;
- ⇒ Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais – 6%;
- ⇒ Acompanhamento domiciliário a idosos e pessoas com deficiência – 6%.

Do cruzamento da informação relativa ao tipo de beneficiário e domínio de intervenção dos projectos aprovados verifica-se que os beneficiários se dividem percentualmente em 2 grupos: o grupo relativo ao sector privado

e o grupo dos beneficiários pertencentes à parceria do GAL. Os projectos da tipologia “alojamento turístico – casa de campo” vêm contrariar esta tendência sendo maioritariamente da iniciativa dos privados individuais.

2.2.5 Medidas transitadas do RURIS

1. Reforma antecipada (RA)

A Medida transitada do RURIS (QCA III) "Reforma antecipada", código COM 113, continuou, naturalmente atendendo à natureza do apoio, a ter realização no primeiro semestre de 2010.

Quadro 167: Transitadas RURIS (RA) - NIFAP apoiados, apoio total e FEADER pagos (no ano)

Cod. COM	Designação	Nº NIFAP apoiados	Valores pagos (mil euros)	
			Apoio total	FEADER
113	Reforma antecipada	714	1.466	1.097

Em termos acumulados, a realização foi a que se vê no quadro seguinte. Estes compromissos são de longa duração o que implica a manutenção de um nível elevado de pagamentos, mas o falecimento dos beneficiários origina a gradual redução dos mesmos.

Quadro 168: Transitadas RURIS (RA) - Apoio total e FEADER pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 113 Reforma antecipada	
	Apoio total	FEADER
2007	4.570	4.570
2008	4.201	3.914
2009	3.438	2.571
1º Sem. 2010	1.466	1.097
TOTAL	13.675	12.151

2. Indemnizações compensatórias (IC)

As indemnizações compensatórias em zona de montanha e em outras zonas desfavorecidas transitadas do RURIS (QCA III) tiveram ainda realização no primeiro semestre de 2010, o que se pode ver no quadro que se segue.

Quadro 169: Transitados RURIS (IC) – NIFAP apoiados, apoio total e FEADER pagos (no ano)

Cod. COM	Designação	Nº NIFAP apoiados	Área apoiada (ha)	Valores pagos (mil euros)	
				Apoio total	FEADER
211	Pagamentos desvantagens naturais zonas de montanha	351	1.327	185	148
212	Pagamentos desvantagens naturais noutras zonas	86	504	58	47
TOTAL		351	1.327	243	195

Em termos acumulados, a realização destas Medidas transitadas pode ser vista no quadro seguinte. Não existem (ao contrário das agro-ambientais transitadas) compromissos de IC que se mantenham no ProDeR mas apenas ajustamentos relativos aos compromissos RURIS entretanto terminados. Os pagamentos são por isso reduzidos.

Quadro 170: Transitados RURIS (IC) – Apoio total e FEADER pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 211 Pagamentos desvantagens naturais zonas de montanha		Cod. COM 212 Pagamentos desvantagens naturais outras zonas desfavorecidas		TOTAL	
	Apoio total	FEADER	Apoio total	FEADER	Apoio total	FEADER
2007	5.820	5.820	0	0	5.820	5.820
2008	6	6	0	0	6	6
2009	1.403	1.122	532	425	1.936	1.547
1º Sem. 2010	185	148	58	47	243	195
TOTAL	7.414	7.096	590	472	8.005	7.568

3. Medidas agro-ambientais (MAA)

As Medidas agro-ambientais transitadas do RURIS (QCA III) tiveram ainda realização no primeiro semestre de 2010.

Quadro 171: Transitados RURIS (MAA) – NIFAP apoiados, apoio total e FEADER pagos (no ano)

Cod. COM	Designação	Nº NIFAP apoiados	Área apoiada (ha)	Animais apoiados (CN)	Valores pagos (mil euros)	
					Apoio total	FEADER
214	Pagamentos agro-ambientais	2.075	54.516	4.135	5.892	4.646

Em termos acumulados, a realização destas Medidas transitadas pode ser vista no quadro seguinte. Pode-se observar que, naturalmente, depois de um volume de pagamentos muito elevado nos 2 primeiros anos resultantes dos muitos compromissos ainda activos em 2007 e 2008, houve uma fortíssima redução em 2009 e no primeiro semestre de 2010, pois já não existem compromissos activos nestas Medidas transitadas. Os pagamentos que ainda se verificam são apenas acertos relativos aos compromissos cessados.

Quadro 172: Transitados RURIS (MAA) – Apoio total e FEADER pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 214 Pagamentos agro-ambientais	
	Apoio total	FEADER
2007	62.780	62.780
2008	40.502	40.502
2009	8.856	6.943
1º Sem. 2010	5.892	4.646
TOTAL	118.030	114.870

4. Primeira florestação de terras agrícolas (FTA)

A Medida transitada do RURIS (QCA III), com o código COM 221 “Primeira florestação de terras agrícolas”, teve a seguinte realização no primeiro semestre de 2010:

Quadro 173: Transitados RURIS (FTA) – NIFAP apoiados, apoio total e FEADER pagos (no ano)

Cod. COM	Designação	Nº NIFAP apoiados	Área apoiada (ha)	Valores pagos (mil euros)	
				Apoio total	FEADER
221	Primeira florestação de terras agrícolas	1.881	39.763	12.832	10.252

Em termos acumulados a realização foi a que se vê no quadro seguinte. A longa duração destes compromissos implica a manutenção de um nível muito elevado de pagamentos.

Quadro 174: Transitados RURIS (FTA) – Apoio total e FEADER pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 221 Primeira florestação de terras agrícolas	
	Apoio total	FEADER
2007	34.079	34.079
2008	35.432	33.565
2009	43.770	34.962
1º Sem. 2010	12.832	10.252
TOTAL	126.112	112.858

3. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA

3.1 Execução financeira por Medida e por região elegível ao abrigo do objectivo de convergência

No primeiro semestre de 2010 o ProDeR registou uma despesa pública de 204.693 mil euros que corresponde a uma comparticipação de 156.193 mil euros de FEADER. Esta despesa paga representa uma taxa de execução no ano de 30% do fundo programado (520.156 mil euros).

Em termos acumulados (2007-2010), a execução traduziu-se numa despesa pública de 835.854 mil euros que corresponde a uma comparticipação de 720.465 mil euros de FEADER e representa uma taxa de execução de cerca de 20% do total do Fundo programado para o período 2007-2013. Esta percentagem equivale a um acréscimo, nos primeiros 6 meses do ano, de 4% do nível de execução do Programa face ao período 2007-2009.

Relativamente à execução por Eixo, verificou-se um forte acréscimo do volume de despesas pagas no Eixo 1 "Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal", i.e., registou-se um aumento de mais de 4 vezes nos pagamentos face ao ano de 2009. Este aumento traduziu-se num volume de pagamentos face ao total de 67% (foi de apenas 15% em 2009), no entanto, em termos acumulados a execução alcançada foi de 10% em relação ao total do fundo programado no Eixo para o período 2007-2013.

O Eixo 2 "Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural", regista uma diminuição da execução no primeiro semestre de 2010, porém, esta não é expressiva uma vez que, por razões operacionais, o maior volume de pagamentos nestas Acções verifica-se sempre no segundo semestre do ano. Assim, é expectável um aumento significativo da execução até ao final do ano. Em termos acumulados, mantém-se o Eixo com a maior taxa de execução, cerca de 37% em relação ao total do fundo programado no Eixo para o período 2007-2013.

Quanto aos restantes Eixos do Programa, embora o nível de execução seja ainda reduzido, já evidenciam uma subida de cerca de 40% a 50% do volume de pagamentos face ao ano de 2009.

No primeiro semestre de 2010 foram pela primeira vez efectuados pagamentos a despesas das Medidas: “Melhoria do valor económico da Floresta” e “Prevenção de catástrofes naturais / restabelecimento”.

Quanto às despesas correspondentes aos compromissos transitados do RURIS, no primeiro semestre de 2010 foram ainda pagos 20.433 mil euros de despesa pública que correspondem a uma comparticipação de 16.189 mil euros de FEADER. Estes pagamentos representam cerca de 10% das despesas pagas em 2009.

Mais uma vez, a distribuição dos pagamentos por região de convergência e de não convergência segue a tendência dos anos anteriores, i.e., os pagamentos a projectos localizados em regiões de convergência representaram 99% do total dos pagamentos.

Seguidamente apresentam-se os seguintes quadros financeiros:

- ⇒ Execução financeira por Eixo / Medida da COM: informação global e repartida por região de convergência e de não convergência, com os pagamentos relativos ao primeiro semestre de 2010 e os acumulados 2007-2010.
- ⇒ Contratação e execução financeira por Subprograma / Acção: com os contratos e os pagamentos aos beneficiários relativos ao primeiro semestre de 2010 e acumulados 2007-2010.

Quadro 175: Despesas declaradas – Global

Un.: euros

EIXOS / MEDIDAS	DESCRIÇÃO	PAGAMENTOS 1º SEM. 2010		PAGAMENTOS ACUMULADOS 2007-2010	
		DESPESA PÚBLICA	FEADER	DESPESA PÚBLICA	FEADER
1	Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	140.664.022	105.272.133	203.759.552	153.996.557
111	Formação Profissional e Acções de Informação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	83.580	62.685	90.440	67.830
112	Instalação de Jovens Agricultores - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	18.792.000	14.038.000	21.640.000	16.174.000
113	Reforma Antecipada - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.466.090	1.096.525	13.675.182	12.150.634
114	Utilização de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
115	Criação de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
121	Modernização de Explorações Agrícolas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	21.646.783	16.201.630	29.328.488	21.468.396
122	Melhoria do Valor Económico da Floresta - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	150.329	112.747	150.329	112.747
123	Valor Acrescentado dos Produtos Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	24.292.736	18.095.775	27.412.552	20.435.637
124	Novos Produtos, Processos e Tecnologias - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
125	Infraestruturas Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	71.070.335	53.302.751	108.300.391	81.225.293
126	Prevenção Catástrofes Naturais /Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.162.169	2.362.019	3.162.169	2.362.019
132	Participação de Agricultores em Sistemas de Qualidade Alimentar - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
133	Informação e Promoção de Actividades - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
2	Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural	57.454.229	45.729.084	612.484.788	551.316.637
211	Zonas Desfavorecidas - Áreas de Montanha - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	31.602.219	25.275.256	249.166.475	218.310.160
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	4.607.923	3.682.641	41.930.228	36.787.328
214	Pagamentos Agro-Ambientais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	8.412.255	6.519.354	194.815.941	182.970.301
216	Investimentos Não-Produtivos na Agricultura - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	5.891.918	4.645.589	118.029.878	114.870.392
221	Primeira Florestação em Terra Agrícola -Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	12.831.832	10.251.833	126.112.488	112.857.847
222	Sistemas Agro-Florestais em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	12.831.832	10.251.833	126.112.488	112.857.848
223	Primeira Florestação em Terra não Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
225	Pagamentos Ambientais Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006			459.656	391.000
226	Prevenção Catástrofes Naturais/Restabelecimento -Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
227	Investimentos não Produtivos Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
3	Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural	110.328	82.746	182.727	137.045
323	Conservação e Património Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	110.328	82.746	182.727	137.045
4	LEADER	5.949.054	4.722.382	10.261.476	8.141.102
413	Qualidade de Vida/Diversificação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
421	Cooperação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
431	Custos Funcionamento, Aquisição Competências, Animação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	5.949.054	4.722.382	10.261.476	8.141.102
	Assistência Técnica	515.155	386.366	9.165.381	6.874.036
511	Assistência Técnica	515.155	386.366	9.165.381	6.874.036
TOTAL		204.692.789	156.192.712	835.853.924	720.465.376

Quadro 176: Despesas declaradas – Regiões de convergência

Un.: euros

EIXOS / MEDIDAS	DESCRIÇÃO	PAGAMENTOS 1º SEM. 2010		PAGAMENTOS ACUMULADOS 2007-2010	
		DESPESA PÚBLICA	FEADER	DESPESA PÚBLICA	FEADER
1	Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	139.760.475	104.820.359	200.610.281	152.302.546
111	Formação Profissional e Acções de Informação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	83.580	62.685	90.440	67.830
112	Instalação de Jovens Agricultores - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	18.568.000	13.926.000	21.416.000	16.062.000
113	Reforma Antecipada - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.453.914	1.090.437	13.395.337	11.891.337
114	Utilização de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
115	Criação de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
121	Modernização de Explorações Agrícolas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	21.512.953	16.134.715	27.216.603	20.412.453
122	Melhoria do Valor Económico da Floresta - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	150.329	112.747	150.329	112.747
123	Valor Acrescentado dos Produtos Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	23.797.626	17.848.220	26.917.442	20.188.082
124	Novos Produtos, Processos e Tecnologias - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
125	Infraestruturas Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	71.070.335	53.302.751	108.300.391	81.225.293
126	Prevenção Catástrofes Naturais /Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.123.739	2.342.804	3.123.739	2.342.804
132	Participação de Agricultores em Sistemas de Qualidade Alimentar - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
133	Informação e Promoção de Actividades - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
2	Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural	56.714.945	45.323.659	605.980.904	546.150.026
211	Zonas Desfavorecidas - Áreas de Montanha - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	31.603.409	25.276.446	249.167.664	218.311.350
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	4.595.659	3.675.920	41.803.572	36.696.505
214	Pagamentos Agro-Ambientais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	7.729.309	6.144.356	189.010.084	178.291.745
216	Investimentos Não-Produtivos na Agricultura - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	5.891.918	4.645.589	114.593.483	111.679.879
221	Primeira Florestação em Terra Agrícola -Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	12.786.569	10.226.938	125.539.928	112.459.427
222	Sistemas Agro-Florestais em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
223	Primeira Florestação em Terra não Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
225	Pagamentos Ambientais Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006			459.656	391.000
226	Prevenção Catástrofes Naturais/Restabelecimento -Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
227	Investimentos não Produtivos Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
3	Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural	110.328	82.746	182.727	137.045
323	Conservação e Património Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	110.328	82.746	182.727	137.045
4	LEADER	5.801.609	4.641.288	9.989.159	7.991.327
413	Qualidade de Vida/Diversificação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
421	Cooperação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
431	Custos Funcionamento, Aquisição Competências, Animação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	5.801.609	4.641.288	9.989.159	7.991.327
	Assistência Técnica	515.155	386.366	9.165.381	6.874.036
511	Assistência Técnica	515.155	386.366	9.165.381	6.874.036
TOTAL		202.902.514	155.254.419	825.928.451	713.454.981

Quadro 177: Execução financeira do ProDeR

Un.: mil euros

Código Acção PDR	SUBPROGRAMA / ACÇÃO Designação	Eixo COM	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA		CONTRATOS				PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS					
			2007-2010		1º Sem. 2010		2007-2010		1º Sem. 2010		2007-2010			
			Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER		
ProDeR			4.564.694	3.573.777	4.387	444.665	330.809	5.368	955.975	715.874	204.693	156.193	835.854	720.465
SP 1	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE		1.974.282	1.487.800	3.648	381.051	282.456	4.465	796.335	592.189	139.198	104.176	190.085	141.846
1.1.1	Modernização e capacitação das empresas		628.718	479.500	1.491	225.940	166.545	2.025	427.917	316.500	44.914	33.528	55.722	41.140
1.1.2	Investimentos de pequena dimensão		60.052	45.000	307	2.483	1.852	307	2.483	1.852	65	49	65	49
1.1.3	Instalação de jovens agricultores		156.802	117.500	949	37.960	28.470	1.196	47.840	35.678	18.792	14.038	21.640	16.174
1.2	Redimensionamento e cooperação empresarial		33.362	25.000	2	4.365	3.273	2	4.365	3.273				
1.3.1	Melhoria produtiva dos povoamentos		89.411	67.000	200	12.706	9.471	202	12.757	9.509	150	113	150	113
1.3.2	Gestão multifuncional		26.690	20.000	80	1.894	1.394	80	1.894	1.394				
1.3.3	Modernização e capacitação das empresas florestais		80.069	60.000	66	11.038	8.279	92	15.279	11.459	1.044	783	1.044	783
1.4.1	Apoio aos regimes de qualidade		15.880	11.900	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.				
1.4.2	Informação e promoção de produtos de qualidade	1	11.210	8.400	13	3.327	2.336	13	3.327	2.336				
1.5.1	Instrumentos financeiros		40.035	30.000										
1.5.2	Restabelecimento do potencial produtivo		20.017	15.000	476	14.063	10.383	476	14.063	10.383	3.162	2.362	3.162	2.362
1.6.1	Desenvolvimento do regadio		133.449	100.000	1	34.103	25.577	3	118.816	89.112	12.606	9.455	26.952	20.214
1.6.2	Regadio de Alqueva		529.992	397.150				6	114.422	85.817	58.464	43.848	81.349	61.011
1.6.3	Sustentabilidade dos regadios públicos		80.069	60.000	35	25.670	19.252	35	25.670	19.252				
1.6.4	Modernização dos regadios colectivos tradicionais		26.690	20.000										
1.6.5	Projectos estruturantes		38.033	28.500	28	7.502	5.624	28	7.502	5.624				
1.7	Cumprimento de novas normas obrigatórias		3.803	2.850										

Un.: mil euros

Código Acção PDR	SUBPROGRAMA / ACÇÃO Designação	Eixo COMI	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA				CONTRATOS				PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS			
			2007-2013		1º Sem. 2010		2007-2010		1º Sem. 2010		2007-2010		2007-2010	
			Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
SP 2	GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL		1.393.533	1.135.098	237	9.938	7.792	308	38.514	29.900	38.597	30.720	360.520	316.158
2.1.1	Manutenção da actividade agrícola fora da Rede Natura		555.563	452.787	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	31.241	24.987	237.157	207.470
2.1.2	Manutenção da actividade agrícola em Rede Natura		192.899	157.213	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	4.726	3.776	45.936	40.060
2.2.1	Alteração de modos de produção agrícola		191.353	155.698	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-241	-223	42.248	37.411
2.2.2	Protecção da biodiversidade doméstica		29.448	24.000	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-4	-4	6.566	5.953
2.2.3	Conservação e melhoramento de recursos genéticos		27.484	22.400				53	27.727	21.472	2.786	2.119	18.319	16.103
2.2.4	Conservação do solo		6.380	5.200	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.				
2.3.1	Minimização dos riscos	2	85.889	70.000	70	3.975	3.180	70	3.975	3.180				
2.3.2	Ordenamento e reconversão dos povoamentos		98.159	80.000	22	846	650	22	846	650				
2.3.3	Valorização ambiental dos espaços florestais		61.349	50.000	42	3.362	2.576	42	3.362	2.576				
2.4	Intervenções Territoriais Integradas		124.211	101.233	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.			-21	10.112
	ITI - Apoio à Gestão das ITI		6.687	5.067	7	319	237	25	1.168	876	110	83	182	137
	ITI - Investimentos Não Produtivos		14.110	11.500	96	1.436	1.149	96	1.436	1.146				

Un.: mil euros

Código Acção PDR	SUBPROGRAMA / ACÇÃO Designação	Eixo COM	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA		CONTRATOS						PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS			
			2007-2013		1º Sem. 2010		2007-2010		1º Sem. 2010		2007-2010			
			Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
SP 3	DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS		486.267	390.607	348	28.380	22.379	432	87.180	69.116	5.949	4.722	10.261	8.141
3.1.1	Diversificação de actividades na exploração agrícola		61.303	48.807	31	2.229	1.783	31	2.229	1.783				
3.1.2	Criação e desenvolvimento de microempresas		132.763	105.700	131	9.676	7.576	131	9.676	7.576				
3.1.3	Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer		60.290	48.000	51	5.158	4.140	51	5.158	4.140				
3.2.1	Conservação e valorização do património rural		37.681	30.000	51	2.775	2.155	51	2.775	2.155				
3.2.2	Serviços básicos para a população rural	4	60.918	48.500	68	4.427	3.439	68	4.427	3.439				
3.3	Implantação de estratégias de desenvolvimento local		n.a.	n.a.										
3.4.1	Cooperação interterritorial		11.053	8.800	9	232	181	9	232	181				
3.4.2	Cooperação transnacional		1.507	1.200										
3.5	Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação		87.420	69.600	7	3.882	3.106	91	62.682	49.843	5.949	4.722	10.261	8.141
3.6	Implantação de redes de banda larga de nova geração, em zonas rurais	3	33.333	30.000										

Un.: mil euros

Código Ação PDR	SUBPROGRAMA / ACÇÃO	Eixo COM	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA				CONTRATOS				PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS				
			2007-2013		1º Sem. 2010		2007-2010		1º Sem. 2010		2007-2010		2007-2010		
			Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	
SP 4	PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS		117.435	88.000	146	13.801	9.560	146	13.801	9.560					
4.1	Cooperação para a inovação		37.366	28.000	3	1.135	851	3	1.135	851					
4.2.1	Formação especializada		13.345	10.000	24	3.003	1.594	24	3.003	1.594					
4.2.2	Redes temáticas de informação e divulgação	1	13.345	10.000	11	468	283	11	468	283					
4.3.1	Serviços de aconselhamento agrícola		24.021	18.000	89	7.116	5.295	89	7.116	5.295					
4.3.2	Serviços de apoio às empresas		29.359	22.000	19	2.079	1.537	19	2.079	1.537					
TR	Compromissos Transitados		466.597	377.338	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	20.433	16.189	265.823	247.446
	Medidas agro-ambientais (RURIS)		101.052	82.358	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	5.892	4.646	118.030	114.870
	Florestação terras agrícolas (RURIS)	2	292.542	238.423	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	12.832	10.252	126.112	112.858
	Indemnizações compensatórias (pagamentos em atraso RURIS)		7.352	5.992	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	243	195	8.005	7.568
	Reforma antecipada (RURIS)		43.599	32.671	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1.466	1.097	13.675	12.151
	Explorações agrícolas (Medida 1 AGRO)	1	1.193	894	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.				
	Florestas (prémios Medida 3 AGRO e AIBT)	2	20.859	17.000	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.				
AT	Assistência Técnica		126.580	94.935	8	11.496	8.622	17	20.146	15.110	515	386	9.165	6.874	

Notas:
Entende-se por "CONTRATOS" os enviados através de webservice para o IFAP.
n.a. - não aplicável

4. MEDIDAS ADOPTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

4.1 Medidas de acompanhamento e avaliação

4.1.1 Sistema de supervisão LEADER

No primeiro semestre deu-se início à actividade de controlo de qualidade (CQ) dos PA relativamente às Medidas 3.1 e 3.2., com a selecção de 5% dos PA enviados para validação orçamental.

Até 30 de Junho de 2010, foram analisados em sede de controlo de qualidade 31 PA, pertencentes a 17 GAL, cujos resultados originaram a devolução de 22 PA, para serem colmatadas insuficiências detectadas.

Quadro 178: GAL - Resultados do controlo de qualidade

GAL	Ficheiro para selecção enviado pelo GAL em	Amostra seleccionada e comunicada em	PA SELECCIONADOS										Resultados					Data de conclusão do CQ			
			FAVORÁVEIS				DESFAVORÁVEIS						Total	CQ. por Realizar	CQ. em Prontidão	CQ. Conforme	CQ. Insufic.		CQ. Não Conforme		
			3.1.1	3.1.2	3.1.3	3.2.1	3.2.2	3.1.1	3.1.2	3.1.3	3.2.1	3.2.2									
ADREPES	12-03-2010	15-03-2010	CQ Insufic.				CQ Conforme								3			2	1		16-04-2010
In Loco	12-03-2010	15-03-2010			CQ Insufic.										1				1		21-06-2010
ELOZ	27-04-2010	29-04-2010		CQ Insufic.							1				2	1			1		30-06-2010
Raia Histórica	15-03-2010	16-03-2010		CQ Insufic.											1				1		28-05-2010
Terras Dentro	15-03-2010	16-03-2010	CQ Insufic.												1				1		25-05-2010
MONTE	12-03-2010	16-03-2010			CQ Insufic.				CQ Conforme						2			1	1		17-06-2010
ESDIME	12-03-2010	16-03-2010		CQ Insufic.											1				1		24-03-2010
ADERE	15-03-2010	16-03-2010					CQ Conforme			1					2	1		1			24-06-2010
ADD	15-03-2010	16-03-2010		CQ Insufic.	CQ Insufic.									1	3	1			2		22-06-2010
ADIRN	15-03-2010	16-03-2010		CQ Insufic.											3			1	2		10-05-2010
APRODER	15-03-2010	16-03-2010	CQ Insufic.								CQ Insufic.				3				3		19-05-2010
CHARNECA	15-03-2010	16-03-2010	CQ Insufic.	CQ Insufic.			CQ Insufic.	CQ Insufic.	CQ Insufic.						5				5		14-05-2010
Terras Bx Guadiana	17-03-2010	31-03-2010					CQ Conforme								1			1			30-06-2010
ADRIL	17-03-2010	31-03-2010	CQ Insufic.				CQ Conforme				1				3	1		1	1		24-06-2010
ADER.AL	31-03-2010	15-04-2010					CQ Insufic.	CQ Insufic.				1			3	1			2		30-06-2010
ADICES	19-03-2010 (3 PA)	15-04-2010													1			1			28-06-2010
Beira Douro	25-03-2010	15-04-2010													1			1			29-06-2010

4.1.2 Sistemas de controlo

4.1.2.1 Controlos efectuados pela Autoridade de Gestão

Durante o período de Janeiro a Junho de 2010, foram seleccionados 404 PA, 6% dos PA enviados para Decisão pelas DRAP.

Quadro 179: Controlo de qualidade - Resultados (no ano)

Sentido do parecer da análise	Nº PA	Amostra		Resultado CQ			
		Nº PA	%	Fav.	%	Desf.	%
PA favoráveis	4.278	276	6%	225	82%	39	14%
PA desfavoráveis	2.057	128	6%	106	83%	11	9%
	6.335	404	6%	331	82%	50	12%

Após a realização do controlo, foram devolvidos, para colmatar insuficiências, 50 PA o que corresponde a 12% de taxa de devolução global, para todas as Medidas/Acções decididas pela AG e analisadas pelas DRAP.

No caso dos PA com parecer favorável, comparativamente ao período de 11 de Julho de 2009 a 31 de Dezembro de 2009, ao ser efectuada uma análise mais detalhada verifica-se, um decréscimo nas devoluções, que passou de 28% para 21% em termos das medidas mais significativas, isto é das Acções 1.1.1 e 1.1.3.

Em termos da distribuição dos PA devolvidos, com parecer desfavorável em sede de controlo de qualidade, pelas DRAP, podemos observar uma maior incidência nos PA pertencentes à DRAP Norte, com 48% dos PA (tanto com parecer favorável como desfavorável).

Quadro 180: Controlo de qualidade - Distribuição por DRAP dos PA devolvidos (no ano)

	DRAPN	DRAPC	DRAPLVT	DRAPALE	DRAPALG	TOTAL
Nº PA	24	7	10	4	5	50
%	48%	14%	20%	8%	10%	100%

No decurso na análise aos PA, foram emitidas 17 recomendações, dessas, à data encontram-se implementadas 5, que corresponde a 28%.

Quadro 181: Controlo de qualidade – Recomendações

N.º	Recomendação	Comentários/Constatações	Estado			Data Implementação
			Nº Imp	Em Imp	OK	
1	1	OTE n.º3 - Guia do beneficiário, não indica a pontuação da Valia do Plano de Formação de forma individualizada, para a Formação adequada (FA) e a Formação complementar de interesse relevante para o exercício da actividade agrícola (FC).	X			
	2	Na Norma N29/D2/1.1.3/4/2008, deve ser revisto o indicado no ponto 5.5. Não deve constituir um motivo de inelegibilidade do Pedido de Apoio, o facto do plano de formação complementar voluntário apresentado pelo promotor, não ser considerado pelo técnico como de interesse relevante, pois a apresentação do referido plano, não é obrigatório.	X			
	3	A Condicionante 024 – Cumprimento do Plano de Formação, só deve ser colocada no que diz respeito ao 024 – Cumprimento do Plano de Formação (Complementar Voluntário), quando o técnico analista considerar na pág. AN10, como sendo um plano de formação de interesse relevante, e indicando "S".	X			
2	4	O Modelo de Análise deve ser desprotegida, de modo a permitir ao técnico analista alterar a pontuação, caso em controlo documental, não se verifiquem os pressupostos indicados pelo promotor em sede de formulário;	X			
	5	A norma de análise deve ser revista de forma a indicar a necessidade de verificação do cumprimento dos critérios pontuáveis do pedido de apoio, face às evidências documentais apresentadas.	X			
3	6	No Modelo de Análise: Nas páginas AN2 e AN3, ou se retira a coluna "Verificação", ou então que seja criado um automatismo de colocar na coluna "Verificação", como "Verificado", sempre que na coluna "Avaliação" esteja "cumpre" ou "não aplicável". Isto aplica-se às validações não automáticas.	X			
	7	A norma de análise deve ser revista de forma a indicar claramente, a necessidade de resumir na check-list, a verificação do cumprimento dos critérios de elegibilidade do beneficiário e da operação, e colocar o "cumpre" na coluna "Avaliação" face às evidências documentais apresentadas.	X			
4	8	Em sede de Normas de Procedimento, clarificar no sentido de, caso o promotor apresente o documento de autorização, a consulta seja efectuada e o resultado da mesma colocada no SIPRODOR – Controlo Documental;				
	9	Para se obter efeitos imediatos, efectuar um mail circular a todos os técnicos registados no SIPRODOR, com este esclarecimento.				
5	10	Reavaliar a manutenção do procedimento previsto no Despacho de 7.11.08, uma vez que impossibilita uma avaliação e fundamentação exaustiva dos PA desfavoráveis.			X	
	11	Elaborar Norma de Reanálise, definindo as insuficiências e os moldes em que os PA podem ser alterados. Reforçar a necessidade de consistência de conteúdo, entre o parecer emitido pelo técnico (AN1), a fundamentação (AN7-AN4), os códigos de inelegibilidade atribuídos e o conteúdo da comunicação ao promotor em sede de Audiência Prévia.	X			
	12	Na submissão dos formulários de candidatura, criar um sistema de alerta que informe o promotor que o Pedido de Apoio apresenta um valor negativo no VAL.	X			
	13	Devem ser revistos os templates definidos para as várias comunicações aos promotores e disponibilizados no SGO SUPORTE, para possibilitar uma melhor sustentação da Decisão ao promotor.			X	
	14	Os templates dos Oficinas de Comunicação já foram revistos				
	15	Deve constar da Norma de Reanálise, a obrigação de incluir os novos dados/explicitações fornecidos pelo promotor em sede de Audiência Prévia, de forma a ficar espelhado o "formato final" do projecto de investimento no Modelo de Reanálise do SIPRODOR.	X			
	16	Em termos de procedimentos de Análise, optar pela solicitação ao promotor de esclarecimentos adicionais, antes de recorrer a audiência prévia. Verificou-se que os promotores não respondem ao Ofício de Audiência Prévia, devido ao cariz negativo da comunicação, na sua maioria optou por submeter outro PA. Esta prática acarreta custos mais elevados para a Administração.	X			
	17	Incluir no SIPRODOR, o processo de audiência prévia e respectivos documentos suporte;			X	16.03.10
	18	Permitir a consulta de todos os projectos PRODOR pertencentes ao mesmo NIF, aos técnicos analistas. O nível de consulta deve incluir a Lista de Eventos, Descrição dos Investimentos e sua Localização.			X	
	19	Seleccionar semanalmente para Controlo de Qualidade, 5% dos PA com parecer Desfavorável para Decisão do Gestor.			X	01.01.10
			11	0	5	

Espera-se com a abertura dos novos avisos/concursos, em Setembro, se possam implementar as restantes recomendações efectuadas.

4.1.2.2 Controlos efectuados pelas DRAP

No início de 2010, e após uma fase de ajustamento dos procedimentos adoptados pelo CQ ao nível do Secretariado Técnico de Auditoria e Controlo (STA) e da sua transmissão às equipas entretanto constituídas nas DRAP, foi possível arrancar com a execução dos CQ ao nível das DRAP, ainda que

de uma forma muito simplista e manual (ainda não foi possível ao STA efectuar os desenvolvimentos necessários à automatização do processo de CQ nas DRAP, pelo que este tem vindo a ser seguido directamente pelo STA, desde a selecção das amostras semanais para CQ, passando pelo respectivo controlo dos “eventos” e “estados” dos PA seleccionados, até à recepção das correspondentes fichas de CQ e tratamento estatístico dos pareceres).

Os CQ executados pelas DRAP incidem sobre todos os PA analisados nas DRAP, numa fase que, preferencialmente, coincidirá com o “estado” imediatamente anterior à “decisão sobre a aprovação/não aprovação do PA”, por parte do Director Regional, incidindo sobre os PA com “análise favorável” e com “análise desfavorável”. Estes controlos são executados semanalmente.

Apresentam-se de seguida os resultados dos CQ efectuados nas DRAP (Norte, Centro, LVT e Alentejo – a DRAP Algarve não constituiu até ao momento uma equipa local de CQ), durante as 26 semanas iniciadas a 25 de Janeiro de 2010 e terminadas a 17 de Julho de 2010:

Quadro 182: Controlo de qualidade – Resultados por DRAP (no ano)

	DRAPN	DRAPC	DRAPLVT	DRAPALE	TOTAL
N.º PA c/CQ	42	43	43	37	165
Parecer favorável	7	34	29	26	96
Parecer desfavorável	35	9	14	11	69
% Parecer desfavorável	83,3%	20,9%	32,6%	29,7%	41,8%

Dos 165 PA analisados, 18 PA tiveram parecer desfavorável na sua “análise”, sendo que em sede de CQ nas DRAP, desses 18 PA, 7 foram considerados insuficientes em termos de “análise” e consequente “parecer” (38,9 %).

As insuficiências apontadas pelo CQ são, de uma maneira geral, de natureza pontual o que tem possibilitado o consequente

reencaminhamento do PA para o Técnico Analista e a regularização da “insuficiência” reportada, num curto espaço de tempo.

4.2 Alterações a Portarias

Em 12 de Fevereiro de 2010 foi publicada a Portaria n.º 94/2010, que aprovou o Regulamento de Aplicação da Medida “Assistência Técnica” do ProDeR.

Este regulamento estabelece as condições de acesso e as regras gerais de financiamento, pelo FEADER, das operações apresentadas no âmbito da medida de “Assistência técnica”, prevista no artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005, conjugado com o disposto no artigo 66.º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, que define o enquadramento nacional dos apoios a conceder pelo ProDeR.

Foram ainda efectuados alguns ajustamentos no âmbito do modelo de gestão adoptando procedimentos que tornam mais célere e eficaz a execução do Programa, mediante a segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 2/2008, de 4 de Janeiro, e ao Decreto-Lei n.º 37-A/2008, de 8 de Março, decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 69/2010, de 16 de Junho.

Foi também elaborado o Plano de Gestão de Riscos e Combate à Corrupção e Infracções Conexas que identificou e adoptou medidas preventivas da ocorrência de infracções.

4.3 Um resumo dos problemas mais importantes verificados na gestão do Programa e medidas tomadas

4.3.1 Simplificação dos procedimentos administrativos

Em conformidade com as medidas tomadas no âmbito do Grupo de Trabalho do SIMPLEX, foram, no primeiro semestre de 2010, desenvolvidas as seguintes acções:

- ⇒ Preparação das alterações aos regulamentos de aplicação das Medidas/Acções do Programa;
- ⇒ Elaboração e publicação das alterações aos normativos e orientações internas de suporte à gestão.

Estas foram já identificadas no Relatório de 2009.

4.4 Utilização da Assistência Técnica

Durante o primeiro semestre de 2010, o Secretariado Técnico assegurou as acções necessárias para desenvolver os métodos e meios técnicos de informação, acompanhamento e controlo da gestão financeira dos fundos, propôs as orientações adequadas quanto ao processo de simplificação de decisão dos PA. Foi, assim, consolidando o processo de estabelecimento das condições básicas para o desenvolvimento de um sistema de informação e dos meios técnicos e administrativos de suporte a esta actividade.

Foram ainda efectuadas várias acções de divulgação bem como outras acções da responsabilidade directa do Secretariado Técnico, como seja a manutenção de um *site* próprio e de um *Call Center*, a colocação de vários anúncios em jornais nacionais e participação em Feiras e Certames.

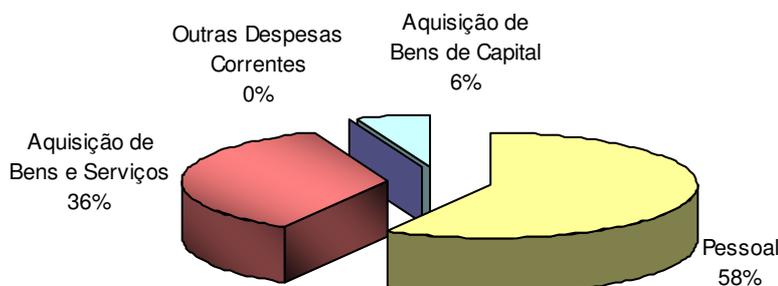
O total da Medida de Assistência Técnica utilizada pelo Secretariado Técnico, no primeiro semestre de 2010, foi de 2.082 mil euros.

As despesas por conta da Assistência Técnica seguiram a distribuição que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 183: Assistência Técnica – Distribuição da despesa paga (no ano)

Despesa paga 1º semestre 2010 (mil euros)	
Pessoal	1.215,525
Aquisição de bens e serviços	743,660
Outras despesas correntes	0
Aquisição de bens de capital	123,162
TOTAL	2.082,347

Figura 3: Assistência Técnica – Distribuição percentual da despesa paga (no ano)



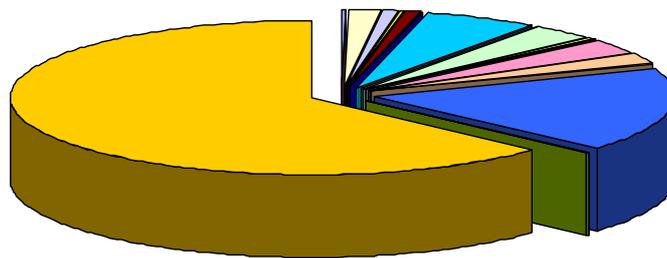
Analisando a despesa por agrupamento, verifica-se que, as despesas com maior relevância são as “despesas com o pessoal” que representaram 58% do valor pago até à data. Também as despesas com a “aquisição de bens e serviços” apresentam um peso muito significativo na execução presente, cerca de 36%.

Analisando as “aquisições de bens de capital” verifica-se que esta tipologia de despesa manteve uma relevância pouco significativa no período em análise (cerca de 6% do total da despesa efectiva).

Nas “aquisições de bens e serviços” verifica-se que as de maior relevância são as classificadas em “outros trabalhos especializados” (62%) que se justificam devido ao recurso à externalização de serviços, donde se destacam o

desenvolvimento do *software*, o recrutamento de analistas especializados e os serviços de publicidade e divulgação (cerca de 17%).

Figura 4: Assistência Técnica – Aquisição de bens e serviços



■ Combustíveis e lubrificantes	■ Limpeza e higiene	□ Material de escritório
□ Prémios, condecorações e ofertas	■ Ferramentas e utensílios	□ Livros e documentação técnica
■ Artigos honoríficos e de decoração	□ Outros bens	■ Encargos das instalações
■ Limpeza e higiene	■ Conservação de bens	■ Locação de Material de Transporte
■ Acessos à Internet	■ Comunicações fixas de dados	■ Comunicações fixas de voz
■ Comunicações móveis	■ Outros serviços conexos de comunicações	□ Outros serviços de comunicações
□ Transportes	■ Representação dos serviços	■ Deslocações e estadas
■ Estudos, pareceres, proj. e consultad	■ Formação	■ Seminários, exposições e similares
■ Publicidade	■ Vigilância e segurança	■ Assistência técnica
■ Outros trabalhos especializados		

4.5 Medidas tomadas para garantir que o Programa é objecto de publicidade

4.5.1 Autoridade de Gestão

Tendo em conta as prioridades definidas no plano de comunicação do ProDeR em matéria de informação e publicidade, as acções desenvolvidas enquadram-se nas seguintes tipologias:

- ⇒ Website ProDeR
- ⇒ Contact Center
- ⇒ Eventos públicos de divulgação
- ⇒ Material informativo impresso
- ⇒ Campanhas publicitárias
- ⇒ Participação em feiras

Website ProDeR

A rapidez, a facilidade e o baixo custo de acesso à informação proporcionados pela *internet*, bem como, a possibilidade de disponibilizar de forma sempre actualizada consideráveis volumes de informação, mantêm o *website* como o meio privilegiado de divulgação, informação e comunicação sobre o Programa, o eixo mais visível da comunicação do ProDeR.

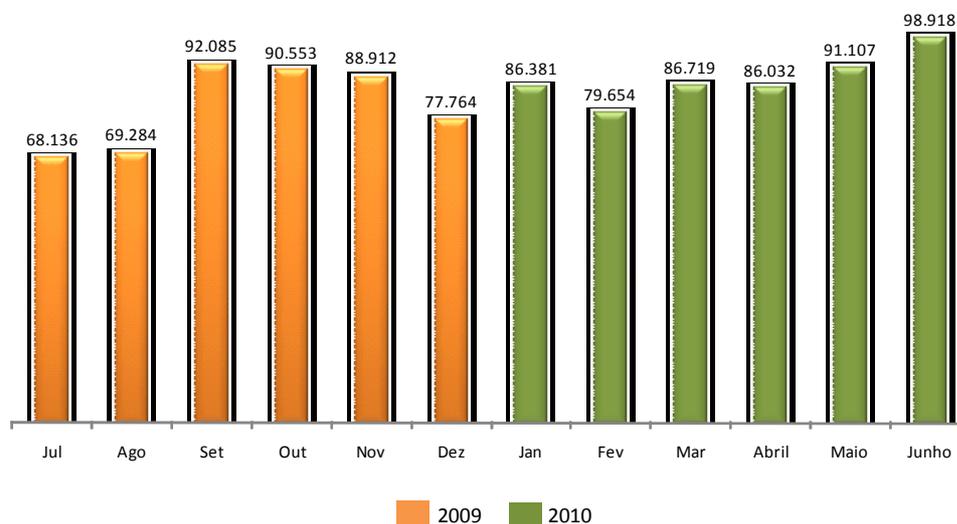
Em termos de procura do serviço ProDeR na *internet*, ao longo deste primeiro semestre de 2010, há a realçar uma média mensal de 88 mil acessos, sedimentando a importância desta ferramenta junto dos promotores e potenciais beneficiários.

Quadro 184: Publicidade – Dados quantitativos relativos ao site ProDeR (no ano)

Indicadores	Número
Total de visitantes	1.360.387
Newsletter	2.580 assinantes
FAQ's	877 (42 temas)

Páginas mais visitadas	
Conteúdos (Fichas das Acções/Medidas)	1.802.665
FAQ's	112.802
Notícias	38.943
"Micro-Site" dos GAL	35.245
Documentos com mais downloads (Valores referentes ao período em análise. Não cumulativos)	
Ponto de situação da execução ProDeR	5.005
Folheto "Jovens Agricultores"	4.195
Portaria n.º 357-A/2008 – Acção 1.1.3.	1.963
Portaria n.º 1162/2009 – Acção 1.1.3.	1.365
Protocolo FEDER/FEADER	952
Download de formulários (Valores referentes ao período em análise. Não cumulativos)	
Acção 1.1.3 – Instalação de jovens agricultores	2.788
Acção 1.3.1 – Melhoria produtiva dos povoamentos	345
Subacção 2.3.1.1 – Defesa da floresta contra incêndios	316
Subacção 2.3.2.2 – Instalação de sistemas florestais e agro-florestais	197
Subacção 2.3.2.1 – Recuperação do potencial produtivo	116
Acção 1.5.2 – Recuperação do potencial produtivo	107

Figura 5: Publicidade – Evolução do número de visitas ao website ProDeR (no ano)



Contact Center

Como complemento da comunicação permanente do *website*, e de modo a garantir um contacto personalizado com os públicos-alvo deste Programa comunitário, o *Contact Center* constitui uma ferramenta de comunicação privilegiada para o esclarecimento directo das dúvidas colocadas pelos promotores e potenciais beneficiários.

Este sistema integra a linha telefónica de atendimento geral, através do número 800 500 064, um contacto único e geral de e-mail: proder@gpp.pt e um contacto de e-mail exclusivo, para fins de comunicação interna com as Direcções Regionais de Agricultura e Pescas: apoioproder@gpp.pt.

E-mail

proder@gpp.pt

O endereço de e-mail único para a recepção de pedidos de informação e esclarecimento de dúvidas colocadas pelos interessados no ProDeR, tem

apresentado uma interessante performance de utilização desde que foi criado, em 2008.

Quadro 185: Publicidade – Dados relativos ao endereço electrónico ProDeR (no ano)

E-mail's recebidos	Questões respondidas
9.568	10.561

apoioproder@gpp.pt.

Este canal de comunicação destina-se ao esclarecimento de dúvidas sobre o Programa e sobre todos os aspectos ligados à análise de projectos por parte dos técnicos das Direcções Regionais. Ao longo do primeiro semestre de 2010 foram respondidas cerca de 100 questões.

Linha Verde

A linha telefónica de atendimento ProDeR, mantém o horário de funcionamento das 9h00 às 19h00, de 2ª a 6ª feira.

Quadro 186: Publicidade – Dados relativos à linha verde ProDeR (no ano)

Telefonemas recebidos	Questões respondidas
15.746	20.549

Figura 6: Publicidade - Distribuição do número de telefonemas do Contact Center ProDeR (no ano)

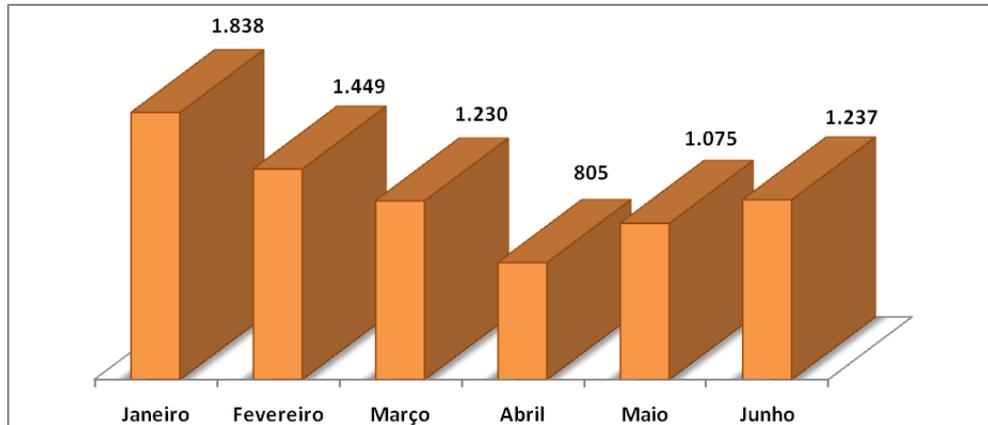


Figura 7: Publicidade - Distribuição do número de questões colocadas por telefone por Subprograma (no ano)

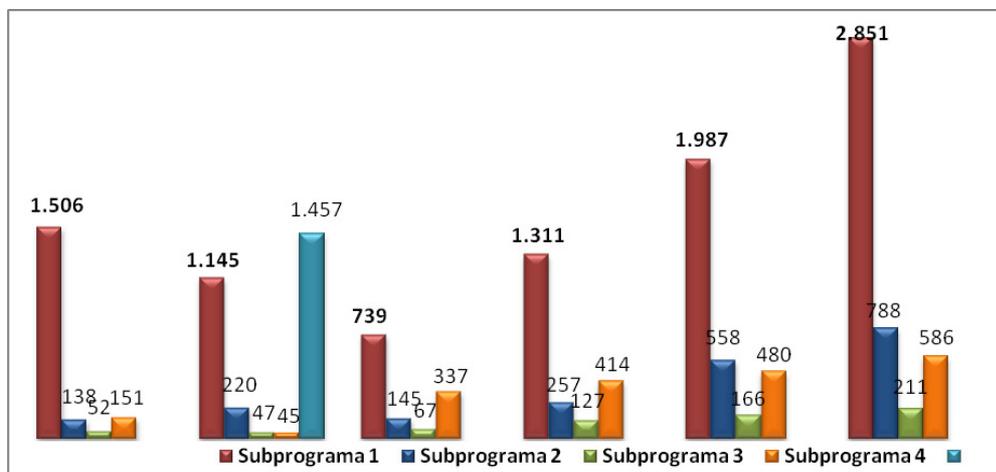


Figura 8: Publicidade - Distribuição dos telefonemas por tipologia de utilizador (no ano)

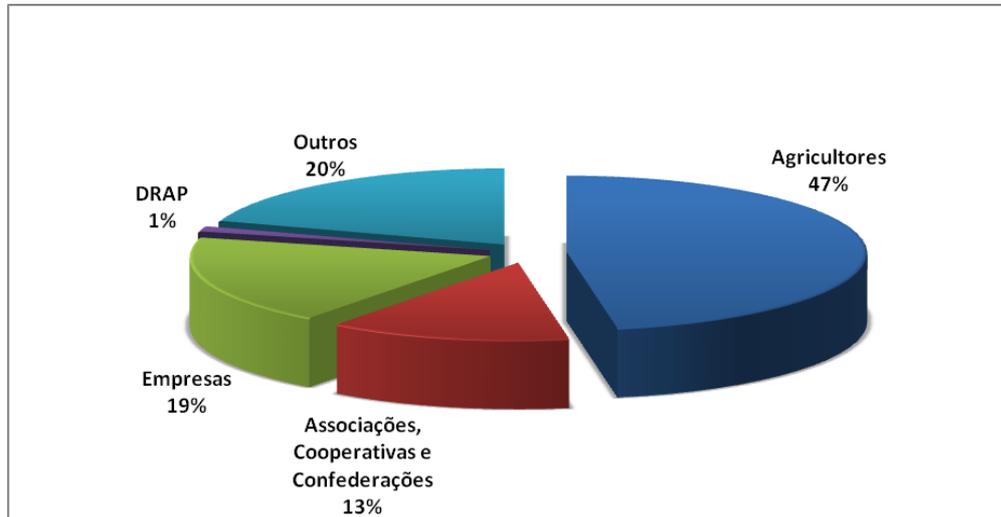


Figura 9: Publicidade - Distribuição mensal das questões por tipologia de utilizadores do Call Center (no ano)

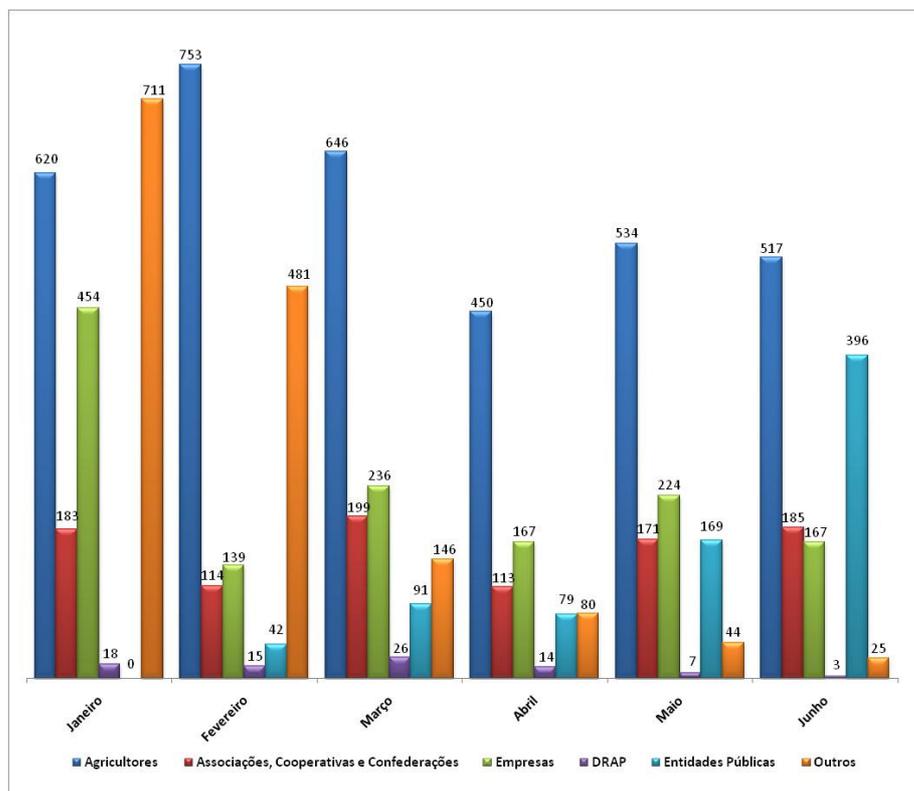


Figura 10: Publicidade – Sessão de assinatura de contratos do ProDeR



Eventos públicos de divulgação

Sessões de divulgação

Foram realizadas 12 sessões de divulgação, disseminadas pelos 4 Subprogramas e repartidas pelos diversos intervenientes nos apoios ProDeR, DRAP, Grupos de Acção Local (GAL), Estruturas Locais de Apoio (ELA) e parceiros sociais ProDeR.

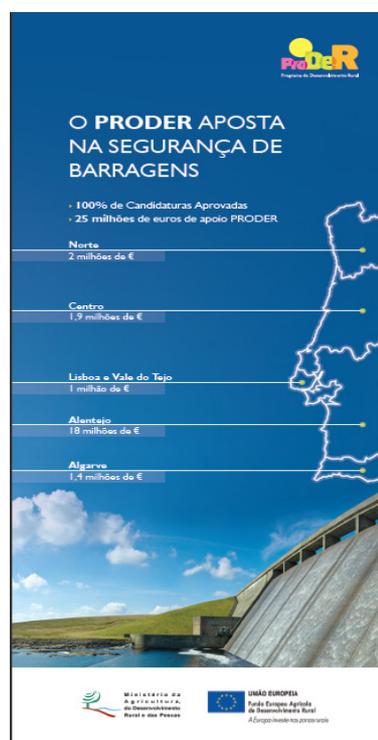
Sessões de assinatura de contratos / apresentação de resultados

Durante o primeiro semestre de 2010, realizaram-se 7 eventos ProDeR com a presença do MADRP, no âmbito dos Subprogramas 1 e 3. O Primeiro-Ministro marcou presença em 2 desses eventos (Acção Modernização e Capacitação das Empresas e Restabelecimento do Potencial Produtivo – Oeste).

Neste item merecem destaque os “Dias do Desenvolvimento Rural (DDR)”, uma iniciativa da Comissão Europeia com o apoio do ProDeR. Palco privilegiado de divulgação do ProDeR enquanto importante instrumento

financeiro para a economia portuguesa, os DDR, que decorreram no stand da Comissão Europeia, no âmbito da Feira Nacional de Agricultura 2010, constituíram um momento único em que se deu voz a quem está mais habilitado para falar sobre as potencialidades dos apoios ProDeR: os seus beneficiários.

Figura 11: Publicidade – Campanhas publicitárias



A publicidade nos meios de comunicação social, para além de uma obrigatoriedade de publicitação a cada nova abertura de concursos de candidaturas, constitui uma mais-valia de optimização comunicacional.

Assim, para além da natural campanha de divulgação da abertura de candidaturas à Subacção 2.2.3.2., ao longo deste primeiro semestre de 2010, apostou-se ainda na compra de espaço publicitário para comunicação dos resultados ProDeR, dando conta de qual o ponto de situação deste Programa. Das acções desenvolvidas, destacam-se os 2 anúncios na revista do segmento “Espaço Rural”, que ao longo de 2 meses

foi traçando mensalmente a evolução do ProDeR, prolongando-se por mais 2 edições já no segundo semestre de 2010.

Foram publicadas 11 inserções publicitárias distribuídas da seguinte forma:

Quadro 187: Publicidade – Inserções em jornais nacionais e regionais (no ano)

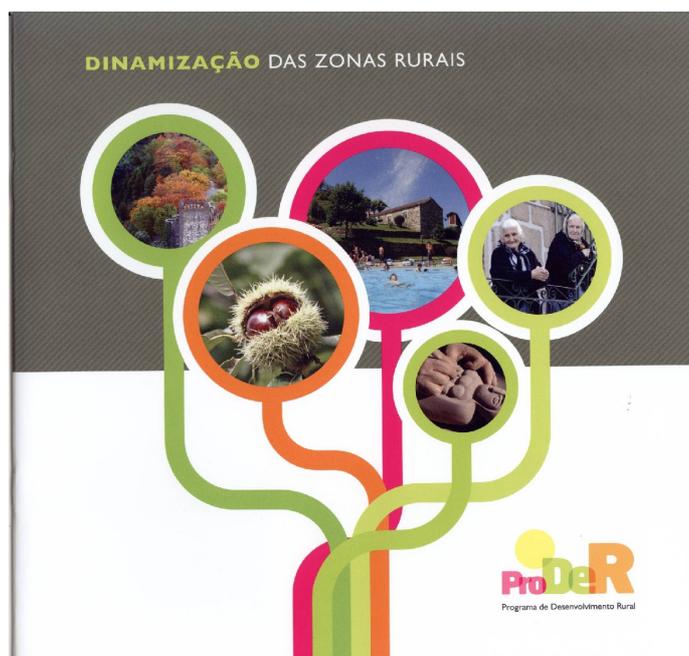
Jornal	Nº de inserções
Diário de Notícias	2
Público	1
Diário de Aveiro	1
Diário de Leiria	1
Diário de Coimbra	1
Diário de Viseu	1

Quadro 188: Publicidade – Inserções em revistas do segmento (no ano)

Revista	Nº de inserções
Voz da Terra	1
Revista Espaço Rural	2
Vida Rural	1

Material informativo impresso

Figura 12: Publicidade – Folheto “Dinamização das Zonas Rurais”



Quadro 189: Publicidade – Publicações distribuídas (no ano)

	Desdobrável ProDeR	1.000
Folhetos	Dinamização das Zonas Rurais	550
	Agro e Silvo-Ambientais	250
	Cartazes	5.000
	Modernização e Capacitação das Empresas	1.110
	Florestas	810
	Publicitação	110
	TOTAL	8.830

Participação em feiras

A participação do ProDeR em feiras é outra das vertentes de comunicação utilizada para atingir não só os públicos-alvo do Programa como também o público em geral. Pela diversidade de públicos, pela presença de meios de comunicação social e pela cobertura territorial e temática que envolvem, constituem um meio complementar de divulgação do ProDeR.

Ao longo do primeiro semestre de 2010, o ProDeR participou de forma directa na "Ovibeja" e na "Feira Nacional de Agricultura", em Santarém, integrado no pavilhão do MADRP.

Figura 13: Publicidade – Painéis ProDeR expostos na Feira Nacional de Agricultura em Santarém (2010)

